

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins do disposto no § 1º do art. 5º da Decisão Normativa TCU nº 85/2007, que as informações sobre rol de responsáveis desta unidade jurisdicionada, da qual sou dirigente máximo, contidas em banco de dados informatizado, são fidedignas.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Palmas, 03 de Março de 2009.

JALBAS AIRES MANDUCA

Superintendente Federal da Agricultura no Estado do Tocantins

DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável-UGR refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Palmas, 03 de Março de 2009.

CONTADOR RESPONSÁVEL PELA SFA/TO

Relatório de Gestão

1. Identificação

Os objetivos e metas da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins, são definidos no Plano Plurianual do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, sob a responsabilidade dos Serviços que compõem a UG e definidos no Regimento Interno das Superintendências Federais.

Dados identificadores da SFA/TO

Nome completo da unidade e sigla:	Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins – SFA/TO		
Natureza Jurídica:	Administração Direta		
Vinculação Ministerial:	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.		
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União:	Portaria Ministerial nº 290, DOU de 11 de maio de 1989.; Portaria Ministerial nº 300, de 16 de junho de 2005, publicada no DOU de 20 de junho de 2005.		
CNPJ:	00.396.895/0074-80		
Nome e Código no SIAFI:	SFA/TO Código UG: 130018		
Código da UJ titular do Relatório:	Código UG: 130018		
Códigos das UJ abrangidas:	Não consolida outras unidades		
Endereço completo da sede:	Av. NS 01, 201 Sul, Conj. 02, Lt. 07, CEP: 77015-202, Palmas/TO. Tel: 63-3219-4300; Fax: 63-3219-4305.		
Endereço da página institucional na <i>internet</i> :	www.agricultura.gov.br		
Situação da unidade quanto ao funcionamento:	Em funcionamento		
Função de governo predominante:	Agricultura		
Tipo de atividade:	Agronegócio		
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI:	Nome:	Código:	

2. Objetivos e Metas Institucionais/Programaticas

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

À Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Tocantins, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar: atividades e ações de defesa agropecuária, inspeção sanitária de produtos de origem animal, classificação e fiscalização de produtos de origem vegetal, fiscalização de insumos agropecuários, vigilância de produtos agropecuários para importação e exportação, fomento e desenvolvimento agropecuário, infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural, registro e fiscalização de empresas aero-agrícolas; administração de recursos humanos e de serviços gerais, programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados, qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários e aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

2.2. Estratégia de atuação

A metodologia utilizada pela área de apoio da Superintendência está calcada em sistemas definidos pelo órgão central, sistemas estes que são responsáveis pela administração de pessoal, de material, de almoxarifado, de patrimônio de transportes e, ainda, o orçamento e financeiro.

A área técnica da SFA/TO executa uma série de atividades na Sede e nas Unidades descentralizadas conforme descrito acima, que dão suporte ao desenvolvimento dos diversos segmentos do agronegócio do Estado do Tocantins. Por sua vez as atividades desenvolvidas pelo PI-MANUTO dão suporte operacional, administrativo e logístico à Sede e às Unidades Descentralizadas, sendo a provedora dos meios e facilidades para que as atividades fins ocorram conforme definidos pelos normativos vigentes.

SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – SIPAG/DT/SFA-TO

2.2. Estratégia de atuação

No ano de 2008 o Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG) da SFA/TO buscou a continuidade do aprimoramento de suas atividades para proporcionar melhor qualidade dos produtos agropecuários e o aperfeiçoamento de sua gestão operacional, para que sejam dadas respostas às demandas dos agentes e clientes do governo federal e da sociedade em geral, objetivando:

- Garantir a segurança alimentar,
- Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos e bebidas,
- Melhorar a qualidade e o acesso às informações,

Para o efetivo cumprimento dos itens elencados acima, estabeleceu-se os seguintes objetivos e prioridades:

- Padronização das Supervisões Regionais em empresas de Produtos de Origem Animal, com reuniões de nivelamento entre supervisores e levantamento estatístico das não conformidades encontradas. Definição de tendências e elaboração de acompanhamento das não conformidades com base nas mesmas tendências, o que trouxe objetividade, agilidade e eficiência de supervisões.
- Supervisões nas indústrias de produtos de origem animal com foco na implantação dos programas de autocontrole, com o objetivo de padronizar as atividades do controle de qualidade das empresas, as atividades operacionais e as atividades das equipes de inspeção. Essas ações proporcionaram melhor registro de não conformidades, verificações e ações fiscais, aumentando a transparência e confiabilidade nos produtos ofertados a população;
- Supervisões nos controles e verificações realizadas pela Equipe do SIF (Fiscais Federais Agropecuários, Médicos Veterinários e equipes) dentro das indústrias, com acompanhamento de desempenho, objetivando um diagnóstico do serviço e dos servidores, para definição de necessidades e demandas de treinamentos e qualificação, de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação.
- Colheita de amostras dos produtos de origem animal para análise laboratorial e verificação da conformidade, objetivando a detecção de não conformidades e desvios nos processos produtivos;

- Combate às fraudes, através de amostragens aleatórias de produtos de origem animal, atendimento às denúncias e re-inspeção de consumo dos produtos determinados pelo Departamento (DIPOA);
- Fiscalizações nos estabelecimentos que industrializem bebidas;
- Colheita de amostras dos produtos de origem vegetal para verificação da conformidade;
- Fiscalização dos estabelecimentos beneficiadores, embaladores, distribuidores e comerciantes de grãos com obrigatoriedade de classificação;
- Fiscalização dos Postos de Classificação, verificando a execução da classificação e sua eficiência;
- Capacitação de seus técnicos localizados na sede (SIPAG) e os servidores localizados no interior do Estado.

Na área de inspeção de produtos de origem animal, dentre as categorias de indústrias fiscalizadas, auditadas e inspecionadas estão os matadouros frigoríficos; abatedouros de aves e coelhos; os entrepostos de pescado, mel e carne; as fábricas de produtos não comestíveis (graxarias); as usinas de beneficiamento de leite; as fábricas de laticínios e os postos de resfriamento de leite, conforme Tabela 01.

Na área de inspeção de produtos de origem vegetal estão as fábricas de refrigerantes, bebidas alcoólicas, sucos e vinagres e de envase de água de coco, além das beneficiadoras e embaladoras de grãos, dos postos de classificação credenciados de grãos e de casas industriais de farinhas de mandioca e trigo.

Dentre as dificuldades que mais impactaram a execução dos trabalhos e estratégias de atuação na área animal está a suspensão temporária de atividades de diversas empresas, especialmente dos frigoríficos, o que resultou em um número de supervisões abaixo das metas programadas e remanejamento de servidores. Outra dificuldade foi a restrição da realização de treinamentos fora do Estado do Tocantins no primeiro semestre de 2008, devido ao encerramento do contrato de passagens aéreas na SFA/TO e também, houve uma redução das colheitas de amostras de frango congelado para Dripping test no mercado varejista, devido ao encerramento do contrato de transportes de cargas e encomendas na SFA/TO. Merece atenção o não cumprimento da meta de realização de 02 cursos de rotulagem de carne e derivados. Tal fato ocorreu porque os FFA's não puderam se ausentar ao mesmo tempo das Inspeções Federais locais e não houve tempo hábil para a realização da 2ª turma.

Dentre as principais realizações, destacamos a motivação e qualificação da equipe do SIPAG/TO, através de realização de capacitação dos recursos humanos, disponibilizados pelo DIPOV e DIPOA/MAPA (treinamentos nacionais) e SIPAG/TO em treinamentos no âmbito do Estado. Treinamento em colheita de amostras para o Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC; em Rotulagem de Carne de Bovino; em Inspeção de Carne de Aves e Portaria 175/176/2005 e 294/2006; em Inspeção de Leite e Derivados ; em colheita e recebimento de amostras de POA), o que atendeu a demanda existente.

Quanto aos principais resultados alcançados, merecem destaque os estabelecimentos de AVES, que estão com autocontroles implantados (175/176/2005 e 294/2006), com padronização conforme orientação DICA/DIPOA, o que gera confiabilidade nas planilhas preenchidas e demonstra a realidade dos estabelecimentos no momento. Em adição, as colheitas de análises de amostras de produtos de Origem Animal superaram as quantidades previstas e os resultados indicaram bons índices de conformidade, indicando mais segurança aos produtos ofertados à população.

Tabela 01 -Número de Estabelecimentos sob Inspeção Federal Localizados no Estado de Tocantins

CATEGORIA	QUANTIDADE
Carne e derivados	
Matadouro frigorífico bovinos	09
Matadouro de aves e coelhos	02
Entrepasto de carne e derivados	01
Fábrica de Produtos não comestíveis	03
Leite e derivados	
Usina de beneficiamento	05
Fábrica de laticínios	09
Posto de refrigeração	01
Pescado e Derivados	
Entrepasto de pescado e derivados	01*
Mel e Derivados	
Entrepasto de mel e derivados	01**
Estabelecimentos relacionados	
Curtumes	02
Apiários(casa do mel)	01***
TOTAL	33

Fonte: SIPAG/DFA/TO

*Possui mais dois projetos aprovados pela DIPES/DIPOA em fase final de conclusão de obras;

**Possui um entreposto de mel e cera de abelhas com obras concluídas com solicitação de Reserva de SIF e mais 02 projetos em andamento.

***Foi realizada aprovação de uma casa do mel em fase final de construção e mais 02 projetos em andamento.

Tabela 02 - Quadro de Pessoal do SIPAG/DFA/TO

Categoria Funcional - Inspeção de Produtos de Origem Animal	Número de funcionários
Fiscal Federal Agropecuário (méd. vet.).	14
Agente de inspeção sanitária industrial produto de origem animal	02
Agente de Atividade Agropecuária	01
Médico Veterinário cedido através de “convênio”	13
Auxiliar de Inspeção cedido através de “convênio”	15
Auxiliar de Inspeção cedido através do Artigo 102/RIISPOA	154
Sub-total	185
Categoria funcional - Inspeção de Produtos de Origem Vegetal	
Fiscal Federal Agropecuário	02
Sub-total	02
TOTAL	187

Fonte: SIPAG/DFA/TO

2.3. Programas

2.3.1. Programa 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

O SIPAG/TO tem por objetivo atender ao Programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, através dos Planos Internos (ações) INSPANIMAL3, RESÍDUOS, IPVEGETAL2 e PADCLASSIF. O Programa tem como objetivo geral garantir ao consumidor a inocuidade dos produtos de origem animal e vegetal, produzidos nas unidades da federação sob responsabilidade deste Serviço.

Para melhor didática optou-se por apresentação dos resultados por Planos Internos (ações), sendo que foram observadas as competências, ou seja, o responsável pelo PI elaborou o respectivo relatório.

Tipo	Programa Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores
Objetivos específicos	Garantir a segurança alimentar , o menor risco à saúde humana, pela contaminação de produtos de origem agropecuária, e ao mercado, pela fraude e ausência de qualidade e conformidade.
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	Inácio Afonso Kroetz
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Adriana Carla Floresta Feitosa
Indicadores e parâmetros utilizados	APPCC / nº estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário / taxa de conformidade na produção de alimentos e bebidas
Público-alvo	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores

2.3.2. Principais Ações do Programa

2.3.2.1. Ação 8938 – INSPANIMAL3 (Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal)

Tipo de Orçamento	Fiscal
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal
Descrição	A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.
Unidade Responsável pelas Decisões estratégicas	CGI/DIPOA/SDA
Unidades Executoras	SFA/TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG/TO
Coordenador nacional da ação	Marcus Ribeiro de Freitas

Responsável pela ação no nível local	Adriana Carla Floresta Feitosa
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Realizar atividades descentralizadas relativas ao controle, inspeção e à fiscalização dos produtos de origem animal, e de forma direta para proposição de leis, decretos, normas e regulamentos sobre o setor . Lei nº 1.283 de 18/12/1950; Decreto nº 30.691 de 29/03/1952, alterado pelos Decretos nº 1.255 de 25/06/1962, 1.236 de 02/09/1994, 1.812 de 08/02/1996 e 2.244 de 04/06/1997 e Arts. 27-A, inciso IV, 27-A, § 1º, inciso IV e 29-A, § 1º, da Lei nº 9.712, de 20/11/1998.

No exercício em análise, buscou-se atender ao preconizado pela legislação quanto à realização das atividades, denotando o esforço e a eficiência governamental, através de Supervisões Regionais nos estabelecimentos sob o Serviço de Inspeção Federal (SIF), a fim de garantir que as operações de obtenção de produtos de origem animal fossem satisfatórias e que o produto tivesse a qualidade e inocuidade necessária a fim de proteger a saúde pública nacional e internacional.

O atendimento às denúncias de consumidores, com posterior informação ao denunciante, foi realizado de acordo com a demanda. Da mesma maneira, tivemos como objetivo melhorar a qualidade e o acesso às informações do MAPA, tanto dos servidores do SIPAG/TO, quanto dos clientes e parceiros.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas está a falta de laboratório oficial ou credenciado no Estado do Tocantins, ocasionando problemas de logística no envio de amostras de água e POA (leite, carne, pescado, etc). Da mesma forma, as distâncias percorridas para realização de supervisão, colheita de amostras, vistorias, inspeções, fiscalizações são muito grandes, com um raio aproximado de 600 Km (estabelecimentos de leite e aves), 450 Km (estabelecimentos de carne), e 600 Km (estabelecimentos de Mel), o que dificulta a logística e a economicidade do custo operacional das ações do SIPAG/TO.

A avaliação de desempenho de servidores do quadro e conveniados, treinamento e desenvolvimento foram realizados de forma contínua, no sentido de propiciar melhores condições de trabalho e de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação.

Com base nas metas programadas pelo SIPAG/TO no seu Plano Interno – INSPANIMAL3 observamos que:

No ano de 2008, ocorreram 03 (três) situações quanto à descentralização de recursos:

1. Descentralização com base na programação de atividades realizadas pelo SIPAG/TO, para o ano de 2008. Constam na Tabela 04- Metas e resultados da ação exercício.

2. Descentralização para realização de treinamentos de acordo com necessidades e demandas não previstas no ano anterior, acompanhamento de auditorias dentro do Estado e para pagamento de deslocamento de servidores do interior do Estado para auxílio aos trabalhos técnicos e administrativos desenvolvidos junto ao SIPAG/TO. Constam na Tabela 04- Metas e resultados da ação exercício.
3. Descentralização especificamente para atendimento de atividades do DIPOA, para: realização de treinamentos nacionais do DIPOA, participação em reuniões nacionais, realização de auditorias em outros Estados, auxílio aos trabalhos técnicos e administrativos desenvolvidos pelo DIPOA. Constam na Tabela 04- Metas e resultados da ação exercício.

Para a avaliação do processo para a produção de resultados e evidenciar os avanços obtidos e as realizações, a partir dos propósitos programáticos e dos recursos (materiais, humanos e financeiros) utilizados para a execução das ações programadas para 2008, detalharemos os seguintes indicadores de desempenho:

1. Supervisões/fiscalizações. Observamos que neste item foram somadas as reuniões de harmonização antes das supervisões.
2. Colheita de amostras para análise laboratorial em estabelecimentos com SIF, comércio atacadista e varejista (leite e derivados e “dripping test”-aves). As demais colheitas de amostras de POA (Produtos de Origem Animal), constam na Tabela 04 - Metas e resultados da ação exercício, com a percentagem de execução/previsão física, já que não envolveram recursos do SIPAG/TO.
3. Treinamento/qualificação de servidores realizados pelo SIPAG/TO. Os demais treinamentos realizados pelo DIPOA, constam na Tabela 04- Metas e resultados da ação exercício, com a percentagem de execução física e financeira, já que não foram previstos e não envolveram recursos do SIPAG/TO.

Foram programados R\$ 93.796,41 (noventa e três mil setecentos e noventa e seis reais e quarenta e um centavos) para o atendimento das ações de supervisão, colheita de produtos, treinamentos, aquisição de bens permanentes e materiais de consumo.

Metas programadas

Ações: supervisões/fiscalização/colheita/treinamento

INSPANIMAL3: Programação = R\$ 93.796,41

Supervisões programadas: R\$ 56.418,26

Colheita de amostras programadas: R\$ 14.300,00

Treinamentos/qualificações servidores: R\$ 20.578,15

(Obs.: Os recursos programados para aquisição de bens permanentes foram disponibilizados R\$2.500,00).

TOTAL DE RECURSOS SOLICITADOS: = R\$ 93.796,41

Supervisões /Fiscalização/Acompanhamento/Treinamento realizadas:

Supervisões realizadas: 100

Colheita de amostras realizada: 300

Treinamentos/qualificações servidores realizada: 10

Demonstrativo das Execuções das Despesas dos Planos:

INSPANIMAL3 total: R\$ 103.160,90

Foram disponibilizados R\$ 2.500,00 para a aquisição de material permanente para combate a fraude (geladeira e balança).

Neste exercício para complementação de recursos para atividades do PI INSPANIMAL3, a partir de novembro/2008, foi disponibilizado pelo DIPOA, recursos no PI RESÍDUOS na ordem de:

RESÍDUOS: R\$ 15.275,05

TOTAL GASTO:

O total gasto pelo SIPAG/TO, no corrente ano foi de R\$120.935,95, e conforme detalhado acima, parte desses recursos não foram programadas pelo SIPAG; sendo utilizados sem programação os PIs (INSPANIMAL e RESÍDUOS) ambos programados pelo DIPOA/SDA/MAPA.

2.3.3-RESULTADOS:

Tabela 04 – Metas e resultados da ação no exercício

Metas	Previstas		Executadas		Execução/Previsão %	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira
BOVINOS						
Superv. Regionais – Carne Bov/Curtume/Graxaria (+Acompanhamento)	48	22.805,80	40	14.948,47	83%	65,54%
Reuniões Nacionais – DIPOA	De acordo com demanda	-	6	3.256,52	-	-
Reuniões Harmonização Supervisão	2	1.752,30	2	1.326,24	100%	75,68%
Colheita de Amostras POA's-BOVINO – Conformidade*	223	0	208	0	93,27%	-

Treinamentos Regionais – SIPAG (Fiscalização Programas de Auto-controle)	3	6.277,99	0	0	-	-
Treinamentos Regionais – SIPAG (Rotulagem)CARNE	2	5.000,00	1	2.504,61	50%	50,09%
Treinamentos Regionais – SIPAG	De acordo com a necessidade	-	2	2.256,44	-	-
Treinamentos Nacionais – DIPOA**	De acordo com demanda	-	2	2.013,04	-	-
Auxílio Administrativo – SIPAG***	De acordo com demanda	-	6	4.011,43	-	-
Participação Auditorias e Missões CGPE/DIPOA****	De acordo com demanda	-	7	6.601,98	-	-
AVES					-	-
Supervisões Regionais – Carne Aves (+Acompanhamento)	08	4.123,20	08	3144,11	100%	76,25%
Participação Auditorias dentro do estado	De acordo com demanda	-	2	1.132,42	-	-
Participação Auditorias DICA/DIPOA	De acordo com demanda	-	1(PR)	Foi disponibilizado recurso pela DICA/DIPOA	-	-
Auxílio Administrativo AVES– SIPAG***	De acordo com a necessidade	-	2	1.168,20	-	-
Treinamentos Regionais – SIPAG-AVES(Fiscalização Programas de Auto-controle)	De acordo com a necessidade	-	2	889,12	-	-
Treinamentos Nacionais – DICA/DIPOA**	De acordo com demanda	-	1	3.649,96	-	-
Colheita de Amostras POA's AVES – Conformidade*	457		430	0	94,09%	-
Colheita de Amostras – Fraude	47	-	44	335,30	93,61%	-
LEITE						
Supervisões Regionais – Leite (+Acompanhamento)	26	26.500,00	30	11.847,33	115,28%	44,70%
Inspeções e Vistorias MEL E LEITE (terrenos e estabelecimentos em construção)	De acordo com demanda	-	16	2.189,50	-	-
Reuniões Nacionais – DIPOA	De acordo com demanda	-	3	5.271,00	-	-
Colheita de Amostras POA's LEITE – Conformidade	200	14.300,00	256	9.097,77	128%	63,62%

Colheita de Amostras LEITE- Fraude*	De acordo com demanda	-	2	-	-	-
Treinamentos Regionais LEITE- SIPAG	-	-	3	2.271,38	-	-
Treinamentos Nacionais LEITE - DIPOA	De acordo com demanda	-	1	1.796,07	-	-
Participação em Auditorias Nacionais - DILEI	De acordo com demanda	-	1	2.383,16	-	-
Auxílio Administrativo -DILEI **	De acordo com demanda	-	2	1.178,36	-	-
PESCADO						
Supervisões Regionais - Pescado (+Acompanhamento)	04	1.236,96	03	917,20	75%	74,14%
Participação Auditorias dentro do Estado	De acordo com demanda	-	1	477,62	-	-
Participação em Auditorias DIPES/DIPOA	De acordo com demanda	-	2 (RJ e MG)	2.842,26	-	-
Inspeções e Vistorias Pescado(terrenos e estabelecimentos em construção)	De acordo com demanda	-	1	128,26	-	-
Colheita de Amostras POA's pescado- Conformidade*	9	0	8	0	88,88%	-
SIPAG GERAL						
Reuniões Regionais - SIPAG	2	8.411,04	2	9112,97	100%	108,34%
Reunião LANAGRO/PA	De acordo com a necessidade	-	1	2.187,07	-	-
Reuniões Nacionais - DILEI/CGI/DIPOA	De acordo com a necessidade	-	3	4.094,22	-	-

* Para colheita de amostras de conformidade, são utilizados os recursos de cada SIF, sem ônus direto ao SIPAG/TO. Ações de re-inspeção de consumo no mercado varejista de Palmas, sem custo operacional

** Treinamentos realizados pelos servidores: Alaor Oliveira Paiva Junior em APPCC pela CGPE/DIPOA e em Avaliação de Processamento Térmico (conservas) pela CGI/DIPOA e Luciana da Costa Taborda em Inspeção de Carne de aves e suínos conforme Memo n.º 566/2008/DICAO/CGI/DIPOA.

*** Considera-se Auxílio Administrativo: a substituição de encarregados de SIF's, auxílio em análise e documentos administrativos na sede do SIPAG.

**** Recursos liberados de acordo com a solicitação da CGPE/DIPOA ou CGI/DIPOA.

Tabela 05 – Metas e resultados da ação no exercício

COMENTÁRIO DOS INDICADORES EM RELAÇÃO ao PLANO INTERNO INSPANIMAL 3

Atributos Indicadores INSPANIMAL3	INSPANIMAL 3- Supervisões/fiscalizações Indicadores			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
	Descrição: Custo para garantir a sanidade e qualidade do produto ofertado ao consumidor em relação ao ano anterior	Custo de supervisões em estabelecimentos de origem animal em relação a estimativa inicial.	Número de supervisões em relação ao percentual de supervisões programadas.	Percentual de supervisões realizadas nos estabelecimentos em relação ao programado
Unidade de medida:	R\$	R\$/Supervisões e fiscalizações	Porcentagem	Porcentagem
Índice de Referência:]	- 18,45	-34,19%	13,63%	113,63%
Fonte:	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta (VA) do custo realizado de 2007 para 2008 CR2008- CR2007 41.290,78 – 50.636,65 = -9.345,87 Variação % do custo realizado de 2008 para 2007 [(CR2008÷ CR2007) x100]- 100 [(41.290,78 ÷ 50.636,65) x 100] - 100 = - 18,45	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2008: CUR = (CR2008 ÷ QR2008) 41.290,78 ÷ 100 = 421,90 CUP = (CP2008 ÷ QP2008) 56.418,26 ÷ 88 = 641,11 Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2008: [(CUR2008 ÷ CUP2008) x 100]- 100 [(421,90 ÷ 641,11) x 100] – 100= -34,19%	VARIAÇÃO ABSOLUTA (VA)ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADAS VA2008 = (QR2008 – QP2008) 100- 88 = 12 VARIAÇÃO RELATIVA (VR) ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADAS EM PERCENTAGEM [(QR2008 ÷ QP2008) x100] - 100= [(100 ÷ 88) x 100] - 100= 13,63%	VARIAÇÃO ABSOLUTA (VA) ENTRE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS E PROGRAMADAS VA2008 = (QR2008 – QP 2008) 100- 88 = 12 Relação percentual entre a fiscalização realizada e a fiscalização programada em 2008: (QR2008÷QP2008)x100 (100 ÷88) x 100= 113,63%

Tabela 06 – Metas e resultados da ação no exercício

Atributos Indicadores	INSPANIMAL 3- Colheita de amostras para análise laboratorial em estabelecimentos com SIF, comércio atacadista e varejista (leite e derivados e “dripping test”-aves).			
	Indicadores			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
	Descrição: Custo para colheita de amostras para análise laboratorial em estabelecimentos com SIF, comércio atacadista e varejista, em relação ao ano anterior	Custo para colheita de amostras para análise laboratorial em estabelecimentos com SIF, comércio atacadista e varejista.	Custo da colheita de amostra nos estabelecimentos com SIF, comércio atacadista e varejista.	Percentual de colheitas de amostras realizadas em relação ao programado.
Unidade de medida:	R\$	R\$/ colheita amostras	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	4,17%	-45,69%	21,45%	121,45%
Fonte:	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta (VA) do custo realizado de 2007 para 2008 $CR2008 - CR2007$ $9433,07 - 9.054,82 = 378,25$ Variação % do custo realizado de 2008 para 2007 $[(CR2008 \div CR2007) \times 100] - 100$ $[(9.433,07 \div 9.054,82) \times 100] - 100 = 4,17\%$	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2008: $CUR = (CR2008 \div QR2008)$ $9.433,07 \div 300 = 31,44$ $CUP = (CP2008 \div QP2008)$ $14.300,00 \div 247 = 57,89$ Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2008: $[(CUR2008 \div CUP2008) \times 100] - 100$ $[(31,44 \div 57,89) \times 100] - 100 = -45,69\%$	Variação absoluta (VA) entre colheita de amostras realizadas e programadas $VA2008 = (QR2008 - QP2008)$ $300 - 247 = 53$ Variação relativa (VR) entre colheita amostras realizadas e programadas Em porcentagem $[(QR2008 \div QP2008) \times 100] - 100 =$ $[(300 \div 247) \times 100] - 100 = 21,45\%$	Variação absoluta (VA) entre colheita de amostras realizadas e programadas $VA2008 = (QR2008 - QP2008)$ $300 - 247 = 53$ Relação percentual entre a colheita amostras realizada e a programada em 2008: $(QR2008 \div QP2008) \times 100$ $(300 \div 247) \times 100 = 121,45\%$

Tabela 07 – Metas e resultados da ação no exercício

Atributos Indicadores INSPANIMAL3	INSPANIMAL3-Treinamentos de servidores/qualificação			
	Indicadores			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição	Custo para Treinamentos de servidores/qualificação em relação ao ano anterior	Custo para treinamentos de servidores/qualificação	Custo de treinamentos de servidores/qualificação	Percentual de treinamentos de servidores/qualificação realizadas em relação ao programado.

Unidade de medida:	R\$	R\$/capacitação	Porcentagem	Porcentagem
Índice de referência:	-54,24%	-42,05%	42,85%	142,85%
Fonte:	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG	SFA/SIPAG
Fórmula de cálculo:	Variação absoluta (VA) do custo realizado de 2007 para 2008 $CR2008 - CR2007$ $17.034,52 - 37.227,13 = 20.192,61$ Variação % do custo realizado de 2008 para 2007 $[(CR2008 \div CR2007) \times 100] - 100$ $[(17.034,52 \div 37.227,13) \times 100] - 100 = -54,24\%$	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2008: $CUR = (CR2008 \div QR2008)$ $17.034,52 \div 10 = 1.703,45$ $CUP = (CP2008 \div QP2008)$ $20.578,15 \div 7 = 2.939,73$ Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2008: $[(CUR2008 \div CUP2008) \times 100] - 100$ $[(1.703,45 \div 2.939,73) \times 100] - 100 = -42,05\%$	VARIAÇÃO ABSOLUTA (VA) ENTRE treinamentos de servidores/qualificação REALIZADAS E PROGRAMADAS $VA2008 = (QR2008 - QP2008)$ $10 - 7 = 3$ VARIAÇÃO RELATIVA (VR) ENTRE treinamentos de servidores/qualificação REALIZADAS E PROGRAMADAS EM PERCENTAGEM $[(QR2008 \div QP2008) \times 100] - 100 =$ $[(10 \div 7) \times 100] - 100 = 42,85\%$	VARIAÇÃO ABSOLUTA (VA) ENTRE treinamentos de servidores/qualificação REALIZADAS E PROGRAMADAS $VA2008 = (QR2008 - QP2008)$ $10 - 7 = 3$ Relação percentual entre a treinamentos de servidores/qualificação realizada e a programada em 2008: $(QR2008 \div QP2008) \times 100$ $(10 \div 7) \times 100 = 142,85\%$

2.4. Desempenho Operacional

CÁLCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO:

Os indicadores de desempenho correspondem às ações do ano todo para a avaliação do esforço e da eficiência governamental. Conforme já detalhado neste relatório, serão utilizados 03 (três) indicadores: Supervisões/fiscalizações; Colheita de amostras para análise laboratorial em estabelecimentos com SIF, comércio atacadista e varejista (leite e derivados e “dripping test”- aves); Treinamentos de servidores/qualificação.

Programa PPA: 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.

PLANO INTERNO INSPANIMAL3 -Supervisões/fiscalizações

Indicador de Economicidade

Houve uma diminuição de despesas em relação ao ano anterior, na ordem de 18,45%, no entanto, houve aumento do número de supervisões e diminuição dos custos. Devem-se a realização de supervisões em Fábricas de Produtos não comestíveis realizados por FFA's da mesma localidade, sem custos e, na área de supervisão de leite e derivados, foram previstos inicialmente dois supervisores, porém, durante o exercício, optamos por utilizar um supervisor da região para diminuir custos. O aumento do número de supervisões deve-se ao atendimento a atividades não programadas.

Indicador de Eficiência

O custo unitário realizado foi menor que o programado, evidenciando a realização das ações com menor volume de recursos pelos motivos expostos acima.

Indicador de Eficácia

Houve eficácia, devido a quantidade de ações realizadas e a meta programada.

Indicador de Efetividade

A quantidade de ações realizadas em funções do nº de estabelecimentos fiscalizados obteve uma efetividade de 113,63% , comprovando um desempenho satisfatório.

PLANO INTERNO INSPANIMAL3 - Colheita de amostras para análise laboratorial em estabelecimentos com SIF, comércio atacadista e varejista(leite e derivados e "dripping test"-aves).

Indicador de Economicidade

No ano de 2008, houve acréscimo de despesas em relação ao ano anterior, apenas na ordem de 4,17%, no entanto, houve aumento do número de amostras coletadas.

Indicador de Eficiência

O custo unitário realizado foi menor que o programado, evidenciando a realização das ações com menor volume de recursos.

Indicador de Eficácia

Houve eficácia devido a quantidade de ações realizadas e a meta programada.

Indicador de Efetividade

Obtivemos a efetividade, pois a quantidade de ações realizadas foram maiores em **121,45%** das metas programadas.

PLANO INTERNO INSPANIMAL3 - Treinamentos de servidores/qualificação

Indicador de Economicidade

Houve uma diminuição de despesas em relação ao ano anterior, na ordem de **54,24%**, no entanto, houve aumento do número de treinamentos com redução de custos. Referida redução de deveu-se à realização de treinamentos dentro do Estado, o que evitou gastos com passagens aéreas e diárias. Apesar de ter havido dificuldades no segundo semestre para treinamentos em outros Estados, tal fato foi compensado pelos treinamentos nacionais proporcionados pelo DIPOA. O aumento do número de treinamentos foi para o atendimento de demandas em atividades não programadas.

Indicador de Eficiência

O custo unitário realizado foi menor que o programado, evidenciando a realização das ações com menos recursos, pelos motivos expostos acima.

Indicador de Eficácia

Houve eficácia, devido a quantidade de ações realizadas e a meta programada.

Indicador de Efetividade

A quantidade de ações realizadas em funções do nº de estabelecimentos fiscalizados obteve uma efetividade de **142,85%**, comprovando um desempenho satisfatório.

Em que pesem as freqüentes convocações de Fiscais Federais Agropecuários pelo DIPOA para participação em reuniões nacionais, Auditorias em outros estados e outros eventos externos, entendemos que o SIPAG/TO obteve bom desempenho na execução das atividades sob sua responsabilidade, isto porque os recursos financeiros solicitados foram disponibilizados em tempo hábil.

Dentro das ações programadas na área animal, alguns fatores contribuíram para o não atendimento total das metas programadas, tais como:

1. Falta de reuniões com FFA's e Médicos Veterinários para harmonização e nivelamento de informações de atividades e ações, objetivando melhorar a padronização das atividades desempenhadas pelos servidores e Equipes de IF;
2. Padronizar implantação de autocontroles nos Matadouros de Bovinos;
3. Insuficiência do número de FFA's no SIPAG, já que 50% do quadro localizado nas IF's é composto por Médicos Veterinários cedidos através de convênio com o Governo Estadual;
4. Insuficiência do número de Agentes de Inspeção pertencentes ao quadro efetivo, bem como número insuficiente de Auxiliares para inspeção;
5. Implantação da IN 51/2002;
6. Deslocamento de FFAs para outros estados objetivando atendimento a demandas do DIPOA para execução de atividades em outras UF's;
7. Insuficiente número de laboratórios oficiais ou credenciados.

2.3.2.2. Ação 4723 – RESÍDUO (Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal)

Tipo de Orçamento	Fiscal
Finalidade	Contribuir para as garantias de certificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal em conformidade com os limites máximos de contaminantes químicos e biológicos, estabelecidos pela legislação nacional e internacional relativa à inocuidade dos alimentos.

Descrição	Monitoramento, fiscalização e controle dos produtos importados, exportados e de consumo interno por meio de coletas de amostras desde o produtor até o consumidor final com análises laboratoriais; e rastreamento dos produtos impróprios para o consumo, possibilitando a identificação dos infratores para possível orientação ou punição.
Unidade Responsável pelas Decisões estratégicas	CRC/SDA
Unidades Executoras	SFA/TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG/TO
Coordenador nacional da ação	Leandro Diamantino Feijó
Responsável pela ação no nível local	Douglas Haas de Oliveira
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Art. 29-A e 27-A, IV e §1º, III, da Lei nº 9.712, de 20/11/1998; Instrução Normativa nº 03, de 10/01/2001 (in DOU de 1/01/2001); Instrução Normativa nº 09, de 24/03/2000 (in DOU de 30/03/2000).

Com o objetivo de aprimoramento dos trabalhos sob responsabilidade do SIPAG/SFA/TO, alguns fiscais participaram de eventos técnicos das áreas de PNCRC, do seminário de resíduos de medicamentos veterinários em bovinos, tendo sido também realizados treinamentos de 3 novos inspetores veterinários sobre procedimentos técnicos, além da utilização do SISRES no SIF 1940.

Por ser ação sob controle, planejamento e execução da Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes (CCRC), ligadas à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), apenas citamos os valores disponibilizados e utilizados.

RESULTADOS:

Metas e resultados da ação exercício:

Metas	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Colheita de Amostras*	De acordo com a demanda (55)	-	52	-
Treinamento Regional	De acordo com a necessidade	-	3	755,94
Treinamento Nacional	De acordo com a demanda	-	2	2.047,54
Reunião Regional**	1	-	1	-
Reunião Nacional	2	5.927,70	2	3.368,39

* As empresas são sorteadas e as amostras coletadas de forma aleatória e ponderada, realizadas pela CCRC/SDA, com ônus da remessa para as empresas selecionadas.

** Recursos utilizados da Coordenação de Resíduos e Contaminantes da SDA/MAPA. Sem custo para o SIPAG/TO.

Metas:

- Atender a 100% das colheitas de amostras sorteadas pela Coordenação sem a necessidade de reposição;
- Participar em 100% dos treinamentos promovidos pela Coordenação.

INDICADORES	EFICÁCIA	EFICIÊNCIA	EFETIVIDADE
Colheita de Amostras	Numero de amostras colhidas em relação à quantidade sorteada	Numero de amostras colhidas viáveis em relação à quantidade sorteada	Garantia da oferta do produto de origem animal sem resíduos e/ou contaminantes
Capacitação de pessoal	Número de servidores capacitados em relação ao número programado	Variação entre as ações dos FFA's pré e pós- treinamento	Melhoria do atendimento a programação da CCRC/SDA

Foram realizadas 52 análises das 55 amostras sorteadas (94,54%); destas, foram realizadas quatorze (14) análises de reposição na grade de sorteio, 11 com êxito. As três amostras não colhidas ocorreram por falha no atendimento à programação do SIPAG/TO para o mês de novembro, quando seriam realizadas as colheitas nos SIF's de mercado interno de leite.

O maior índice de erros foi na data limite para recebimento das amostras. Este fato deve-se à distância entre os municípios nos quais estão localizados os SIF's, principalmente as fábricas de laticínios e os maiores centros para envio do material, que são encaminhadas via SEDEX. A logística de envio das amostras constitui, portanto, o maior entrave para o pleno atendimento ao Programa Nacional.

A alteração da base de apoio da CCRC para a CGPE/DIPOA causou grandes entraves na comunicação e agilidade de atendimento às solicitações da Gestão Estadual. Tal fato pode ser observado pela demora em atender à solicitação de inclusão das amostras de reposição dos SIF's, principalmente aqueles de mercado interno.

Foram colhidas 49 amostras, com 89,09 % de eficácia.

No que concerne à **efetividade**, observa-se uma boa representatividade das matérias-primas e produtos dos estabelecimentos com SIF no Estado do Tocantins. Essa efetividade, aliada ao índice de amostras em conformidade com a legislação, permite assegurar que, em relação ao controle de resíduos, os produtos fabricados nos estabelecimentos com SIF no Estado do Tocantins não ofereceram risco aos consumidores, fato altamente benéfico à sociedade tocaninense, já que os produtos daqui oriundos adquiriram maior credibilidade no país e no exterior.

2.3.2.3. Ação 4790 : Padronização e Classificação de produtos vegetais

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Certificar a identidade e qualidade dos produtos vegetais
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para a padronização de produtos vegetais; elaboração de regulamentos técnicos para validação de padrões; classificação dos produtos para a certificação de identidade e qualidade antes de serem colocados à disposição dos consumidores e fiscalização da identidade e qualidade nas fases de preparação, embalagem e comercialização dos produtos padronizados pelo MAPA
Unidade Responsável pelas Decisões estratégicas	SDA/DIPOV/CGQV
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG
Coordenador nacional da ação	Fernando Guido Penariol
Responsável pela ação no nível local	André de Paula Simões

Metas Previstas

Física			Financeira		
Descrição	Unidade	Quant	Natureza da Despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Fiscalização de Produtos	Fiscalização	2.000 ton	339014 339030 339033 339039		22.733,02
Fiscalizações Estabelecimentos	Fiscalização	100			
Coleta de amostras	Amostra	100		11337,02 3500,00 1396,00 6500,00	
Fiscalizações de Postos de Classificação	Fiscalização	5			

Participação em Eventos	Evento	De acordo com a demanda			
Treinamento	Treinamento	De acordo com a demanda			

Metas Realizadas

Física			Financeira		
Descrição	Unidade	Quant	Natureza da Despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Fiscalização de Produtos	Fiscalização	2.766,34 ton	339014 339030 339033 339039		19.459,49
Fiscalizações Estabelecimentos	Fiscalização	70			
Coleta de amostras	Amostra	79		9.684,87	
				3.447,89	
				495,73	
				5.821,00	
Fiscalizações de Postos de Classificação	Fiscalização	10			
Participação em Eventos	Evento	1			
Treinamento	Treinamento	1			

RESULTADOS:

Com o reinício dos trabalhos do PI PADCLASSIF ocorrido em 2007, o serviço de fiscalização da Classificação Vegetal orientou suas ações para a fiscalização dos empacotadores, embaladores e distribuidores de produtos padronizados pelo Ministério da Agricultura que são diretamente destinados à alimentação humana.

O foco da fiscalização no estado do Tocantins foram os produtos de maior consumo “*per capita*” como: Arroz, Feijão, Farinha de Mandioca e Óleo de Soja. O trabalho de fiscalização “*in loco*” das empresas que beneficiam e embalam produtos alimentícios com obrigatoriedade de classificação, assim como na empresa credenciada para prestar este serviço à sociedade, possibilitou uma maior atenção por parte das empresas em realizar o que é de sua obrigação, garantindo a conformidade entre o produto exposto à venda e sua identidade e qualidade estabelecida pelo Ministério da Agricultura.

A participação do fiscal responsável pela área em treinamentos de classificação vegetal de Feijão (1) contribuiu de forma significativa para o bom andamento dos trabalhos no ano de 2008.

Desempenho Operacional

Para avaliação do desempenho institucional desta ação, o SIPAG/TO considera os seguintes indicadores: eficácia, eficiência e efetividade, construídos a partir dos elementos descritos no quadro a seguir:

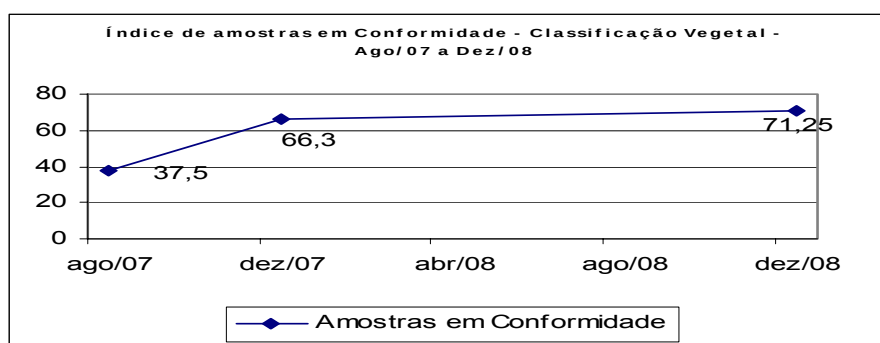
INDICADORES	Inspeção/fiscalização Embaladores/benefici- adores	Inspeção/fiscalização Postos credenciados	Fórmula	Resulta do
EFICÁCIA	Nº de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado	Nº de Fiscalizações Realizadas em relação ao Programado	$\frac{\text{Nº Fiscalizações realizadas}}{\text{Nº Fiscalizações Programadas}}$	$\frac{80}{105} = 76,1\%$
EFICIÊNCIA	Relação custo benefício das ações de fiscalização	Relação custo benefício das ações de fiscalização	$\frac{\text{Total de recursos utilizados}}{\text{Total de fiscalizações realizadas}}$	$\frac{19.459,49}{80} = 243,24$
EFETIVIDADE	Índice de conformidades apontadas nas análises de amostras coletadas em estabelecimento produtor de Produtos de origem vegetal		$\frac{\text{Nº de amostras em conformidade}}{\text{Nº total de amostras classificadas}}$	$\frac{57}{80} = 71,25\%$

Com base nos parâmetros acima descritos, podemos avaliar que as atividades desenvolvidas tiveram impactos positivos na conjuntura político-econômica na qual esta ação se insere dentro do estado do Tocantins.

Com relação à eficácia, a fiscalização do SIPAG/TO atingiu 76% dos estabelecimentos envolvidos no processo da classificação vegetal passíveis de fiscalização, número que só não foi superior devido a condições estruturais (deficiência de número de pessoal). Para o exercício em análise, foi estabelecida a meta de 2000 toneladas de produtos para serem fiscalizados no Estado do Tocantins, esse quantitativo foi superado em 766,34 toneladas, ou seja, a fiscalização atingiu 138% da meta estabelecida de fiscalização de produtos destinados a alimentação humana.

A eficiência desta ação mede a relação custo benefício das ações de fiscalização, que atingiu o valor de R\$ 243,24 por ação de fiscalização, ou seja, uma redução de R\$ 23,38 por fiscalização realizada no ano de 2008.

Com base nestas informações, pode-se afirmar que, em agosto de 2007, apenas 37,50% do arroz comercializado no Tocantins correspondia à qualidade declarada nas embalagens, passando, em dezembro daquele ano, para 66,30% e, ao final de 2008, alcançou o índice de 71,25% do produto comercializado dentro dos padrões de qualidade exigidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A meta do Governo Federal é garantir que 100% do produto comercializado esteja de acordo como as exigências legais. A evolução da garantia da qualidade do arroz comercializado no estado do Tocantins está representada no gráfico a seguir:



Principais Entraves

O serviço de fiscalização da classificação vegetal tem se deparado com poucos, porém substanciais problemas estruturais para o pleno desenvolvimento das ações do programa. A principal dificuldade é a falta de um laboratório para execução da classificação de fiscalização dentro da SFA-TO, sendo esse serviço realizado nas dependências da SEAGRO-TO, o que acarreta maior dispêndio de tempo para análise e elaboração dos laudos de classificação.

Também a inexistência de um classificador habilitado pelo Ministério da Agricultura para trabalhar juntamente com o Fiscal Federal gera dificuldades na execução dos trabalhos.

Por fim, a inexistência de um veículo de uso exclusivo para o serviço, adaptado para as necessidades do mesmo, também é um dos entraves para o bom andamento dos trabalhos desta ação.

2.3.2.4. Ação 2131 – IPVEGETAL 2

ATIVIDADES DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO VEGETAL

- I- Controlar e orientar as atividades de inspeção, certificação e fiscalização da produção de bebidas em geral.
- II- Emitir parecer em processo administrativo relativo à infração aos dispositivos legais referentes à concessão, renovação e cancelamento de registro de bebidas em geral, bem como dos respectivos estabelecimentos produtores ou fabricantes, standardizadores, envasilhadores ou engarrafadores, acondicionadores, exportadores e importadores.
- III- Elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos, para inspeção higiênico-sanitária e tecnológica das bebidas em geral, bem como dos respectivos estabelecimentos que os produzem ou fabricam, standardizam, envasam ou engarrafam, acondicionam, exportam e importam, que tratam de:
 - A) registro junto ao MAPA, bem como de classificação e certificação destes produtos e estabelecimentos;

- B) controle de qualidade e de tecnologias afins, a serem observados pelos estabelecimentos registrados no MAPA, bem como as exigências relativas às instalações, equipamentos e registros documentais;
- C) padrões de identidade e qualidade a serem observados em bebidas em geral e,
- D) controle da qualidade de matéria-prima e estoque de bebidas em geral.
- IV- desenvolver modelos e programas de auditoria da qualidade nos estabelecimentos de bebidas em geral, incluindo Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimento Padrão de Higiene Operacional (PPHO).
- V- supervisionar a manutenção do sistema informatizado referente ao controle de registro e cadastro de bebidas em geral.

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Finalística
Descrição	Inspeção de Vinhos e Derivados da Uva e do Vinho, Vinagres e Bebidas em Geral de Origem Vegetal
Unidade Responsável pelas Decisões estratégicas	CGVB/DIPOV/SDA/MAPA
Unidades Executoras	SFA/TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG/TO
Coordenador nacional da ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Responsável Técnico pela ação a nível local – RT	FFA Mauro Medeiros de Moura

RESULTADOS

A área de inspeção vegetal deu continuidade às ações em consonância com o Plano Operativo Anual e as metas estabelecidas pelo SIPLAN de 80 inspeções. Foram realizadas 94 ações, a um custo unitário operacional de R\$ 97,68, superando em 17,50% a meta física programada. Levando-se em consideração as distancias entre a SFA/TO e os municípios onde estão localizadas as empresas e a baixa concentração de fábricas por microrregião, o custo por ação pode ser considerado econômico.

O segmento de bebidas, constituído por 35 fábricas, produziu 112 marcas comerciais, assim distribuídas: 16 estabelecimentos no segmento de cachaça de alambique vinculados a uma Cooperativa e uma marca comercial; 05 estabelecimentos no segmento de refrigerantes, gerando 78 marcas comerciais; 03 estabelecimentos de Sucos com 13 marcas comerciais; 05 estabelecimentos no segmento de Polpa de Frutas com 05 marcas comerciais; 05 estabelecimentos de água de coco com 05 marcas comerciais e 01 estabelecimento de Bebida Alcoólica Mista, com 10 marcas comerciais.

Das 25 marcas comerciais analisadas, 23 apresentaram-se em conformidade e 02 fora dos padrões de identidade e qualidade, ou seja, 92% das amostras analisadas atenderam ao previsto na legislação.

Com a contribuição das empresas inspecionadas, foi possível promover a melhoria dos estabelecimentos e produtos, demonstrando que foram efetivas e profícuas as ações do MAPA ao garantir a qualidade de 92% dos produtos oferecidos ao consumidor final, com reflexos positivos na saúde dos consumidores.

A divulgação das ações provocou aumento de consultas ao setor de bebidas e o conseqüente interesse das empresas em regularizar a sua situação, havendo sido os segmentos de produção de cachaça e água de coco os que mais procuraram orientação junto ao SIPAG/TO, tornando-se os que quais demandaram visitas às regiões produtoras com o objetivo de prestar serviços de orientações técnicas.

Com o objetivo de redirecionar e harmonizar as ações previstas para cada estado da federação, o RT/TO participou de uma reunião em Brasília, bem como do Encontro Nacional de Bebidas, em Goiás. Tais eventos foram promovidos pela CGCV/DIPOV/SDA, responsável pela ação, objetivando a melhoraria da fiscalização e o melhor aproveitamento das amostras colhidas, identificando as falhas do processo produtivo.

Metas e resultados das ações no exercício de 2008.

Metas	Previstas			Realizadas		
	Física	Financeira		Física	Financeira	
Fiscalizações Estabelecimentos	80	Custeio	investimento	84	custeio	Investimento
		36.661,32	80.000,00		9.182,79	5.359,16
Participação em Eventos/Reuniões	01			02	Custeadas pela CGVB	

DESEMPENHO OPERACIONAL

Para avaliar o desempenho institucional desta ação, o SIPAG/TO levou em consideração os seguintes indicadores: eficácia, eficiência e efetividade, construídas a partir dos elementos descritos no quadro a seguir:

INDICADORES	Inspeção/fiscalização em fábricas de bebidas	Formula	Resultado
EFICÁCIA	Nº de Estabelecimentos inspecionados/fiscalizados em relação à meta física Programada em termos relativos	$\frac{\text{Nº inspeções realizadas/}}{\text{Nº de inspeções Programadas}}$	94/80 = 117,50 %
EFICIÊNCIA	Custo unitário da fiscalização em relação ao programa	$\frac{\text{Total de recursos utilizados/}}{\text{Total de fiscalizações realizadas}}$	9.182,04 / 94 = 97,68 Não foi calculado a VR porque em 2007 não foi calculado nenhum indicador

EFETIVIDADE	% de inspeções/fiscalizações realizadas em relação ao total de Estabelecimentos registrados	Nº de inspeções realizadas/	94/27 = 3,48
		Nº total de Estabelecimentos	

Com base nos parâmetros acima descritos, podemos avaliar que as atividades desenvolvidas no decorrer do ano de 2008 tiveram impactos positivos na conjuntura político-econômica na qual esta ação se insere dentro do estado do Tocantins.

Com relação à **eficácia**, atingiu-se 17,50% a mais do que o programado, número que só não foi superior devido a condições estruturais (deficiência de pessoal). Para o ano de 2008, foi estabelecida a meta de 80 inspeções nas fábricas de bebidas, ficando estipulado que cada uma seria inspecionada, no mínimo, duas vezes, o que propiciou uma significativa melhoria na estruturação dessas fábricas e, conseqüentemente, na qualidade dos produtos ofertados pelas mesmas.

No que concerne à **efetividade**, pode-se afirmar que o consumidor no estado do Tocantins tem consumido produtos de origem vegetal de melhor qualidade e confiabilidade e o trabalho da inspeção/fiscalização do segmento de bebidas tem atingido seus objetivos.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - SEFAG/DT/SFA-TO

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

O Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/TO) tem por objetivo atender ao **Programa de Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários** do PPA 2008-2011, através das seguintes ações, correspondentes aos Planos Internos (PI's) abaixo descritos:

ÁREA VEGETAL

- FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes;
- FISCAGRIC – Fiscalização dos Serviços Agrícolas;
- FISCALSEM – Fiscalização de Sementes e Mudanças;
- FISAGROTOX – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins;

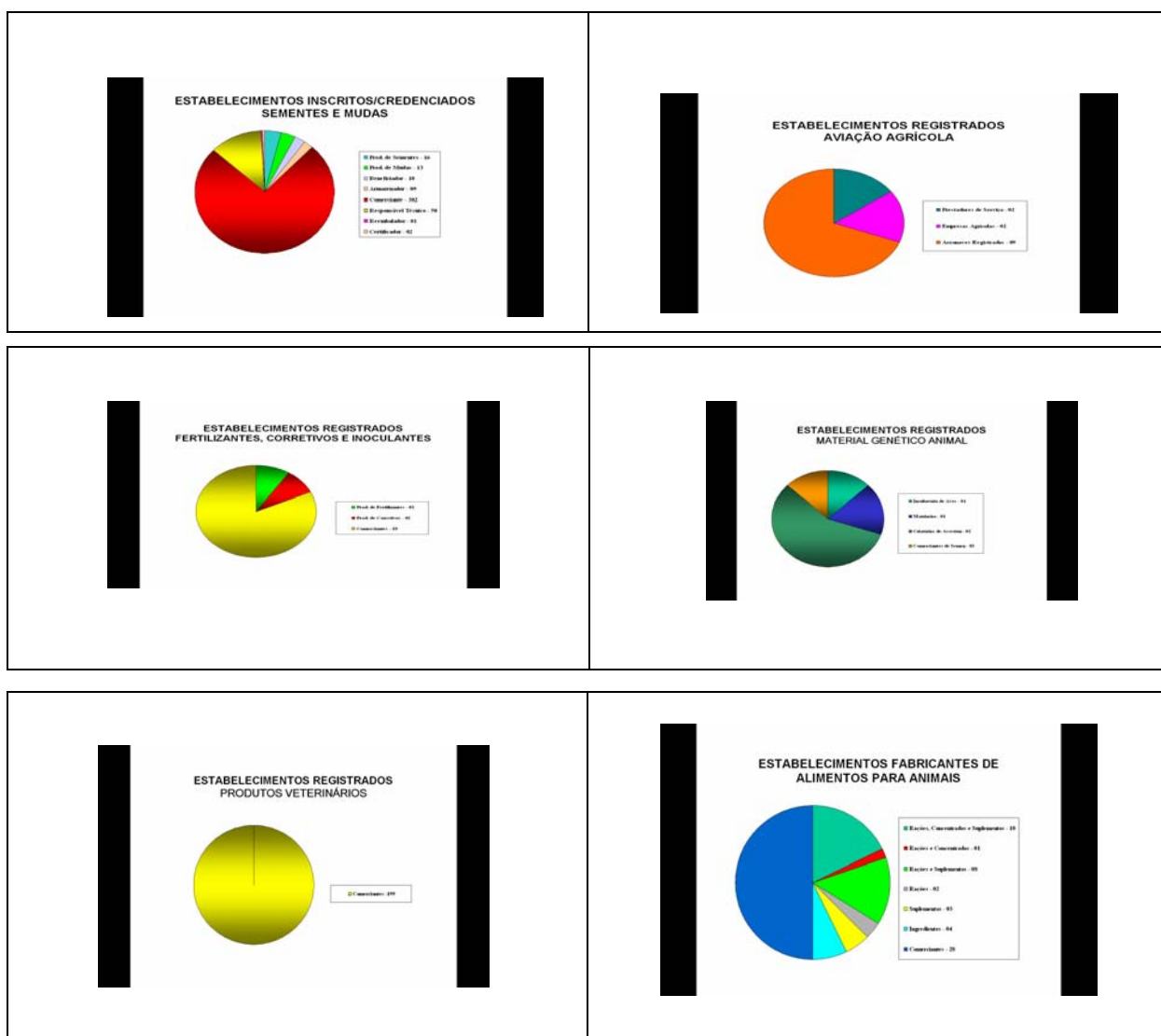
ÁREA ANIMAL

- FISCINAN – Fiscalização de Alimentos para Animais;

- FISPROVET – Fiscalização de Produtos Veterinários;
- FISCGENE – Fiscalização de Material Genético Animal.

Esporadicamente este serviço atua também na área do SISBOV e FISCOGEM, este ultimo em conjunto com o SEDESA/SFA-TO.

Salientamos o universo das ações desenvolvidas pelo SEFAG/SFA-TO, no estado está sedimentado em todas as microrregiões, pelas diversas áreas de abrangência de cada PI, como pode ser visto pela quantidade de estabelecimentos registrados, inscritos e/ou credenciados conforme demonstram gráficos a seguir:



Dentre os fatores que afetaram significativamente a execução do programa, está a falta de recursos humanos, bem como a ausência de equipes de apoio (técnicos). Ainda assim, a equipe composta pelos servidores relacionados a seguir vem executando as ações com o intuito de melhorar a qualidade dos produtos e serviços ofertados à sociedade:

- Engenheiros Agrônomos

- José Dourado Júnior – Chefe
- Eduardo da Silva Barreto
- Rodrigo Fleury Curado

- Médicos Veterinários

- Heleno Guimarães de Carvalho
- João Loures Salinet (Colaborador Eventual – SEAGRO)

- Zootecnista

- Ivan Nunes de Oliveira

O Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DT-SFA/TO) desenvolve as atividades de fiscalização de inspeção, controle e acompanhamento de:

As fiscalizações são realizadas “in loco” nos estabelecimentos envolvidos, ocasiões nas quais são colhidas amostras destinadas à aferição da qualidade dos produtos. Estas atividades se desenvolvem de acordo com a programação elaborada para cada Plano Interno – PI no ano anterior, sendo atribuição do SEFAG o controle das seguintes categorias de estabelecimentos:

- a) estabelecimentos e firmas que se dedicam à produção e importação de sêmen e de embriões, de materiais genéticos avícola, suíno, apícola e sericícola, bem como à prestação de serviços na área de reprodução animal;
- b) reprodutores doadores de sêmen;
- c) estabelecimentos industriais produtores, importadores, exportadores e de comercialização de alimentos para animais e seus respectivos produtos;
- d) estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e de comercialização de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes e seus respectivos produtos;
- e) registros de materiais genéticos animal e vegetal, de produtos veterinários, de alimentos para animais, de corretivos, fertilizantes, biofertilizantes e inoculantes e, ainda, dos estabelecimentos que os produzem, manipulam, fracionam ou importam e daqueles que prestam serviços especializados na agropecuária, de estabelecimentos criatórios de animais vivos, inclusive ratitas, na forma regulamentada pela Secretaria de Defesa Agropecuária;
- f) produtores de sementes, mudas e plantas matrizes, que têm fins comerciais e uso próprio, consoante normas específicas, inclusive quanto à observância dos descritores definidos no Registro Nacional de Cultivares;
- g) estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e de comercialização de produtos de uso veterinário e seus respectivos produtos;
- h) estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e de comercialização de agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como seus respectivos produtos, consoante normas específicas;

- i) associações de criadores, de classe, de raças, de produção integrada e de produtos orgânicos; e
- l) empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários, leiloeiros, promotores de eventos, aviação e mecanização agrícolas;

2.3. Programas

2.3.1. Programa: 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Dados gerais do programa

Tipo de programa (1)	Programa finalístico
Objetivo geral	Garantir a qualidade e a conformidade de insumos e serviços agropecuários, salvaguardando os produtores e a atividade agropecuária.

Objetivos Específicos	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Gerente do programa (2)	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo (2)	Inácio Afonso Kroetz
Responsável pelo programa no âmbito da UJ (3)	José Dourado Júnior
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Taxa de conformidade dos insumos e serviços agrícolas
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

2.3.2. Principais Ações do Programa

2.3.2.1. AÇÃO: 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal

Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP
Coordenador nacional da ação (1)	Fernanda Marcussi Tucci
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG-TO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº 6.198, de 26/12/1974; Decreto nº 6.296, de 11/12/2007; Instrução Normativa nº 4, de 23/02/2008.

RESULTADOS:

As metas do PI FISCINAN foram rigorosamente cumpridas no ano de 2008, devido a diversos fatores positivos:

- 1- A planilha de coletas de amostras de Conformidade, de Salmonelas e de Microscopia foi nos enviada no início do ano, com as respectivas metas a serem cumpridas;
- 2- Os recursos financeiros foram descentralizados de acordo com o cronograma estipulado no POA, tanto o planejado como o de urgência, quando solicitados;
- 3- Para o cumprimento das metas, tivemos a colaboração do Médico Veterinário da SEAGRO-TO, João Loures Salinet, colocado à disposição deste Serviço por meio de Convênio celebrado entre as Instituições, tendo sua atuação fundamental importância na consecução dos objetivos;
- 4- O interesse dos produtores e comerciantes em garantir a qualidade de seus produtos foi fator de suma importância para o cumprimento de nossas metas

Com o objetivo de harmonizar procedimentos e aprimorar a condução de processos administrativos, um FFA do SEFAG participou da Reunião da Coordenação de Alimentos para Animais, em Goiás e da III Reunião do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP, no Rio Grande do Sul.

Durante o ano de 2008 foram feitas 06 (seis) Autorizações de Embarque de LI's – Licenciamento de Importação de Alimentos para Animais, totalizando 453.327.00 kg, principalmente de alpiste.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO		EXECUÇÃO		EXECUÇÃO/ PREVISÃO %	
	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
Fiscalizações Estabelecimentos (registrados e clandestinos)	137	18.391,00	132	10.697,50	0,96	0,58
Coleta de amostras	210		222		1,06	
Participação em Eventos	De acordo com a Demanda	4.497,14	02	4.497,14	1,00	1,00

2.3.2.1. Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores.
Descrição	Fiscalização de conformidade dos estabelecimentos produtores e comerciantes de fertilizantes, corretivos e inoculantes.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA
Coordenador nacional da ação (1)	José Guilherme Tollstadius Leal
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG-TO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto 5.351/2005, Decreto 4.954/2004 e Decreto 5.741/2006.

RESULTADOS:

Com o objetivo de atingir as Metas previstas no Plano Operativo Anual, foi realizada uma força tarefa (“Blitz”) da qual participaram 04 (quatro) Fiscais de outros Estados e da Sede, sendo os trabalhos de fiscalização executados em duas áreas distintas do estado, havendo também oferecidos treinamentos para os Fiscais Federais da SFA/TO. Dos treinamentos para utilização do Sistema SIPE e do SICAR, participou o FFA GILSON HUMBERTO MOROMIZATO, enquanto o Fiscal Federal José Dourado Júnior, concluiu o curso de Extensão

Universitária na modalidade de Especialização em Tecnologia de Produção de Fertilizantes realizado na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ/USP.

Durante o ano de 2008 foram feitas 17 (dezessete) Autorizações de Embarque de LI's – Licenciamento de Importação de fertilizantes, totalizando 19.604 toneladas, principalmente de macronutrientes como, potássio, fósforo e nitrogênio.

Metas e resultados da ação no exercício .

* Índices apurados conforme Indicadores de Desempenho da Coordenação de Fiscalização de Insumo Agrícolas – CFIC/DFIA.

META	PREVISÃO		EXECUÇÃO		EXECUÇÃO/PREVISÃO %	
	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
Evolução do custo médio da fiscalização	86	6.038,58	65	6.658,25	1,57*	
Custo apurado por fiscalização em relação ao programado	133	20.954,68	65	7.546,05	0,74*	
Fiscalização realizada em relação ao programado	75		65		0,87	

Fiscalização realizada em estabelecimento produtor	17		17		1,00	
Fertilizante mineral sólido amostrado em relação ao consumo anual	208.610		1.846,24		0,89	
Corretivo amostrado em relação à produção anual	1.065.438		76.460		7,18	
Processo julgado em 1ª Instancia	NP		3		0,60	
Coleta de amostras	58		30		0,51	
Treinamento	01	1.723,83	01	1.723,83	1,00	1,00
Participação em Eventos	De acordo com a Demanda	-	01			

2.3.2.1. Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças

Fiscalização realizada em estabelecimento produtor	17		17		1,00	
Fertilizante mineral sólido amostrado em relação ao consumo anual	208.610		1.846,24		0,89	
Corretivo amostrado em relação à produção anual	1.065.438		76.460		7,18	
Processo julgado em 1ª Instância	NP		3		0,60	
Coleta de amostras	58		30		0,51	
Treinamento	01	1.723,83	01	1.723,83	1,00	1,00
Participação em Eventos	De acordo com a Demanda	-	01			

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas a fim de garantir a conformidade dos padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	Fiscalização de sementes e mudas.

Unidade Responsável pelas Decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA
Unidades executoras	SFA-TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG-TO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	A Lei nº 10.711/03 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5.153/04, bem como as Instruções Normativas nº 09 de 02/06/2005, 15 de 12/07/2005, 18 de 13/04/2006, 24 de 16/12/2005, 25 de 16/12/2005 e 36 de 28/12/2004 são as Normas aplicáveis à fiscalização das atividades do Sistema Nacional de Sementes e Mudanças.

RESULTADOS:

Metas e resultados da ação no exercício

Metas	Previsão		Execução		Execução/ Previsão %	
	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
Fiscalização de Entidade	151		265		175,5	
Fiscalização de Produto	40		44		110,0	

Total Fiscalizações Realizadas de	191	39.441,52	309	43.348,28	161,8	109,9
Participação em Eventos	De acordo com a demanda	-	14	11.809,92	-	281,2
Treinamento	2	4.200,00	2		100,0	

Foram fiscalizados/conferidos a maioria dos campos de sementes inscritos no Estado. Em um universo de 29.294,64 h, foram fiscalizados 17.600,70, ou seja, 60% da área explorada para produção de sementes certificadas e não certificada de soja, arroz, feijão, sorgo, milheto, calopogônio, andropogon e *Brachiaria humidicola*).

Em que pese a existência de Certificadores de Produção Própria credenciados e Entidades Certificadoras que prestam serviços a produtores aqui localizados, alguns deles demandam certificação pelo Ministério da Agricultura. Foram vistoriados 753,3 ha e colhidas amostras para certificação de 87, toneladas.

Inscreveram-se no Registro Nacional de Sementes e Mudanças- RENASEM 05 Produtores, 03 Armazenadores, além de 13 Produtores de Mudanças, 49 Comerciantes de Sementes, 04 Comerciantes de Mudanças e credenciados, 17 Responsáveis Técnicos e 01 Certificador de Produção Própria, gerando a arrecadação de R\$ 34.651,00 durante o ano de 2008.

Com a participação de FFAs de outras Unidades da Federação e Inspectores da ADAPEC, foram realizadas, em regime de força tarefa, 03 (três) operações de fiscalização. A 1ª contemplou produtores de sementes de soja atuantes no Estado, além de produtores de outros Estados que aqui instalaram campos de produção, havendo sido fiscalizados estabelecimentos produtores, beneficiadores e armazenadores, com foco em soja e usuários de sementes de arroz. A 2ª foi realizada em 14 (quatorze) estabelecimentos que comercializam sementes de forrageiras nos municípios da região norte do Tocantins, nos quais foram coletadas 36 amostras de sementes de diversas espécies forrageiras, de 13 (treze) produtores diferentes. A 3ª foi realizada nos municípios da região produtora de grãos de soja, onde foram fiscalizados sojicultores, usuários de sementes de soja, atingindo também comerciantes de soja da região.

Houve também maciços investimentos na capacitação e reciclagem dos Fiscais envolvidos com o Serviço, havendo sido propiciado aos mesmos a participação em vários eventos técnicos em todo o País, dentre eles: I Encontro do Curso de Especialização em Produção e Tecnologia de Sementes, Congresso *Jatropha* World Congress, I Reunião Anual de Insumos Agrícolas-RAIA, Encontro sobre Certificação de Sementes, XXVII Ciclo de Reuniões da CSM-PR, Curso de Vistoria de Campos de Sementes de Milho no Esquema OECD, Reunião sobre o RENASEM, Reunião sobre a cultura do pinhão-mansão, Reunião para ativação do projeto: "Transferência de tecnologias visando o reconhecimento por IGP de sementes sadias de feijão em Várzeas Tropicais do Tocantins", Dia-de-campo sobre cultivares de cana-

de-açúcar, Dia-de-campo sobre o Feijão nas Várzeas Tropicais Tocantinenses, 1º Curso de Capacitação em Boas Práticas Agrícolas-BPA com enfoque na produção de sementes em várzeas, Reunião sobre a cultura do pinhão-mansão, Curso de Vistoria de Campos de Sementes de Milho para Certificação no Esquema OEC.

Os recursos para participação no XXVII Ciclo de Reuniões da CSM-PR em Foz do Iguaçu/PR e no Curso de Vistoria de Campos de Sementes de Milho no Esquema OECD em Sete Lagoas/MG foram pagos diretamente pela CSM/DFIA.

2.3.2.1. Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA
Coordenador nacional da ação (1)	André Guilherme Mardegan
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG-TO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto-Lei nº 917, de 07/10/1969, regulamentado pelo Decreto nº 86.765, de 22/12/1981; art. 4º, IV e V, da Lei nº 8.171, de 17/01/1991; art. 27, I, "e" e "f", da Lei nº 10.683, de 28/05/2003; e Anexo I, art. 1º, V e VI, 11, I e II, "e", e 13, VI, do Decreto nº 4.629, de 21/03/2003 e Instrução Normativa nº 02, de 03/01/2008.

RESULTADOS:

As atividades desenvolvidas no segmento de Aviação Agrícola são executadas com o objetivo de proteção à vida e à saúde das populações, bem como à fauna e a flora.

Devido a problemas internos da SFA/TO, à falta de pessoal habilitado (coordenadores) e à falta de descentralização de recursos financeiros, no período de 2007/2008, as atividades de fiscalização de aviação agrícola não foram integralmente executadas no estado do Tocantins.

Em razão de denúncia ao órgão central foram descentralizados créditos aplicados em ação nos municípios de Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia, cujo resultado foi a fiscalização de sete empresas, sendo cinco operadoras de aviação agrícola, uma proprietária de avião agrícola (sede), quatro pistas de pouso e oito aeronaves agrícolas, que foram autuadas e orientadas a registrar-se no MAPA.

A efetividade deste trabalho foi o registro de três empresas que, atualmente, executam suas atividades de acordo com as exigências legais.

Em relação à capacitação de pessoal, um Fiscal Federal Agropecuário participou do Congresso Mercosul de Aviação Agrícola e outros dois do Curso de Coordenadores em Aviação Agrícola.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO		EXECUÇÃO		EXECUÇÃO/PREV ISÃO %	
	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financ eira
Fiscalizações Estabelecimentos – Sede	06	1.200,00*	07	887,80	1,16	0,73
Fiscalizações Estabelecimentos – Campo	04		03		0,75	
Treinamento	02	4.862,79	02	4.862,79	1,0	1,0
Participação em Eventos	De acordo com a demanda	3.290,63	01	3.290,63	1,0	1,0

* Financeiro disponibilizado através do PI FISFECOI

2.3.2.1. AÇÃO: 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Fiscalizar os estabelecimentos revendedores de produtos veterinários
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP
Coordenador nacional da ação (1)	Marcus Vinícius Leandro
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG-TO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto-Lei nº 467/1969; Decreto nº 5.053/2004, Instrução Normativa nº 13/2003 e Portaria Ministerial nº 301/1996.

RESULTADOS:

O programa de fiscalização de produtos veterinários tem como base legal o Decreto Nº 5053, de 22 de Abril de 2004 e seus atos complementares, sendo que, no estado, dada a inexistência de empresas produtoras, fiscalizamos apenas estabelecimentos comerciais. Durante o exercício em relato, foram realizadas 65 (sessenta e cinco) ações de fiscalização, gerando 23 (vinte e três) Autos de Infração e 33 (trinta e três) Termos de Apreensão totalizando 1.461 (mil quatrocentos e sessenta e um) unidades de produtos apreendidos e que foram inutilizados por serem alterados, adulterados, falsificados ou impróprios para uso veterinário. As referidas ações provocaram o cancelamento de 15 (quinze) estabelecimentos e o registro de 26 (vinte e seis) novos estabelecimentos.

Com o objetivo de harmonizar procedimentos, o RT participou da Reunião anual do DFIP realizada no Rio Grande do Sul.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO		EXECUÇÃO		EXECUÇÃO/PREVISÃO %	
	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
Fiscalizações Estabelecimentos	58	2.508,00	66	R\$ 3.208,67	1,14	0,78
Treinamento						
Participação em Eventos	De acordo com a demanda	3.598,89	1	3.598,89	1,00	1,00

2.3.2.1. AÇÃO: 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP
Coordenador nacional da ação (1)	Beronete Barros
Unidades executoras	SFA-TO

(1)	
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG-TO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Art. 1º, III, da Lei nº 9.712/1998; Lei nº 6.446, de 05/10/1977; Decreto nº 187, de 09/08/1991; Portaria Ministerial nº 501, de 06/09/1993; Portaria / SDR de 05/09/1996; Instrução Normativa nº 04, de 30/12/1998; Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 21/02/2003.

RESULTADOS:

O PI FISCGENE tem por objetivo o controle da qualidade do material genético animal comercializado no país, tendo como fundamento legal a Lei 6.446/77, o Decreto 187/91 e seus atos complementares.

Foram realizadas três fiscalizações em dois estabelecimentos avícolas, um matrizeiro e um incubatório, visando seu registro e adequação. Este já possuía registro e foi fiscalizado com objetivo de sua adequação à Instrução Normativa nº 56/2008, Havendo que se lembrar que registro deste tipo de estabelecimentos demandam ações conjuntas com o Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA/SFA-TO, razão pela qual os deslocamentos foram custeados com recursos daquele serviço (ver quadro abaixo – Meta: Fiscalização em estabelecimento – Financeiro: Zero).

Importante é salientar que o responsável Técnico acumulou a responsabilidade Técnica dos programas FISCGENE e FISPROVET, que se dedicou também às atividades de acompanhamento do convênio MAPA/FAET e às ações de auditoria e treinamento de técnicos SISBOV – Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos, programa este sob sua responsabilidade na SFA-TO.

Com o objetivo de aprimorar os trabalhos, foi realizado um curso para treinamento de auditores do SISBOV, para técnicos da SFA-TO, SFA-MA e ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, com a participação de 39 (trinta e nove) técnicos.

Convém salientar aqui que o fiscal Heleno Guimarães de Carvalho participou de diversas convocações a pedido da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA, como auditor do SISBOV em vários estados, o que refletiu negativamente no desempenho de suas atividades no estado.

Durante o ano tivemos três participações custeadas com recursos deste programa: reunião em Brasília para tratar da Instrução Normativa nº 56/2007 e um treinamento em Auditoria de Conformidade em Estabelecimento com Coleta de Sêmen de Suínos, no Rio Grande do Sul, participando ainda da reunião nacional DFIP, também realizada no Rio Grande do Sul.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO		EXECUÇÃO		EXECUÇÃO/PREVISÃO %	
	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
Fiscalizações Estabelecimentos	06	**	03		0,5	
Treinamento	02	2.414,33	02	1.928,71	1,00	1,00
Participação em Eventos	De acordo com a Demanda	3.458,17	03	3.458,17	1,0	1,00

** Financeiro realizado através de recursos disponibilizado pelo SEDESA

2.3.2.1. AÇÃO: 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual e de estabelecimentos para tratamento quarentenário e credenciar instituições de pesquisa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA
Coordenador nacional da ação (1)	Luis Eduardo Pacifici Rangel
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEFAG-TO
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº 7.802, de 12/07/1 989; Decreto nº 4.074, de 04/01/2002.

RESULTADOS

Devido à inexistência de estabelecimentos produtores, importadores ou exportadores de agrotóxicos, as ações referentes ao controle de qualidade desses produtos em estabelecimentos não foram estabelecidas nem efetivadas.

A Superintendência Federal de Agricultura no Tocantins, pretende estabelecer parcerias com o Estado, visando controlar a comercialização e uso de agrotóxicos nesta Unidade da federação. Para tal manteremos contactos com órgãos legalmente competentes, especialmente com o IBAMA e com a ADAPEC.

Com o intuito de implantar ações em parcerias com outras instituições, o RT pelo programa participou do 1º Curso Norte – Nordeste, de profissionais treinados em Tratamentos Fitossanitários e Quarentenários, realizado em Fortaleza / CE e, juntamente com um Inspetor da ADAPEC, participou do VI Seminário Nacional sobre Agrotóxicos e Afins, em Belém / PA.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO		EXECUÇÃO		EXECUÇÃO/PREVISÃO %	
	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
Fiscalizações Estabelecimentos	0	0	0	0	0	0
Treinamento	01	2.295,67	01	2.295,67	1,0	1,0
Participação em Eventos	De acordo com a Demanda	2.897,21	02	2.897,21	1,0	1,0

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

Para avaliar o desempenho operacional das ações, o SEFAG/TO levou em consideração os seguintes conceitos: eficácia, eficiência e efetividade, construídos a partir dos indicadores descritos nos quadros a seguir:

AÇÃO: 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal

Indicadores de desempenho

INDICADORES	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalização em estabelecimentos e clandestinos (registrados)	Varição percentual entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: $[CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100$ {10.697,50/18.391,00} - 100 0,58 %	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas: $(FR2008 / FP2008) * 100$ {132/137} 0,96 %	Relação % entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações necessárias/demandadas: $(FR2008 / FN2008) * 100$ {49/49} 1,0 %
Coleta de Amostras	Varição percentual entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: $[CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100$ {10.697,50/18.391,00} - 100 0,58 %	Relação percentual entre o nº de coletas realizadas e o nº de coletas programadas: $(FR2008 / FP2008) * 100$ {222/210} 1,06 %	Relação % entre o nº de coletas realizadas e o nº de coletas necessárias/demandadas: $(FR2008 / FN2008) * 100$ {222/222} 1,0 %

Participação em Eventos/ Treinamentos	Variação % entre custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: [CUR2008 / CUP2008) x 100] – 100 -	Relação percentual entre o nº de participações realizadas e o nº de participações programadas: (PR2008 / PP2008) * 100 -	Relação % entre o nº de participações realizadas e o nº de participações necessárias/ demandadas: (PR2008 / PN2008) * 100 1,0 %
---------------------------------------	---	--	--

Este quadro demonstra que com relação às fiscalizações em estabelecimentos a **eficiência**, ficou há um custo de apenas 58% em relação ao programado, o mesmo ocorrendo com a coleta de amostras, tendo em vista ocorrerem simultaneamente, ou seja, sem que haja divisão de custos entre os dois indicadores. Enquanto que o indicador eventos/treinamentos não teve sua eficiência avaliada por serem realizados conforme demanda.

Quanto à **eficácia**, o nº de fiscalizações realizadas atingiu 96% do programado; o número de amostras realizadas foi de 1,06% maior que o programado. Enquanto que o indicador eventos/treinamentos não teve sua eficácia avaliada por realizarem conforme demanda.

Para que todos os indicadores acima possam ser avaliados, as reuniões e os treinamentos passarão a ser programadas de acordo com o número de FFA's e a média de participação nos últimos anos.

Quanto à **efetividade**, um dos indicadores mais importantes na avaliação da presente ação, observa-se que as fiscalizações realizadas, as amostras coletadas e a participação em eventos/treinamentos alcançaram 100% da demanda/necessidade, o que é tido como um excelente desempenho.

Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Indicadores de desempenho

1. Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários				
2. Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)				
3. Denominação (nome do indicador): Evolução do custo médio da fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes (economicidade)				
4. Finalidade do indicador: Avaliar a evolução do custo da ação de fiscalização, comparando com o custo apurado em períodos anteriores.				
5. Índice inicial de referência: não apurado (2007)				
6. Esperado em 2008: 0,95				
7. Padrão de desempenho:				
Bom	abaixo de 1,1	Cálculo:		
Regular	1,1 a 1,3		▼	
Ruim	acima de 1,3	OE(UF)	R\$ 6.038,58	1,57
		NFE (UF)	65	
		OEAA(UF)	R\$ 5.098,79	

		NFEAA(UF)	86	
			Fonte:	
OE(UF)	Orçamento de custeio executado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período (ano). Considera-se orçamento executado os valores liquidados ou inscritos em restos a pagar ao final do exercício. Os valores de capital (investimento) não entram no presente cálculo.		SIOR e SIAFI	
NFE (UF)	Número de fiscalização em estabelecimentos realizadas no período (ano).		Relatório mensal de atividades	
OEAA(UF)	Orçamento de custeio executado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período anterior (ano). Considera-se orçamento executado os valores liquidados ou inscritos em restos a pagar ao final do exercício. Os valores de capital (investimento) não entram no presente cálculo.		SIOR e SIAFI	
NFEAA(UF)	Número de fiscalização em estabelecimentos realizadas no período anterior (ano).		Relatório mensal de atividades	
1. Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários				
2. Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)				
3. Denominação (nome do indicador): Custo apurado por fiscalização em relação ao programado (eficiência)				
4. Finalidade do indicador: Avaliar a relação do custo apurado por fiscalização em relação ao custo programado no ano.				
5. Índice inicial de referência: não apurado (2007)				
6. Esperado em 2008: 1,1				
7. Padrão de desempenho:				
Bom	abaixo de 1,1	Cálculo:		
Regular	1,1 a 1,3		▼	
Ruim	acima de 1,3	OE(UF)	R\$ 7.546,05	0,74
		NFE (UF)	65	
		OP(UF)	R\$ 20.954,68	
		NFEP(UF)	133	
			Fonte:	
OE (UF)	Orçamento de custeio executado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período (ano). Considera-se orçamento executado os valores liquidados ou inscritos em restos a pagar ao final do exercício. Os valores de capital (investimento) não entram no presente cálculo.		SIOR e SIAFI	
NFE (UF)	Número de fiscalização em estabelecimentos realizadas no período (ano).		Relatório mensal de atividades	
OP (UF)	Orçamento de custeio programado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período (ano).		Plano operativo anual (POA)	
NFEP(UF)	Número de fiscalização em estabelecimentos programadas no período (ano).		Plano operativo anual (POA)	
1. Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários				

2. Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)				
3. Denominação (nome do indicador): Fiscalização realizada em relação ao programado (eficácia)				
4. Finalidade do indicador: Avaliar o cumprimento da meta de fiscalização estabelecida na Lei orçamentária anual (LOA).				
5. Índice inicial de referência: 0,85 (2007)				
6. Esperado em 2008: 0,95				
7. Padrão de desempenho:				
Bom	acima de 0,9	Cálculo:		
Regular	0,6 a 0,89		▼	
Ruim	abaixo de 0,59	TFR	65	
		TFP	70	0,93
			Fonte:	
TFR	TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM PRODUTO + TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM ESTABELECIMENTOS (linha 27 do relatório mensal - valor lançado no SIPLAN)		Relatório mensal de Atividades	
TFP	TOTAL DE FISCALIZAÇÕES PROGRAMADAS		SIPLAN e Plano Operativo Anual (POA)	

1. Programa (Código e nome): 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários				
2. Ação 2141 -Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculante (PI FISFECOI)				
3. Denominação (nome do indicador): Fiscalização realizada em estabelecimento produtor (eficácia)				
4. Finalidade do indicador: Avaliar se todos os estabelecimentos produtores foram fiscalizados no período. Calculado apenas nas SFA que possuem indústrias. A diretriz da Coordenação Nacional é para que todos os estabelecimentos sejam fiscalizados pelo menos uma vez ao ano.				
5. Índice inicial de referência: não apurado (2007)				
6. Esperado em 2008: 0,95				
7. Padrão de desempenho:				
Bom	acima de 0,9	Cálculo:		
Regular	0,6 a 0,89		▼	
Ruim	abaixo de 0,59	EF	17	
		TER	17	1,00
			Fonte:	
EF (UF)	Estabelecimento produtor Fiscalizado no ano (sem repetição)		Relatório semestral	
TER (UF)	Número total de Estabelecimento produtor registrado		SIPE	

Os parâmetros utilizados no PI – FISFECOI foram disponibilizados pela Coordenação de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (CEFIC) e baseiam-se em formulas próprias as quais tem parâmetros já definidos nacionalmente e demonstram entre outros fatores os índices de **economicidade, eficiência e eficácia**.

Em relação à **Evolução do custo médio da fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes** (economicidade), no Tocantins tivemos um índice muito inferior ao almejado nacionalmente, tendo um padrão de desempenho classificado como ruim, na faixa acima do qual esta incluído. Tal situação foi verificada pelo custo das fiscalizações no ano de 2007, que nos foi fornecido pelo Relatório de Gestão que, a nosso ver, houve um equívoco quando do cálculo daquele valor, pois todas as fiscalizações realizadas em 2009, tiveram custos compatíveis com os de outras áreas dentro do SEFAG.

Já para o **Custo apurado por fiscalização em relação ao programado** (eficiência) o serviço está superior ao padrão de desempenho nacional, mesmo realizando praticamente metade do programado, mas com um custo muito menor, o que de certa forma vem a confirmar a incongruência daquele valor de 2007.

Quanto à **eficácia** tivemos dois parâmetros analisados, a **Fiscalização realizada em relação ao programado** (eficácia) e **Fiscalização realizada em estabelecimento produtor** (eficácia), que como podemos notar nos quadros acima e no primeiro com um índice de 0,93%, situando, portanto, numa faixa regular, mas muito próxima ao nível bom do parâmetro nacional. Já para o segundo índice atingimos 100% dos estabelecimentos produtores fiscalizados, inclusive alguns deles com mais de duas vezes, o que nos aponta para um desempenho superior nacional.

Quanto à **efetividade**, um dos indicadores mais importantes na avaliação da presente ação, observa-se que as fiscalizações realizadas alcançaram 100 % da demanda/necessidade, o que é tido como um excelente desempenho, uma vez que se obteve regularização de 100% dos estabelecimentos produtores de corretivos e inoculantes.

Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças

Tabela – Indicadores de desempenho

INDICADORES	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalizações Realizadas (Entidades + Produtos)	Variação percentual entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: $[\text{CUR2008} / \text{CUP2008}] \times 100$ - 100 - 32,06%	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas: $(\text{FR2008} / \text{FP2008}) \times 100$ 161,8 %	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações necessárias/demandadas: $(\text{FR2008} / \text{FN2008}) \times 100$ 80,0 %

Participação em Eventos/ Treinamentos	Variação % entre custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2007: $[CUR2008 / CUP2008) \times 100]$ – 100 - 64,85 %	Relação percentual entre o nº de participações realizadas e o nº de participações programadas: $(PR2008 / PP2008) \times 100$ 800,0%	Relação percentual entre o nº de participações realizadas e o nº de participações necessárias/demandadas: $(PR2008 / PN2008) \times 100$ 100,0 %
--	--	--	--

Os indicadores de desempenho apresentados têm sua importância na avaliação do esforço dispensado para consecução dos objetivos da ação.

Concernente à eficiência, a fiscalização foi realizada com um custo unitário inferior ao programado (-32,06%), enquanto que os eventos/treinamentos tiveram um custo unitário 64,85 % inferior ao programado, tendo em vista que alguns foram realizados no próprio Estado, sem custo com passagem aérea.

No que tange à eficácia, o nº de fiscalizações realizadas foi 161,8% superior ao programado. Isso se explica pelo número de campos fiscalizados, que passaram a contar como fiscalização de produto, aumentando o número de fiscalizações realizadas. O número de participações em eventos/treinamentos foi muito superior ao programado (8 vezes o programado), plenamente justificado devido às reuniões ocorrerem sem planejamento prévio.

Para evitar essas discrepâncias, o total de fiscalizações programadas será ajustado para o próximo ano, enquanto as reuniões passarão a ser programadas de acordo com o número de FFA's e média de participação nos últimos anos.

Quanto à **efetividade**, um dos indicadores mais importantes na avaliação da presente ação, é importante notar que as fiscalizações realizadas alcançaram cerca de 80,0 % da demanda/necessidade, o que é tido como um bom desempenho. Enquanto que todos os FFA's que trabalham ou auxiliam na presente ação puderam participar de todas as reuniões ocorridas realizadas.

Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas

Tabela – Indicadores de desempenho

INDICADORES	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalização de Operadores em Aviação Agrícola e Agricultores Proprietários de Avião Agrícola	Variação percentual entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: $[CUR2008 / CUP2008) \times 100]$ – 100 $\{1.200,00/887,80\}$ 0,73%	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas: $(FR2008 / FP2008) \times 100$ {11/10} 1,10%	Relação % entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações necessárias/demandadas: $(FR2008 / FN2008) \times 100$ {11/15} 0,73%

Participação em Eventos/ Treinamentos	Variação % entre custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: $[(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100$ 1,00	Relação percentual entre o nº de participações realizadas e o nº de participações programadas: $(PR2008 / PP2008) \times 100$ 1,50	Relação % entre o nº de participações realizadas e o nº de participações necessárias/demandadas: $(PR2008 / PN2008) \times 100$ 0,75 %
--	---	--	--

Concernente à **eficiência**, a fiscalização foi realizada com um custo unitário inferior ao programado (0,73%), tendo em vista que o veículo utilizado foi abastecido somente na saída.

No que se refere à participação em eventos/treinamentos, a SFA/TO participou dos realizados, ou seja, teve uma eficiência 100%.

No que tange à **eficácia**, a SFA/TO atendeu em sua plenitude as exigências contidas no Termo de Ajustamento de Conduta formalizado entre o Ministério Público Federal, o IBAMA, o NATURATINS e Sindicatos Rurais, extrapolando em 10% as metas programadas. Houve a capacitação de dois fiscais federais agropecuários no Curso de Coordenador em Aviação Agrícola, o que provocará o aprimoramento das ações de interesse deste setor. A SFA/TO superou em 50% a sua participação em eventos.

Outra preocupação constante da fiscalização foi com a implantação de pátios de descontaminação dos resíduos oriundos das triplices lavagens de todos os utensílios utilizados no processo além das embalagens e aeronaves. As empresas estão em processo de implantação dos pátios.

Quanto à **efetividade**, um dos indicadores mais importantes na avaliação da presente ação, vemos que as fiscalizações realizadas alcançaram 73% das necessidades, desempenho este comprometido pela falta de treinamento em fiscalização por parte dos novos coordenadores com CCAA e também pela dimensão do problema, que ainda não foi totalmente mapeado no estado. Enquanto que o indicador participação em eventos teve um desempenho de **75%** devido à necessidade de treinamento de mais 1 FFA's com Curso de Coordenador em Aviação Agrícola.

AÇÃO: 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Indicadores de desempenho

INDICADORES	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalização Estabelecimentos Comerciantes	Variação percentual entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: $[\text{CUR2008} / \text{CUP2008}] \times 100] - 100$ 11,24 %	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas: $(\text{FR2008} / \text{FP2008}) \times 100$ 113,79 %	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações necessárias/demandadas: $(\text{FR2008} / \text{FN2008}) \times 100$ 35,29 %
Participação em Eventos/ Treinamentos	Variação % entre custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: $[\text{CUR2008} / \text{CUP2008}] \times 100] - 100$ 0 %	Relação percentual entre o nº de participações realizadas e o nº de participações programadas: $(\text{PR2008} / \text{PP2008}) \times 100$ 0%	Relação % entre o nº de participações realizadas e o nº de participações necessárias/demandadas: $(\text{PR2008} / \text{PN2008}) \times 100$ 100,0 %

Com base nos parâmetros acima descritos, podemos avaliar que as atividades de fiscalizações desenvolvidas no decorrer do ano de 2008 tiveram impactos positivos.

Com relação à **eficácia**, o número de fiscalizações realizadas superou em 13,79% o nº de fiscalizações programadas. Considerando-se o número de autos de infração aplicados em relação ao número de empresas autuadas no ano anterior, observa-se que, em 2007, 70% das empresas fiscalizadas foram autuadas, índice reduzido, em 2008, para 37 %. No que concerne à quantidade de produtos apreendidos, em 2007, foram apreendidas 5.590 unidades e, em 2008, este número foi reduzido para 1.461 unidades.

A **eficiência** desta ação atingiu um índice de 11,24% em relação à programação de custos por fiscalização estabelecida em 2008 para fiscalização.

No que se refere à **efetividade**, observa-se que os trabalhos provocaram importantes mudanças comportamentais no empresariado, uma vez que houve uma redução de 52,% no número de empresas autuadas e de 74% no número de produtos apreendidos, beneficiando o consumidor final que passou a adquirir produtos em conformidade com as normas estipuladas pela legislação em vigor.

AÇÃO: 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal
Indicadores de desempenho

INDICADORES	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalização Estabelecimento Produtor	Variação percentual entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: $[(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100$ 0 %	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas: $(FR2008 / FP2008) \times 100$ 0 %	Relação % entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações necessárias/demandadas: $(FR2008 / FN2008) \times 100$ 50 %
Participação em Eventos/ Treinamentos	Variação % entre custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: $[(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100$	Relação percentual entre o nº de participações realizadas e o nº de participações programadas: $(PR2008 / PP2008) \times 100$	Relação % entre o nº de participações realizadas e o nº de participações necessárias/demandadas: $(PR2008 / PN2008) \times 100$ 100,0 %

Podemos avaliar que, apesar da pequena demanda no estado por este serviço, que as ações alcançaram as expectativas, visto que os estabelecimentos que demandaram foram fiscalizados para fins de obtenção de registro. Por outro lado, as ações de fiscalização em estabelecimentos de reprodução avícola são realizadas em conjunto com o SEDESA. Quanto aos três estabelecimentos de comércio de sêmen os mesmos não foram fiscalizados, ficando com efetividade de 50%.

AÇÃO: 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Tabela 22 – Indicadores de desempenho

INDICADORES	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalização de Estabelecimentos	Variação percentual entre o custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: $[(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100$ 0 %	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas: $(FR2008 / FP2008) \times 100$ 0 %	Relação % entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações necessárias/demandadas: $(FR2008 / FN2008) \times 100$ 0 %
Participação em Eventos/ Treinamentos	Variação % entre custo unitário realizado e o custo unitário programado em 2008: $[(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100$	Relação percentual entre o nº de participações realizadas e o nº de participações programadas: $(PR2008 / PP2008) \times 100$ 100%	Relação % entre o nº de participações realizadas e o nº de participações necessárias/demandadas: $(PR2008 / PN2008) \times 100$ 100 %

Devido à inexistência de trânsito internacional no Estado, é pequena a demanda por este tipo de ação, razão pela qual a SFA/TO limitou-se a preparar a sua equipe para, futuramente, atender o Aeroporto Internacional, a Estação Aduaneira e outras atividades inerentes ao programa. Assim, não foi possível medir os indicadores de desempenho.

SERVIÇO DE SANIDADE AGROPECUÁRIA – SEDESA/DT/SFA-TO

1. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

O desempenho do agronegócio está ligado ao comportamento de variáveis ligadas ao contexto macroeconômico, à utilização de tecnologias, à disponibilidade de capital, à infraestrutura, ao comércio internacional e, por fim, à sanidade (defesa) agropecuária.

A defesa agropecuária é fundamental tanto para a segurança alimentar da população e dos animais, quanto para a proteção comercial no que concerne a insumos e produtos de origem animal e vegetal. Além disso, visa garantir a produtividade, a proteção do meio ambiente e a diminuição de barreiras à exportação.

Dessa forma, o Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA) da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Tocantins (SFA-TO) tem como **estratégias de atuação** as atividades relativas à vigilância, prevenção, profilaxia e controle de doenças e combate às pragas em animais e vegetais.

Além disso, o SEDESA/SFA-TO tem a responsabilidade de supervisionar as ações executadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC-TO), que é o órgão executor da Sanidade Animal e Vegetal do Estado, seja através de convênios e parcerias, ou de acordo com o Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal e Sanidade Vegetal (SUASA).

2. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

2.1. Programas

O SEDESA possui sob sua responsabilidade 07 (sete) Ações inerentes ao **Programa de Segurança da Sanidade na Agropecuária**, sendo 03 (três) relativas à Defesa Sanitária Animal, 03 (três) relativas à Defesa Sanitária Vegetal e (01) uma relacionada à Educação Sanitária.

Tem ainda sob sua responsabilidade 01 (uma) Ação no **Programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e bebidas**, que é a de *Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados* (FISCORGEN).

Na Defesa Animal, o SEDESA é responsável pela execução das seguintes Ações:

- *Erradicação da Febre Aftosa* (FEBREAFTOSA);

- *Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL);*
- *Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos (VIGIZOO).*

Na Defesa Vegetal, o SEDESA é responsável pela execução das seguintes Ações:

- *Erradicação da Mosca da Carambola (ERRADMOSCA);*
- *Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais (PCEVEGETAL);*
- *Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO).*

A Ação da *Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (PROMOEDUC)* é de responsabilidade do SEDESA como um todo, ou seja, tanto da área animal como vegetal.

Por fim, a Ação de *Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN)* ficou sob responsabilidade do SEDESA da área vegetal.

Dentro da Ação *Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL)* são executados os seguintes programas sanitários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA):

- Programa Nacional de Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose (PNCEBT);
- Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis (PNCRH);
- Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS);
- Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA);
- Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos (PNSE);
- Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos (PNSCO);
- Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos (PNSAA).

Dentro da Ação *Erradicação da Febre Aftosa (FEBREAFTOSA)* é executado o seguinte programa sanitário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA):

- Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA).

A seguir são descritas as atividades desenvolvidas por este SEDESA/DT/SFA-TO e pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC-TO, relacionadas aos programas e ações acima citados.

2.1.1. Programa de Segurança da Sanidade na Agropecuária (Código 0357)

2.1.1.1. Dados Gerais

Tabela 1 – Dados gerais do Programa de Segurança da Sanidade na Agropecuária

Tipo de programa	Programa Finalístico
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Problema	Risco de introdução e disseminação de pragas e doenças na produção agrícola e na pecuária.
Objetivo geral	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos.
Objetivo Setorial	Garantir a segurança alimentar
Público-alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

2.1.1.2. Gestão das ações

2.1.1.2.1. AÇÃO 4738 - ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA (ERRADMOSCA)

2.1.1.2.1.1. Dados gerais

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da " <i>Bactrocera carambolae</i> " e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Unidade Responsável	Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/DAS
Unidades Executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária. e Abastecimento no Estado do Tocantins - SFA-TO.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/DT/SFA-TO). A ação também poderá contar com execução descentralizada, com a celebração de acordos com os estados de maior risco de foco da mosca da carambola, por intermédio dos órgãos executores de defesa fitossanitária.
Coordenador nacional da ação	Maria Julia Signoretti Godoy
Responsável pela ação no nível local	Fernando Azevedo de Freitas

Tabela 2a – Metas e resultados da Ação de Erradicação da Mosca da Carambola (ERRADMOSCA) realizados pelo SEDESA - TO

META	PREVISÃO (supervisão realizada)	EXECUÇÃO (supervisão realizada)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não se aplica
Física	30	0	Não se aplica

Fonte: SIAFI-2008 e relatórios de viagem.

Tabela 2b - Metas e resultados da Ação de Erradicação da Mosca da Carambola (ERRADMOSCA) realizados pelo OEDSV (ADAPEC)

META	PREVISÃO (área controlada em hectares)	EXECUÇÃO (área controlada em hectares)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Física	27.762.091	27.762.0910	100

Fonte: SIPLAN - 2008

Tabela 3 – Despesas realizadas pelo SEDESA - TO para a consecução das ações de Erradicação da Mosca da Carambola (ERRADMOSCA).

Elemento de despesa	Descrição	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Realizado (R\$)
3390.14	Diária	0,00	0,00	0,00
3390.33	Passagens	0,00	0,00	0,00
3390.30	Material de Consumo	0,00	0,00	0,00
3390.39	Serviços de terceiros	0,00	0,00	0,00
3390.36	Colaborador Eventual	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI - 2008

2.1.1.2.1.2. Resultados obtidos na Ação de Erradicação da Mosca da Carambola

Na realidade não foi realizada nenhuma supervisão relativa a esta ação por parte do SEDESA devido a não liberação de recursos para a consecução das metas propostas para o ano de 2008.

No entanto, foram planejados para o ano de 2009, ações de supervisão nos trabalhos de levantamento de detecção de *Bactrocera carambolae* (Diptera: Tephritidae) (mosca da carambola) realizados pela ADAPEC (Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins) que é o Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal (OEDSV) do Tocantins.

2.1.1.2.1.3. DESEMPENHO OPERACIONAL DO PI ERRADMOSCA

2.1.1.2.1.3.1. AÇÃO: 4738 - ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA (ERRADMOSCA)

2.1.1.2.1.3.1.1. Indicadores de Desempenho

Não foram realizados os cálculos relativos aos indicadores de desempenho deste PI (ERRADMOSCA), em virtude de não haver liberação de recursos para as supervisões previstas para o ano de 2008.

2.1.1.2.1.3.1.1. Avaliação do Resultado, Indicando as Causas de Sucessos e/ou Insucessos

Não corresponde, conforme descrito no item anterior. Entretanto, como o MAPA SEDE disponibilizou a este SEDESA, no final de dezembro de 2008, atrativos e armadilhas necessários para implementar o programa de levantamento de detecção da mosca da carambola [*Bactrocera carambolae* (Diptera: Tephritidae)], foram planejados para o ano de 2009 ações de supervisão em pelo menos trinta armadilhas distribuídas por todo o Estado, ficando pendente, apenas, a liberação de recursos para a consecução das metas previstas para 2009.

2.1.1.2.2. AÇÃO 8572: PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS (PCEVEGETAL)

2.1.1.2.2.1. Dados gerais

Tabela 4 - Dados Gerais da Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais (PCEVEGETAL)

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.

Unidade Responsável	Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/DAS
Unidades Executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária. e Abastecimento no Estado do Tocantins - SFA-TO.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	A execução poderá ser descentralizada, por meio de convênios com órgãos públicos estaduais, com a iniciativa privada e demais entidades envolvidas com a defesa fitossanitária; ou direta realizada por técnicos das Superintendências Federais de Agricultura em cada unidade da Federação através dos Serviços de Defesa Agropecuária - SEDESA.
Coordenador nacional da ação	Maria Julia Signoretti Godoy
Responsável pela ação no nível local	Fernando Azevedo de Freitas

Tabela 5a – Metas e resultados da Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais realizados pelo SEDESA – TO relativas às ações de Supervisão Técnica (hectares supervisionados).

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	R\$ 11.207,69	R\$ 6.560,58	58,54%
Física	14.550 ha	15.989,90 ha	109,90%

Fonte: SIAFI-2008 e relatórios de viagem.

Tabela 5b – Metas e resultados da Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais realizados pelo SEDESA – TO relativas às ações de capacitação e encontros/reuniões técnicas.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	R\$ 11.168,13	R\$ 8.374,12	74,98%
Física	5 reuniões/capac.	5 reuniões/capac.	100%

Fonte: SIAFI-2008 e relatórios de viagem.

Tabela 6 - Metas e resultados da Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais realizados pelo OEDSV (ADAPEC)

META	PREVISÃO (área controlada em hectares)	EXECUÇÃO (área controlada em hectares)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Física	20.000	25.707	128,53

Fonte: SIPLAN - 2008

Tabela 7a – Despesas realizadas pelo SEDESA - TO para a consecução das ações do PCEVEGETAL relativas à supervisão técnica (hectares supervisionados)

Elemento de despesa	Descrição	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Realizado (R\$)
3390.14	Diária	6.523,38	6.523,38	4.745,17
3390.30	Material de Consumo	3.387,50	3.387,50	1.695,41
3390.39	Serviços de terceiros	775,00	775,00	120,00
3390.36	Colaborador Eventual	521,81	521,81	0,00

Fonte: SIAFI - 2008

Tabela 7b – Despesas realizadas pelo SEDESA - TO para a consecução das ações do PCEVEGETAL relativas às reuniões/capacitações/encontros técnicos.

Elemento de despesa	Descrição	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Realizado (R\$)
3390.14	Diária	2.088,13	2.088,13	2.088,13
3390.33	Passagens	9.080,00	9.080,00	6.285,99

Fonte: SIAFI - 2008

2.1.1.2.2.2. Resultados obtidos na Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Neste PI (ação) foram desenvolvidas atividades relativas à:

- Supervisão das ações do órgão estadual de defesa vegetal do Tocantins (ADAPEC) referentes ao monitoramento/controle de pragas de importância econômica e quarentenária;
- Participação de Fiscais Federais Agropecuários – Engenheiros Agrônomos em atividades de capacitação, encontros e reuniões técnicas.

Nas atividades de supervisão das ações do Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal (OEDSV) que é a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC), foram supervisionados um total de 15.989,90 ha.

Em relação à participação de Fiscais Federais Agropecuários – Engenheiros Agrônomos em atividades de capacitações, encontros e reuniões técnicas, a SFA/TO participou de 04 eventos de interesse da Defesa Agropecuária.

2.1.1.2.2.3 – DESEMPENHO OPERACIONAL DO PI PCEVEGETAL

2.1.1.2.2.3.1. Atividade de Supervisão técnica (hectares supervisionados)

2.1.1.2.2.3.1.1. Indicadores de Desempenho – Fórmula de cálculo / Método de Aferição

Tabela 8 – Indicadores de Desempenho do PI PCEVEGETAL relativo à atividade de supervisão técnica (hectares supervisionados)

Indicador	Descrição	Fórmula
Eficiência (Produtividade)	Hectares supervisionados por FFA do SEDESA da área vegetal (agronômica)	$IPr = \frac{\text{Área supervisionada (ha)}}{\text{Nº FFA envolvidos}}$ Onde: IPr= índice de produtividade
Eficiência (Economicidade)	Custo por área supervisionada e Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2008	$CUR = (CR2008 / ASR2008)$ $CUP = (CP2008 / ASP2008)$ $IEc = [(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100 (\%)$ Onde: CUR= custo unitário realizado, CUP= custo unitário programado, CR=custo realizado, CP=custo programado, ASR=área supervisionada realizada, ASP= área supervisionada programada e IE= índice de economicidade
Eficácia	Relação entre a área supervisionada a programada e a realizada (%)	$IEfic = \frac{\text{Área supervisionada realizada (ha)}}{\text{Área supervisionada programada (ha)}} \times 100$ Onde: IEfic= índice de eficácia (%)
Efetividade	Taxa de Sanidade (%)	$IEfet = TSA (\%)$ Onde: $TSA (\%) = \frac{AP + AC}{AT} \times 100$ Onde: TSA= taxa de sanidade, AP= área prevenida, AC= área controlada, AT= área total e IEfet= índice de efetividade (%)

2.1.1.2.2.3.1.2. Resultados obtidos no PI PCEVEGETAL relativos à ação de Supervisão Técnica (hectares supervisionados)

a) Eficiência

a.1) Indicador de Produtividade

Foram então supervisionados 15.989,90 há. sendo que o Responsável Técnico (RT) participou de todas as supervisões e, a partir do mês de agosto, mais um FFA – Engenheiro Agrônomo foi transferido para o SEDESA - Área Vegetal, ou seja, a partir daquele mês, exceto no mês de setembro, as supervisões foram realizadas por dois 02 FFA – Eng. Agrônomos.

Por conseguinte, o cálculo do indicador de produtividade foi realizado conforme demonstrado abaixo:

Dados:

- FFA1 (RT)= supervisionou 15.989,90 ha de 15.989,90 ha supervisionados em 2008

$$\therefore \Rightarrow IPr_{FFA1} = 15.989,90 \text{ ha}$$

- FFA2= supervisionou 4.305,40 ha de 15.989,90 ha supervisionados em 2008

$$\therefore \Rightarrow IPr_{FFA2} = 4.305,40 \text{ ha}$$

Logo, tirando uma média dos índices de produtividade de cada FFA do SEDESA da área vegetal temos:

$$IPr_{\text{médio}} = \frac{[(IPr_{FFA1}) + [(IPr_{FFA2})]]}{[n]}$$

$$IPr_{\text{médio}} = \frac{[(15.989,90)] + [(4.305,40)]}{[2]}$$

$$\therefore IPr_{\text{médio}} = 10.147,65 \text{ ha supervisionados / FFA}$$

a.2) Indicador de Economicidade

Dados:

Custo realizado em 2008 $\Rightarrow$ CR2008= R\$ 6.560,68

Custo programado para 2008 $\Rightarrow$ CP2008= R\$ 11.207,69

Área supervisionada realizada $\Rightarrow$ ASR= 15.989,90 ha

Área supervisionada programada $\Rightarrow$ ASP= 14.550 ha

-Custo unitário realizado $\Rightarrow$ CUR = (CR2008 / ASR2008)

CUR= (R\$ 6.560,68 : 15.989,90 ha) = R\$ 0,41/ ha

-Custo unitário programado $\Rightarrow$ CUP= (CP2008 / ASP2008)

CUP= (R\$ 11.207,69 : 14.550 ha) = R\$ 0,77/ ha

$$IEc = [(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100$$

$$IEc = [(0,41 / 0,77) \times 100] - 100$$

Logo o indicador de Economicidade foi de: **IEc= -46,75%**

b) Eficácia

Dados:

Área supervisionada programada $\Rightarrow$ (ASP)= 14.550 ha

Área supervisionada realizada $\Rightarrow$ (ASR)= 15.989,90 ha

$$IEfic = \frac{\text{Área supervisionada realizada (ha)}}{\text{Área supervisionada programada (ha)}} \times 100$$

$$IEfic = \frac{15.989,90}{14.550} \times 100$$

Logo o indicador de Eficácia foi de: **IEfic= 109,90%**

c) Efetividade

Conforme descrito no PPA 2008-2011, a efetividade da ação está sendo demonstrada pelo cálculo da Taxa de Sanidade, o que determina o quanto as ações de defesa vegetal estão protegendo as lavouras e pomares de pragas quarentenárias e de importância

econômica visando incrementar a produção e facilitar a abertura de mercado para os produtos de boa qualidade aqui produzidos. Para tanto, a taxa de sanidade considera os dados relativos à área prevenida e controlada. A área prevenida refere-se às ações objetivando evitar a entrada de pragas quarentenárias na UF (Unidade da Federação), enquanto a área controlada refere-se às ações visando manejar pragas presentes no Estado para evitar os prejuízos provocados pelas mesmas. Essas ações, executadas pela ADAPEC, são supervisionadas pela SFA/TO, d'onde se pode concluir que a área supervisionada pelo SEDESA (15.989,90ha) engloba tanto as áreas prevenidas (AP) quanto as controladas (AC). Para o cálculo da Taxa de Sanidade, foi considerada como área total (AT) aquela descrita no sistema SIPLAN-2008, que é de 20.000 ha. Dessa forma, temos:

Dados:

AP + AC (supervisionadas) = 15.989,90 ha
AT= 20.000 ha (FONTE: SIPLAN – 2008)

$$TSA (\%) = \frac{(AP + AC)}{AT} \times 100 \quad \rightarrow \quad TSA (\%) = \frac{(15.989,90)}{20.000} \times 100 = 79,95\%$$

Como: **IEfet**= TSA (%), temos:

∴ Índice de Efetividade: **IEfet= 79,95%**

2.1.1.2.2.3.1.3. Avaliação do Resultado, Indicando as Causas de Sucessos e/ou Insucessos.

Os resultados foram significativos, havendo sido obtido o índice de **produtividade** da ordem de 8.200 ha/FFA e de **economicidade** negativo, indicando que o custo destas supervisões foram 46,75% menor do que o programado. No que se refere às metas físicas, os resultados obtidos foram expressivos, já que maior que a programada, alcançando uma **Eficácia** de 109,90%.

Assim como os anteriores, a **efetividade**, em que pese a deficiência de pessoal, apresentou índice bastante satisfatório, alcançando taxa de sanidade próxima a 80%, sendo importante salientar que a ADAPEC alcançou taxa de sanidade (TSA) superior a 100% e que o SEDESA supervisionou 80% (vide Tabela 6) dos trabalhos para controle de qualidade das ações realizadas pela aludida Agência. Como benefício à sociedade (Efetividade), podemos citar o aumento do volume de exportação e do valor dos produtos agrícolas, além da redução das perdas econômicas causadas por insetos e doenças e a abertura de novos mercados para produtos livres de pragas, portanto, seguros.

2.1.1.2.2.3.2. Atividade de Capacitação e/ou Encontros ou Reuniões Técnicas realizadas no PI PCEVEGETAL

2.1.1.2.2.3.2.1. Indicadores de Desempenho

Indicadores de Desempenho do PI PCEVEGETAL relativo às atividades de Capacitação/Encontros/Reuniões Técnicas realizadas

Indicador	Descrição	Fórmula
Eficiência (Produtividade)	Nº de capacitações e/ou reuniões técnicas por FFA do SEDESA da área vegetal (agronômica)	$IPr = \frac{\text{Nº reuniões técnicas (unid.)}}{\text{Nº FFA envolvidos}}$ Onde: IPr = índice de produtividade
Eficiência (Economicidade)	Custo por reunião técnica realizada por FFA e Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2008	$CUR = \frac{CR2008}{RTR2008}$ (Nº FFA envolvidos) $CUP = \frac{CP2008}{RTP2008}$ (Nº FFA programados) $IEc = [(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100 (\%)$ Onde: CUR= custo unitário por reunião técnica realizada por FFA, CUP= custo unitário por reunião técnica programada por FFA, CR=custo realizado, CP=custo programado, RTR= reunião técnica realizada, RTP= reunião técnica programada e IEc= índice de economicidade.
Eficácia	Relação entre reuniões técnicas programadas e realizadas (%)	$IEfic = \frac{\text{Nº reuniões técnicas realizadas}}{\text{Nº de reuniões técnicas programadas}} \times 100$ Onde: IEfic= índice de eficácia (%)
Efetividade	Nº de FFA capacitados e Nº de Procedimentos e determinações definidos e harmonizados nos encontros ou reuniões técnicas	Nº de FFA capacitados e Nº de Procedimentos e Critérios relativos à defesa vegetal definidos e harmonizados nos encontros ou reuniões técnicas realizados

2.1.1.2.2.3.2.2. Resultados obtidos no PI PCEVEGETAL relativos à ação de participação de FFA em atividades de capacitação ou encontros ou reuniões técnicas

a) Eficiência

a.1) Indicador de Produtividade

Dados:

- FFA₁ (RT) = participou de 01 reunião técnica sobre ações de prevenção e controle da mosca negra dos citros, 01 dia de campo sobre Produção, Qualidade e Sanidade nas Várzeas Tropicais, 01 curso de atualização de habilitação de RT para emissão de CFO/CFOC, 01 curso de identificação de pragas de madeira e de 01 reunião técnica sobre o Plano Nacional de Sanidade Vegetal, ou seja, participou de 05 eventos de um total de 05 programados.

$$IPr_{FFA1} = \frac{\text{N}^\circ \text{ reuniões técnicas (unid.)}}{\text{FFA envolvidos}} \rightarrow IPr_{FFA1} = \frac{05}{01} = 05 \text{ eventos/FFA}_1$$

- FFA₂= participou de 01 dia de campo sobre Produção, Qualidade e Sanidade nas Várzeas Tropicais e de 01 reunião técnica sobre o Plano Nacional de Sanidade Vegetal, ou seja participou de 02 eventos de um total de 05 eventos.

$$IPr_{FFA2} = \frac{\text{N}^\circ \text{ reuniões técnicas (unid.)}}{\text{FFA envolvidos}} \rightarrow IPr_{FFA2} = \frac{02}{01} = 02 \text{ eventos/FFA}_2$$

Logo, tirando uma média dos índices de produtividade de cada FFA do SEDESA da área vegetal temos:

$$IPr_{\text{médio}} = \frac{IPr(FFA_1) + IPr(FFA_2)}{02} = \frac{05 + 02}{02} = 3,5 \text{ eventos/ FFA}$$

a.2) Indicador de Economicidade

Dados:

- FFA₁ (RT)= participou de 05 eventos de um total de 05 programados.
- FFA₂= participou de 02 eventos de um total de 05 eventos programados para 2008.

$$CUR = \frac{(\text{CR2008} / \text{RTR2008})}{(\text{N}^\circ \text{ FFA envolvidos})}$$

Desdobrando a fórmula acima, para cada um dos dois FFAs do SEDESA – Área Vegetal temos:

$$CUR_{FFA1} = \frac{(\text{R\$ } 6.311,65 / 05)}{\text{FFA}_1} = \text{R\$ } 1.262,33/\text{Evento participado pelo FFA}_1$$

$$CUR_{FFA2} = \frac{(\text{R\$ } 2.062,47 / 02)}{\text{FFA}_2} = \text{R\$ } 1.031,23/\text{Evento participado pelo FFA}_2$$

$$CUP_{FFA1} = \frac{(\text{R\$ } 8.070,24 / 05)}{\text{FFA}_1} = \text{R\$ } 1.614,05/\text{Evento programado para o FFA}_1$$

$$CUP_{FFA2} = \frac{(\text{R\$ } 3.097,89 / 02)}{\text{FFA}_2} = \text{R\$ } 1.548,95/\text{Evento programado para o FFA}_2$$

-Tirando uma média de cada um dos parâmetros acima temos:

$$CUR_{\text{médio}} = \frac{CUR_{FFA1} + CUR_{FFA2}}{02} = \frac{\text{R\$ } 1.262,33 + 1.031,23}{02} =$$

$$\therefore \boxed{CUR_{\text{médio}} = \text{R\$ } 1.146,78 / \text{Reunião Técnica e/ou capacitação realizada/ FFA}}$$

$$CUP_{\text{médio}} = \frac{CUP_{FFA1} + CUP_{FFA2}}{02} = \frac{\text{R\$ } 1.614,05 + 1.548,95}{02} =$$

$$\therefore \text{CUP}_{\text{médio}} = \text{R\$ } 1.581,50 / \text{Reunião Técnica e/ou capacitação programada/ FFA}$$

- De posse dos resultados acima podemos obter o índice de Economicidade pela seguinte fórmula:

$$IEc = [(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100 \rightarrow [(1.146,78 / 1.581,50) \times 100] - 100 =$$

$$\therefore IEc = -27,49\%$$

b) Eficácia

$$IEfic = \frac{\text{N}^\circ \text{ reuniões técnicas realizadas}}{\text{N}^\circ \text{ de reuniões técnicas programadas}} \times 100$$

$$IEfic (\%) = 05 \times 100$$

05

Logo o indicador de Eficácia foi de: $IEfic = 100\%$

c) Efetividade

A **efetividade** é demonstrada de maneira qualitativa pelo produto das participações dos FFA do SEDESA da área vegetal nos cursos e/ou reuniões técnicas realizados.

Assim, temos como um dos produtos, 01 (um) FFA capacitado para identificar espécies de pragas florestais associadas à madeira e a capacitação dos 02 FFA deste SEDESA – Área Vegetal sobre aspectos relativos à produção de sementes de soja e feijão com qualidade e sanidade nos projetos de irrigação estabelecidos nas várzeas tropicais do Tocantins.

O outro produto refere-se ao estabelecimento de critérios e procedimentos envolvendo a defesa vegetal dos Estados da Região Norte visando à harmonização das ações de defesa realizadas nestes estados.

2.1.1.2.2.3.2.3. Avaliação do Resultado, Indicando as Causas de Sucessos e/ou Insucessos.

Os resultados foram bastante convincentes, havendo sido alcançado o índice de produtividade de 3,5 eventos/FFA e o índice de economicidade negativo de 27,49%, ou seja, o custo das participações em capacitações/reuniões técnicas foram 27,49% menor do que o programado, sendo importante salientar que, com relação às metas físicas, os resultados foram expressivos, havendo sido a SFA/TO representada em todos os eventos demandados no ano de 2008, permitindo alcançar um índice de Eficácia de 100%.

A participação de FFA em atividades de capacitações/reuniões técnicas teve como ação de **efetividade** preparar um profissional mais tecnicamente embasado para exercer as suas funções como agente público, bem como efetivou o estabelecimento de critérios e procedimentos harmonizados das ações de defesa vegetal realizadas em cada UF (Unidade da Federação), de modo a salvaguardar a produção e a qualidade fitossanitária dos produtos agrícolas nacionais.

2.1.1.2.3. Ação 2180: VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS (VIGIFITO1)

2.1.1.2.3.1. Dados gerais

Tabela 10 - Dados Gerais da Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO1).

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade Responsável	Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/DAS
Unidades Executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária. e Abastecimento no Estado do Tocantins - SFA-TO.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/DT/SFA-TO). Por meio da celebração de convênios com os órgãos públicos estaduais de defesa fitossanitária, que aportam serviços de profissionais especializados, equipamentos, veículos e infraestrutura física como contrapartida.
Coordenador nacional da ação	Carlos Artur Franz
Responsável pela ação no nível local	João Carneiro Correia

Tabela 11a – Metas e resultados alcançados no PI VIGIFITO1 realizados pelo SEDESA – TO relativo à ação de Supervisão do Controle do Trânsito de Vegetais (barreiras fixas fitossanitárias supervisionadas).

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	R\$ 8.888,36	R\$ 4.741,77	53,35%
Física	30 barreiras supervisionadas	16 barreiras supervisionadas	53,33%

Fonte: SIAFI-2008 e relatórios de viagem.

Tabela 11b – Metas e resultados alcançados no PI VIGIFITO1 realizados pelo SEDESA – TO relativo à ação de Fiscalização do Processo de Certificação Fitossanitária (Propriedades Fiscalizadas).

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	R\$ 1.460,00	R\$ 1.290,07	88,36%
Física	8 fiscalizações	8 fiscalizações	100%

Fonte: SIAFI-2008 e relatórios de viagem.

Tabela 11c – Metas e resultados alcançados no PI VIGIFITO1 realizados pelo SEDESA – TO relativo às ações de capacitação e encontros/reuniões técnicas.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	R\$ 6.662,04	R\$ 552,04	08,29%*
Física	1 encontro técnico	1 encontro técnico.	100%

Fonte: SIAFI-2008 e relatórios de viagem.

Tabela 12 - Metas e resultados Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO1) realizados pelo OEDSV (ADAPEC) (Fiscalizações realizadas)

META	PREVISÃO (fisc. realizada)	EXECUÇÃO (fisc. realizada)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Física	3.915	10.798	275,81%

Fonte: SIPLAN - 2008

Tabela 13a – Despesas realizadas pelo SEDESA - TO para a consecução das ações do VIGIFITO1 relativo à ação de Fiscalização do controle do trânsito de vegetais (barreiras fixas fitossanitárias supervisionadas)

Elemento de despesa	Descrição	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Realizado (R\$)
3390.14	Diária	4.548,36	4.548,36	3.198,36
3390.30	Material de Consumo	2.790,00	2.790,00	1.468,41
3390.39	Serviços de terceiros	1.550,00	1.550,00	75,00

Fonte: SIAFI - 2008

Tabela 13b – Despesas realizadas pelo SEDESA - TO para a consecução das ações do VIGIFITO1 relativo à ação de Fiscalização do Processo de Certificação Fitossanitária (Propriedades Fiscalizadas)

Elemento de despesa	Descrição	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Realizado (R\$)
3390.14	Diária	800,00	800,00	780,15
3390.30	Material de Consumo	510,00	510,00	509,92
3390.39	Serviços de terceiros	150,00	150,00	0,00

Tabela 13c – Despesas realizadas pelo SEDESA - TO para a consecução das ações do VIGIFITO1 relativo às ações de capacitação e encontros/reuniões técnicas.

Elemento de despesa	Descrição	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Realizado (R\$)
3390.14	Diária	552,04	552,04	552,04
3390.33	Passagens	6.110,00	6.110,00	0,00*

Fonte: SIAFI - 2008

***Obs.:** verificar observação no rodapé da tabela 11c apresentada anteriormente.

2.1.1.2.3.2. Resultados obtidos na Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO1)

Neste PI foram realizadas as seguintes atividades:

- Supervisão das barreiras fixas fitozoosanitárias da ADAPEC;
- Fiscalização de propriedades com Certificação Fitossanitária de Origem; e
- Capacitação de FFA/Eng. Agrônomo.

Foram realizadas supervisões dos trabalhos de controle do trânsito de vegetais em todas as 16 barreiras fixas localizadas em vários municípios do estado do Tocantins, ocasiões nas quais foram verificados a situação das mesmas no que se refere à estrutura física dos escritórios, recursos humanos, frota de veículos, equipamentos de informática, arquivo documental, bem como fornecer orientações gerais no sentido de aprimorar a atuação destas barreiras no controle do trânsito de vegetais.

Foram fiscalizadas 08 propriedades com Certificado Fitossanitário de Origem localizadas em 04 municípios do Estado. Constata-se a presença das Unidades de Produção e outros fatores inerentes à Certificação, como os Livros de Acompanhamentos dos Responsáveis Técnicos (RT) habilitados para a emissão de Certificado Fitossanitário de Origem (CFO), bem como fatores técnicos da produção à embalagem, passando pela colheita. Foi averiguada em várias propriedades a possível ocorrência de plantas com sintomas suspeitos de sigatoka negra, havendo sido vistoriados 529,50 ha de área ocupada pela bananicultura.

A SFA/TO foi representada por um FFA/AEng. Agrônomo no XII ENFIT (Encontro Nacional de Fitossanitaristas) realizado em Sergipe, no qual foram discutidos temas de interesse da Defesa Agropecuária e consolidadas propostas e sugestões do DSV no sentido de aprimorar as ações de defesa vegetal em todo o País.

2.1.1.2.3.3. DESEMPENHO OPERACIONAL DO PI VIGIFITO1

2.1.1.2.3.3.1. Atividade de Supervisão do Controle do Trânsito de Vegetais (barreiras fixas fitossanitárias supervisionadas)

2.1.1.2.3.3.1.1. Indicadores de Desempenho – Fórmula de Cálculo/ Método de aferição

Tabela 14 – Indicadores de Desempenho do PI VIGIFITO1 relativo à atividade de supervisão do controle do trânsito de vegetais (barreiras fixas fitossanitárias supervisionadas)

Indicador	Descrição	Fórmula
Eficiência (Produtividade)	Barreiras fixas fitossanitárias supervisionadas por FFA do SEDESA da área vegetal (agronômica)	$IPr = \frac{\text{Nº barreiras supervisionadas}}{\text{Nº FFA envolvidos}}$ Onde: IPr= índice de produtividade
Eficiência (Economicidade)	Custo por barreira supervisionada e Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2008	$CUR = (CR2008 / BSR2008)$ $CUP = (CP2008 / BSP2008)$ $IEc = [(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100 (\%)$ Onde: CUR= custo unitário realizado por barreira supervisionada, CUP= custo unitário programado por barreira supervisionada, CR=custo realizado, CP=custo programado, BSR= barreira supervisionada realizada, BSP= barreira supervisionada programada e IEc= índice de economicidade.
Eficácia	Relação entre barreira supervisionada programada e a realizada (%)	$IEfic = \frac{BSR}{BSP} \times 100$ Onde: BSR= barreira supervisionada realizada (unidades), BSP= barreira supervisionada programada (unidades) e IEfic= índice de eficácia (%)
Efetividade	Taxa de Sanidade (%)	$IEfet = \frac{BSR}{\Sigma BTO} \times 100$ Onde: BSR= barreiras supervisionadas realizadas, ΣBTO= total de barreiras presentes no Estado do Tocantins (Total de 30 barreiras fixas) e IEfet= índice de efetividade (%).

2.1.1.2.3.3.1.2. Resultados obtidos no PI VIGIFITO1 relativo à ação de supervisão do controle do trânsito de vegetais (barreiras fixas fitossanitárias supervisionadas)

a) Eficiência

a.1) Indicador de Produtividade

Dados:

- FFA₁= supervisionou 16 barreiras de 16 barreiras supervisionadas em 2008

$$IPr_{FFA1} = \frac{\text{Nº barreiras supervisionadas (unid.)}}{\text{FFA envolvido} = FFA_1} \rightarrow IPr_{FFA1} = \frac{16}{01} = 16 \text{ barreiras/FFA}_1$$

- FFA₂ = supervisionou 8 (oito) barreiras de 16 barreiras supervisionadas em 2008

$$IPr_{FFA2} = \frac{\text{Nº barreiras supervisionadas (unid.)}}{\text{FFA envolvido} = FFA_2} \rightarrow IPr_{FFA2} = \frac{08}{01} = 08 \text{ barreiras/FFA}_2$$

Logo, tirando uma média dos índices de produtividade de cada FFA do SEDESA da área vegetal temos:

$$\therefore IPr_{\text{médio}} = \frac{IPr(FFA_1) + IPr(FFA_2)}{02} = \frac{16 + 08}{02} = 12 \text{ barreiras supervisionadas / FFA}$$

a.2) Indicador de Economicidade

Dados:

Custo realizado em 2008 $\Rightarrow$ CR2008 = R\$ 4.741,77

Custo programado para 2008 $\Rightarrow$ CP2008 = R\$ 8.888,36

Nº de barreiras supervisionadas realizada $\Rightarrow$ BSR = 16

Nº de barreiras supervisionadas previstas $\Rightarrow$ BSP = 16

-Custo unitário realizado $\Rightarrow$ CUR = (CR2008 / BSR2008)

CUR = (R\$ 4.741,77 / 16 barreiras) = R\$ 296,36/ barreira

-Custo unitário programado $\Rightarrow$ CUP = (CP2008 / ASP2008)

CUP = (R\$ 8.888,36 / 16) = R\$ 555,52/ barreira

$$IEc = [(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100$$

$$IEc = [(296,36 / 555,52) \times 100] - 100$$

Logo o indicador de Economicidade foi de: **IEc = -46,65%**

b) Eficácia

Dados:

Nº de barreiras supervisionadas programadas $\Rightarrow$ (BSP) = 16

Nº de barreiras supervisionadas realizadas $\Rightarrow$ (BSR) = 16

$$IEfic = \frac{BSR}{BSP} \times 100$$

$$IEfic = \frac{16}{16} \times 100$$

Logo o indicador de Eficácia foi de: **IEfic = 100%**

c) Efetividade

O real produto da ação em si, em termos de efetividade, refere-se à manutenção do status fitossanitário do Estado, onde nenhuma nova praga quarentenária ou de importância econômica foi detectada oficialmente.

Entretanto, para que as fiscalizações realizadas nas barreiras sejam a contento, faz-se necessário realizar ações de supervisão por parte do SEDESA para corrigir eventuais inconformidades presentes nas mesmas. Dessa forma, foi quantificado o índice de efetividade, levando-se em consideração todo o universo de barreiras fixas presentes no em comparação com o número de supervisões realizadas, conforme demonstrado abaixo:

Dados:

BSR (Nº de barreiras supervisionadas)= 16

ΣBTO (total de barreiras fixas presentes no Tocantins)= 30 barreiras

Como: $IEfet = \frac{BSR}{\Sigma BTO} \times 100$, temos: $\Rightarrow IEfet = \frac{16}{30} \times 100 \Rightarrow$

$\therefore$ Índice de Efetividade: **$IEfet = 53,33\%$**

2.1.1.2.3.3.1.3. Avaliação do Resultado, Indicando as Causas de Sucessos e/ou Insucessos.

Foi alcançado o índice de produtividade médio de 12 barreiras supervisionadas por FFA do SEDESA na Área Vegetal obtendo-se um índice de **economicidade** negativo, ou seja, o custo destas ações foram 46,65% menor do que o programado demonstrando uma boa utilização dos recursos públicos. Em relação à meta física, conforme demonstrado nas tabelas anteriores, o índice de **Eficácia** foi de 100%.

Apesar de haver sido supervisionadas apenas 53,33% das barreiras fixas, o indicador de **EFETIVIDADE** foi positivo, já que restou mantido o status fitossanitário do Estado. Nenhuma nova praga quarentenária ou de importância econômica foi oficialmente detectada, beneficiando a sociedade local através da valorização de seus produtos, da manutenção e abertura de novos mercados para os produtos oriundos desta Unidade da Federação.

2.1.1.2.3.3.2. Atividade de Fiscalização do Processo de Certificação Fitossanitária (Propriedades Fiscalizadas).

2.1.1.2.3.3.2.1. Indicadores de Desempenho – Fórmula de Cálculo/ Método de aferição

Tabela 15 – Indicadores de Desempenho do PI VIGIFITO1 relativo às atividades Fiscalização do Processo de Certificação Fitossanitária (Propriedades Fiscalizadas)

Indicador	Descrição	Fórmula
Eficiência (Produtividade)	Nº de propriedades fiscalizadas por FFA do SEDESA da área vegetal (agronômica)	$IPr = \frac{\text{Nº propriedades fiscalizadas (unid.)}}{\text{Nº FFA envolvidos}}$ Onde: IPr= índice de produtividade.
Eficiência (Economicidade)	Custo por reunião fiscalização realizada por FFA e Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2008	$CUR = \frac{CR2008}{FR2008}$ (Nº FFA envolvidos) $CUP = \frac{CP2008}{FP2008}$ (Nº FFA programados) $IEc = [(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100 (\%)$ Onde: CUR= custo unitário por fiscalização realizada por FFA, CUP= custo unitário por fiscalização programada por FFA, CR=custo realizado, CP=custo programado, FR= fiscalização realizada, FP= fiscalização programada e IEC= índice de economicidade.
Eficácia	Relação entre fiscalizações programadas e realizadas (%)	$IEfic = \frac{FR}{FP} \times 100$ Onde: FR= fiscalização realizada, FP= fiscalização programada e IEfic= índice de eficácia (%).
Efetividade	Propriedades certificadas como livres de pragas quarentenárias	Propriedades certificadas como livres de pragas quarentenárias

2.1.1.2.3.3.2.2. Resultados obtidos no PI VIGIFITO1 relativo às atividades de Fiscalização do Processo de Certificação Fitossanitária (Propriedades Fiscalizadas)

a) Eficiência

a.1) Indicador de Produtividade

Dados:

Apenas 01 (FFA) exerceu as ações de fiscalização de propriedades com certificação fitossanitária de origem, num total de 08 (oito) propriedades fiscalizadas.

$$IPr = \frac{\text{Nº propriedades fiscalizadas (unid.)}}{\text{Nº FFA envolvidos}} \Rightarrow IPr = \frac{08}{01} = 08 \text{ fiscalizações/FFA}$$

a.2) Indicador de Economicidade

Dados:

- Custo realizado em 2008 para fiscalização de propriedades (CR2008)= R\$ 1.290,07
- Custo programado em 2008 para fiscalização de propriedades (CP2008)= R\$ 1.460,00
- Fiscalizações realizadas (FR) = 08 propriedades fiscalizadas

$$\text{- Como: } CUR = \frac{CR2008}{FR2008}, \text{ temos: } CUR = \frac{R\$ 1.290,07}{08}$$

(Nº FFA envolvidos) (01)

∴ **CUR**= R\$ 161,26 / fiscalização realizada por FFA

- Como: $CUP = \frac{CP2008}{FP2008}$, temos: $CUP = \frac{(R\$ 1.460,00)}{(08)}$
(Nº FFA envolvidos) (01)

∴ **CUP**= R\$ 182,50 / fiscalização prevista por FFA

-De posse dos resultados acima podemos obter o índice de Economicidade pela seguinte fórmula:

$$IEc = [(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100 \rightarrow [(161,26 / 182,50) \times 100] - 100 =$$

$$\therefore IEc = -11,64\%$$

b) Eficácia

Como: $IEfic = \frac{FR}{FP} \times 100$, temos:

$$IEfic (\%) = \frac{08}{08} \times 100, \text{ logo: } \Rightarrow IEfic = 100\%$$

08

c) Efetividade

A **efetividade** da ação pode ser demonstrada de maneira qualitativa pela obtenção de propriedades certificadas como livres de pragas quarentenárias. No caso específico das propriedades fiscalizadas, refere-se ao seu reconhecimento como propriedades produtoras de banana efetivamente livre de pragas quarentenárias, sigatoka negra (*Mycosphaerella fijiensis*) e moko da bananeira (*Ralstonia solanacearum* raça 2).

2.1.1.2.3.3.2.3. Avaliação do Resultado, Indicando as Causas de Sucessos e/ou Insucessos.

Apesar de contar com somente um FFA – Engenheiro Agrônomo o SEDESA/SFA/TO alcançou um índice de **produtividade** de 08 propriedades fiscalizadas com certificação fitossanitária de origem com um índice de **Eficácia** de 100%.

Em relação ao índice de **economicidade**, constata-se que os recursos foram devidamente utilizados, obtendo um índice negativo de 11,64%, indicando que as metas foram alcançadas com um custo de fiscalização em torno de 12% menor do que o previsto.

Por fim, a **efetividade** dessa ação tem como produto o reconhecimento oficial de propriedades livres das pragas quarentenárias sigatoka negra e moko da bananeira. Esta certificação permite que essas propriedades possam comercializar seus produtos em outras Unidades da Federação sem sofrer restrições no trânsito, possibilitando, portanto, o escoamento da produção para novos mercados além do Estado do Tocantins.

2.1.1.2.3.3.3. Atividade de Encontros/Reuniões Técnicas realizadas no PI VIGIFITO1

2.1.1.2.3.3.3.1. Indicadores de Desempenho – Fórmula de Cálculo/ Método de aferição

Tabela 16 – Indicadores de Desempenho do PI VIGIFITO1 relativo às atividades de Encontros/Reuniões Técnicas realizadas

Indicador	Descrição	Fórmula
Eficiência (Produtividade)	Nº de participação em encontros ou reuniões técnicas por FFA do SEDESA da área vegetal (agronômica)	$IPr = \frac{\text{Nº reuniões técnicas (unid.)}}{\text{Nº FFA envolvidos}}$ Onde: IPr= índice de produtividade
Eficiência (Economicidade)	Custo por reunião técnica realizada por FFA e Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2008	$CUR = \frac{CR2008}{RTR2008}$ (Nº FFA envolvidos) $CUP = \frac{CP2008}{RTP2008}$ (Nº FFA programados) $IEc = [(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100$ (%) Onde: CUR= custo unitário por reunião técnica realizada por FFA, CUP= custo unitário por reunião técnica programada por FFA, CR=custo realizado, CP=custo programado, RTR= reunião técnica realizada, RTP= reunião técnica programada e IEc= índice de economicidade
Eficácia	Relação entre reuniões técnicas programadas e realizadas (%)	$IEfic = \frac{RTR}{RTP} \times 100$ Onde: RTR= reunião técnica realizada, RTP= reunião técnica prevista e IEfic= índice de eficácia (%)
Efetividade	Nº de FFA capacitados e Nº de Procedimentos e determinações definidos e harmonizados nos encontros ou reuniões técnicas realizadas	Nº de FFA capacitados e Nº de Procedimentos e Critérios definidos e harmonizados nos encontros ou reuniões técnicas realizadas

2.1.1.2.3.3.3.2. Resultados obtidos no PI VIGIFITO1 relativo às atividades de Encontros/Reuniões Técnicas realizadas

a) Eficiência

a.1) Indicador de Produtividade

Dados:

- Houve apenas a participação de 01 (um) FFA – Eng. Agrônomo do SEDESA em 01 (uma) reunião técnica intitulada “XII ENFIT” (Encontro Nacional de Fitossanitaristas).

$$IPr = \frac{\text{Nº reuniões técnicas (unid.)}}{\text{Nº FFA envolvidos}} \rightarrow IPr = \frac{01}{01} = 01 \text{ evento/FFA}$$

a.2) Indicador de Economicidade

Dados:

- Custo realizado em 2008 para participação de FFA em reunião técnica (**CR2008**) = R\$ 552,04

- Custo programado em 2008 para participação de FFA em reunião técnica (**CP2008**) = R\$ 6.662,04

- Reunião Técnica realizada (**RTR**) = 01 reunião

$$\text{- Como: } CUR = \frac{CR2008}{RTR2008}, \text{ temos: } CUR = \frac{R\$ 552,04}{01}$$

∴ **CUR** = R\$ 552,04 / participação de FFA por evento realizado

$$\text{- Como: } CUP = \frac{CP2008}{RTP2008}, \text{ temos: } CUP = \frac{R\$ 6.662,04}{01}$$

∴ **CUP** = R\$ 6.662,04 / participação de FFA por evento programado

-De posse dos resultados acima pode-se obter o índice de Economicidade pela seguinte fórmula:

$$IEc = [(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100 \rightarrow [(552,04 / 6.662,04) \times 100] - 100 =$$

$$\therefore \boxed{IEc = -91,71\%}$$

b) Eficácia

Como: $IEfic = \frac{RTR}{RTP} \times 100$, temos:

$$IEfic (\%) = \frac{01}{01} \times 100, \text{ logo: } \Rightarrow IEfic = 100\%$$

c) Efetividade

A efetividade da ação pode ser demonstrada de maneira qualitativa pelo produto das participações dos FFA do SEDESA da área vegetal nas reuniões técnicas realizadas.

Dessa forma, tem-se como produto efetivo da ação o estabelecimento de critérios e procedimentos harmonizados de defesa fitossanitária entre as demais Unidades da Federação, relativos à Certificação Fitossanitária, Prevenção e Controle de Pragas, Quarentena Vegetal, Análise de Riscos de Pragas e do Controle do Trânsito de Vegetais.

2.1.1.2.3.3.3. Avaliação do Resultado, Indicando as Causas de Sucessos e/ou Insucessos.

Foi alcançado um índice de produtividade de 01 (uma) participação por evento por FFA do SEDESA – Área Vegetal, conseguindo-se um índice de **economicidade** negativo, indicando que custos foram 92% menores do que o programado.

Em relação à meta física, os resultados foram expressivos, alcançando um índice de **Eficácia** de 100%.

No que concerne à **efetividade**, concluímos que o alcance foi satisfatório, uma vez que no evento do qual a SFA/TO participou (XII ENFIT) foi capacitado um Fiscal Federal Agropecuário para executar trabalhos de harmonização e consolidação de aspectos operacionais de interesse da defesa agropecuária, o que refletirá no aprimoramento das ações executadas pelo Ministério da Agricultura, beneficiando a sociedade como todo.

2.1.1.2.4. AÇÃO 8654: PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA (PROMOEDUC)

2.1.1.2.4.1. Dados gerais

Tabela 17 - Dados Gerais da Ação de Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (PROMOEDUC)

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Promover atuação contínua junto aos integrantes das cadeias produtivas agropecuárias e da sociedade, no sentido de se obter comportamento adequado, quanto às normas e procedimentos referentes à saúde animal, à sanidade vegetal e à segurança e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários.
Descrição	Execução de atividades educativo-sanitárias em defesa agropecuária, em comunidades ou regiões; capacitação dos integrantes das cadeias produtivas agropecuárias e da sociedade (associações, sindicatos, professores, consumidores e outros) em temas relacionados à defesa agropecuária; e capacitação dos profissionais dos serviços oficiais em Educação Sanitária em Defesa Agropecuária. Atuação eventual junto às instituições governamentais e não-governamentais e outras entidades, quando se identificar que as mesmas são importantes para o cumprimento da finalidade desta ação.
Unidade responsável	Gabinete – GAB / DAS
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Será executada principalmente pelos serviços oficiais estaduais de defesa agropecuária, por intermédio de convênios e parcerias, ou diretamente pelas Superintendências Federais de Agricultura nos estados, a partir de diretrizes estabelecidas pelo MAPA.
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Bicalho Schlottfeldt
Responsável pela execução da ação no nível local	João Carneiro Correia

Tabela 18 – Metas e resultados alcançados no PI PROMOEDUC realizados pelo SEDESA – TO relativo à ação de participação em reunião técnica (reunião técnica realizada).

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	R\$ 21.250,00	R\$ 9.479,60	44,61%
Física	1 reunião técnica realizada	1 reunião técnica realizada	100%

Fonte: SIAFI-2008 e relatórios de viagem.

Tabela 19 – Despesas realizadas pelo SEDESA - TO para a consecução das ações do PI PROMOEDUC relativo à ação de reunião técnica.

Elemento de despesa	Descrição	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Realizado (R\$)
3390.14	Diária	615,00	615,00	613,95
3390.33	Passagens	14.575,00	14.575,00	6.938,00
3390.36	Diárias Colaborador Eventual	4.125,00	4.125,00	1.927,65
3390.39	Serviços de terceiros	1.935,00	1.935,00	0,00

Fonte: SIAFI - 2008

2.1.1.2.4.2. Resultados obtidos na Ação de Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária

Com a participação de um FFA - Engenheiro Agrônomo e três colaboradores eventuais de Instituições do Estado, a SFA/TO participou da Reunião Técnica Regional dos Estados da Região Norte, cujo objetivo foi o planejamento e coordenação das atividades de EDUCAÇÃO SANITÁRIA no qual foram realizados diversos trabalhos inerentes ao tema central.

2.1.1.2.4.2. DESEMPENHO OPERACIONAL DO PI PROMOEDUC

2.1.1.2.4.2.1. Atividade de participação em reunião técnica realizada no PI PROMOEDUC

2.1.1.2.4.2.1.1. Indicadores de Desempenho – Fórmula de cálculo/ Método de aferição

Tabela 20 – Indicadores de Desempenho do PI PROMOEDUC relativo à atividade de Reunião Técnica realizada

Indicador	Descrição	Fórmula
Eficiência (Produtividade)	Nº de participação em reunião técnica por FFA do SEDESA da área vegetal (agronômica)	$IPr = \frac{\text{Nº reuniões técnicas (unid.)}}{\text{Nº FFA envolvidos}}$ Onde: IPr= índice de produtividade

Eficiência (Economicidade)	Custo por reunião técnica realizada por FFA e Variação % entre custo unitário realizado e previsto em 2008	$CUR = \frac{CR_{2008}}{RTR_{2008}}$ (Nº FFA envolvidos) $CUP = \frac{CP_{2008}}{RTP_{2008}}$ (Nº FFA programados) $IEc = \left[\left(\frac{CUR_{2008}}{CUP_{2008}} \right) \times 100 \right] - 100 (\%)$ Onde: CUR= custo unitário por reunião técnica realizada por FFA, CUP= custo unitário por reunião técnica prevista por FFA, CR=custo realizado, CP=custo previsto, RTR= reunião técnica realizada, RTP= reunião técnica prevista e IEC= índice de economicidade
Eficácia	Relação entre reuniões técnicas previstas e realizadas (%)	$IEfic = \frac{RTR}{RTP} \times 100$ Onde: RTR= reunião técnica realizada, RTP= reunião técnica prevista e IEfic= índice de eficácia (%)
Efetividade	Definição do Plano Estadual de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária	Definição do Plano Estadual de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária

2.1.1.2.4.2.1.2. Resultados obtidos no PI PROMOEDUC relativo à atividade de Reunião Técnica realizada

a) Eficiência

a.1) Indicador de Produtividade

Dados:

- Houve apenas a participação de 01 (um) FFA – Eng. Agrônomo do SEDESA na Reunião Técnica Regional dos Estados da Região Norte para planejamento e coordenação das atividades de EDUCAÇÃO SANITÁRIA.

$$IPr = \frac{\text{Nº reuniões técnicas (unid.)}}{\text{Nº FFA envolvidos}} \rightarrow IPr = \frac{01}{01} = 01 \text{ evento/FFA}$$

a.2) Indicador de Economicidade

Dados:

- Neste evento houve a participação de 01 (um) FFA do SEDESA da área vegetal e de 03 (três) colaboradores eventuais. Portanto, o índice de economicidade será calculado em função tanto do custo para participação do FFA no evento, quanto para a participação dos colaboradores eventuais;

- Custo realizado em 2008 para participação de FFA em reunião técnica ($CR_{FFA2008}$)= R\$ 2.348,45

- Custo realizado em 2008 para participação de três colaboradores eventuais na reunião técnica ($CR_{COL2008}$)= R\$ 7.131,15

- Custo previsto em 2008 para participação de FFA em reunião técnica ($CP_{FFA2008}$)= R\$ 4.742,50

- Custo previsto em 2008 para participação de três colaboradores eventuais na reunião técnica ($CP_{COL2008}$)= R\$ 16.507,50

- Reunião Técnica realizada (RTR) = 01 reunião

- Como: $CUR_{FFA} = \frac{(CR_{FFA2008} / RTR2008)}{(N^{\circ} FFA \text{ envolvidos})}$, temos: $CUR_{FFA} = \frac{(R\$ 2.348,45 / 01)}{(01)}$

$\therefore CUR_{FFA} = R\$ 2.348,45 /$ participação de FFA por evento realizado

- Como: $CUP_{FFA} = \frac{(CP_{FFA2008} / RTP2008)}{(N^{\circ} FFA \text{ envolvidos})}$, temos: $CUP = \frac{(R\$ 4.742,50 / 01)}{(01)}$

$\therefore CUP_{FFA} = R\$ 4.742,50 /$ participação de FFA por evento previsto

- Como: $CUR_{COL} = \frac{(CR_{COL2008} / RTR2008)}{(N^{\circ} COL \text{ envolvidos})}$, temos: $CUR_{COL} = \frac{(R\$ 7.131,15 / 01)}{(03)}$

$\therefore CUR_{COL} = R\$ 2.377,05 /$ participação de Colaborador eventual por evento realizado

- Como: $CUP_{COL} = \frac{(CP_{COL2008} / RTP2008)}{(N^{\circ} COL \text{ envolvidos})}$, temos: $CUP = \frac{(R\$ 16.507,50 / 01)}{(03)}$

$\therefore CUP_{COL} = R\$ 5.502,50 /$ participação de Colaborador eventual por evento previsto

- De posse dos resultados acima pode-se obter os índices de Economicidade pelas seguintes fórmulas:

$$IE_{FFA} = [(CUR_{FFA2008} / CUP_{FFA2008}) \times 100] - 100$$

$$IE_{FFA} = [(2.348,46 / 4.742,50) \times 100] - 100$$

$$\therefore IE_{FFA} = -50,48\%$$

$$IE_{COL} = [(CUR_{COL2008} / CUP_{COL2008}) \times 100] - 100$$

$$IE_{COL} = [(2.377,05 / 5.502,50) \times 100] - 100 =$$

$$\therefore IE_{COL} = -56,80\%$$

b) Eficácia

Como: $IE_{fic} = \frac{RTR}{RTP} \times 100$, temos:

$$IE_{fic} (\%) = \frac{01}{01} \times 100, \text{ logo: } \Rightarrow IE_{fic} = 100\%$$

c) **Efetividade**

A efetividade da ação pode ser demonstrada de maneira qualitativa pelo produto das participações do FFA do SEDESA da área vegetal e dos Colaboradores eventuais na reunião técnica de educação sanitária realizada.

Dessa forma, tem-se como produto efetivo da ação a definição do Plano Estadual de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária.

2.1.1.2.4.2.1.3. Avaliação do Resultado, Indicando as Causas de Sucessos e/ou Insucessos.

Representada por um FFA/Eng. Agrônomo, a SFA/TO participou do único evento programado, alcançando assim índice de **produtividade** de 100%, atingindo um índice de **economicidade** negativo, já que os custos da participação foram 51% (por FFA) e 57% (por colaborador eventual), respectivamente, menores do que o programado. Da mesma forma, em relação à meta física, foi alcançado o índice de **Eficácia** de 100%, sendo a **efetividade** representada pela definição do Plano Estadual de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária do Tocantins, que beneficiará a médio e longo prazo toda a sociedade tocantinense.

2.1.2. Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas (Código 0356)

Conforme já descrito a principal ação deste programa relativa à Defesa Vegetal e sob gestão deste SEDESA/DT/SFA-TO é:

- Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN);

2.1.2.1. Dados gerais

Tabela 21 – Dados gerais do Programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tipo de programa	Programa Finalístico.
Unidade Responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Problema	Risco à saúde humana, pela contaminação de produtos de origem agropecuária, e ao mercado, pela fraude e ausência de qualidade e conformidade.
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores
Objetivo Setorial	Garantir a segurança alimentar
Público-alvo	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores

2.1.2.2. Gestão das ações

2.1.2.2.1. AÇÃO 4745 - FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

2.1.2.2.1.1. Dados gerais

Tabela 22 - Dados Gerais da Ação de Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN)

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Unidade Responsável	Coordenação de Biossegurança e Organismos Geneticamente Modificados – CBIO / DAS
Unidades Executoras	-Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins (SFA-TO)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/DT/SFA-TO) e Serão envolvidos os demais agentes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.
Coordenador nacional da ação	Marcus Vinícius Segurado Coelho
Responsável pela ação no nível local	Fernando de Azevedo Freitas

Tabela 23a – Metas e resultados alcançados no PI FISCORGEN realizados pelo SEDESA – TO relativo à ação de participação em reunião técnica (reunião técnica realizada).

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	R\$ 5.614,21	R\$ 4.970,44	88,53%
Física	02	02	100%

Fonte: SIAFI-2008 e relatórios de viagem.

Tabela 23b – Metas e resultados alcançados no PI FISCORGEN realizados pelo SEDESA – TO relativo à ação de aquisição de equipamentos permanentes (aquisição adquirida).

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	R\$ 1.600,00	R\$ 0,00	-
Física	01	00	-

Fonte: SIAFI-2008.

Tabela 24a – Despesas realizadas pelo SEDESA - TO para a consecução das ações do PI FISCORGEN relativo à ação de reunião técnica.

Elemento de despesa	Descrição	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Realizado (R\$)
3390.14	Diária	1.514,21	1.514,21	1.468,39
3390.33	Passagens	4.100,00	4.100,00	3.502,05

Fonte: SIAFI - 2008

Tabela 24b – Despesas realizadas pelo SEDESA - TO para a consecução das ações do PI FISCORGEN relativo à ação de aquisição de equipamentos permanentes.

Elemento de despesa	Descrição	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Realizado (R\$)
4490.52	Equipamento permanente (impressora portátil)	1.600,00	1.600,00	0,00

Fonte: SIAFI - 2008

2.1.2.1.1.2. Resultados obtidos na Ação de Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

A SFA/TO foi representada por FFA do SEDESA em duas reuniões técnicas realizadas no Distrito Federal e no Ceará. Naqueles eventos foram discutidos aspectos legais dos organismos geneticamente modificados no Brasil e no mundo, bem como aspectos de sua segurança alimentar, inclusive com demonstração do Uso de Kits Imunocromatográficos, ficando definidas as estratégias a serem adotadas nas ações de fiscalização com OGM para o exercício de 2009.

2.1.2.1.1.3. DESEMPENHO OPERACIONAL DO PI FISCORGEN

2.1.2.1.1.3.1. Atividade de participação em reunião técnica realizada no PI FISCORGEN

2.1.2.1.1.3.1.1. Indicadores de Desempenho – Fórmula de cálculo/ Método de aferição

Tabela 25 – Indicadores de Desempenho do PI FISCORGEN relativo às atividades de participação em Capacitação Reuniões Técnicas realizadas.

Indicador	Descrição	Fórmula
Eficiência (Produtividade)	Nº de capacitações e/ou reuniões técnicas por FFA do SEDESA da área vegetal (agronômica)	$IPr = \frac{\text{Nº reuniões técnicas (unid.)}}{\text{Nº FFA envolvidos}}$ Onde: IPr= índice de produtividade
Eficiência (Economicidade)	Custo por reunião técnica realizada/FFA e Variação % entre custo unitário realizado e programado em 2008	$CUR = \frac{CR2008}{RTR2008}$ $(Nº FFA envolvidos)$ $CUP = \frac{CP2008}{RTP2008}$ $(Nº FFA programados)$ $IEc = [(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100 (\%)$ Onde: CUR= custo unitário por reunião técnica realizada, CUP= custo unitário por reunião técnica programada, CR=custo realizado, CP=custo programado, RTR= reunião técnica realizada, RTP= reunião técnica programada e IEC= índice de economicidade.
Eficácia	Relação entre reuniões técnicas realizadas e programadas (%)	$IEfic = \frac{\text{Nº reuniões técnicas realizadas}}{\text{Nº de reuniões técnicas programadas}} \times 100$ Onde: IEfic= índice de eficácia (%)
Efetividade	FFA capacitados e definição de estratégias para fiscalização de atividades envolvendo organismos geneticamente modificados (OGM)	FFA capacitados e definição de estratégias para fiscalização de atividades envolvendo organismos geneticamente modificados (OGM)

2.1.2.1.1.3.1.2. Resultados obtidos no PI FISCORGEN nas atividades de participação em Capacitação e/ou Reuniões Técnicas realizadas

a) Eficiência

a.1) Indicador de Produtividade

Dados:

- FFA₁ (RT)= participou de 01 reunião técnica;

$$IPr_{FFA1} = \frac{\text{Nº reuniões técnicas (unid.)}}{\text{FFA envolvidos}} \rightarrow IPr_{FFA1} = \frac{01}{01} = 01 \text{ eventos/FFA}_1$$

- FFA₂= participou de 02 reuniões técnicas;

$$IPr_{FFA2} = \frac{\text{Nº reuniões técnicas (unid.)}}{\text{FFA envolvidos}} \rightarrow IPr_{FFA2} = \frac{02}{01} = 02 \text{ eventos/FFA}_2$$

Logo, tirando uma média dos índices de produtividade de cada FFA do SEDESA da área vegetal temos:

$$IPr_{\text{médio}} = \frac{IPr(FFA_1)}{02} + \frac{IPr(FFA_2)}{02} = \frac{01}{02} + \frac{02}{02} = 1,5 \text{ eventos/ FFA}$$

a.2) Indicador de Economicidade

Dados:

- FFA₁ (RT)= participou de 01 reunião técnica;

- FFA₂= participou de 02 reuniões técnicas;

$$CUR = \frac{CR2008}{RTR2008}$$

(Nº FFA envolvidos)

Desdobrando a fórmula acima, para cada um dos dois FFAs do SEDESA – Área Vegetal temos:

$$CUR_{FFA1} = \frac{(R\$ 2.037,82 / 01)}{FFA_1} = R\$ 2.037,82 / \text{Evento participado pelo FFA}_1$$

$$CUR_{FFA2} = \frac{(R\$ 2.932,62 / 02)}{FFA_2} = R\$ 1.466,31 / \text{Evento participado pelo FFA}_2$$

$$CUP_{FFA1} = \frac{(R\$ 2.075,00 / 01)}{FFA_1} = R\$ 2.075,00 / \text{Evento programado para o FFA}_1$$

$$CUP_{FFA2} = \frac{(R\$ 3.539,21 / 02)}{FFA_2} = R\$ 1.769,61 / \text{Evento programado para o FFA}_2$$

-Tirando uma média de cada um dos parâmetros acima temos:

$$CUR_{\text{médio}} = \frac{CUR_{FFA1} + CUR_{FFA2}}{02} = \frac{R\$ 2.037,82 + 1.466,31}{02} =$$

$$\therefore CUR_{\text{médio}} = R\$ 1.752,07 / \text{Reunião Técnica e/ou capacitação realizada por FFA}$$

$$CUP_{\text{médio}} = \frac{CUP_{FFA1} + CUP_{FFA2}}{02} = \frac{R\$ 2.075,00 + 1.769,61}{02} =$$

$$\therefore CUP_{\text{médio}} = R\$ 1.922,31 / \text{Reunião Técnica e/ou capacitação programada por FFA}$$

- De posse dos resultados acima podemos obter o índice de Economicidade pela seguinte fórmula:

$$IEc = [(CUR2008 / CUP2008) \times 100] - 100 \rightarrow [(R\$ 1.752,07 / 1.922,31) \times 100] - 100 =$$

$$\therefore IEc = -08,86\%$$

b) Eficácia

$$IEfic = \frac{\text{Nº reuniões técnicas realizadas}}{\text{Nº de reuniões técnicas programadas}} \times 100$$

$$IEfic (\%) = \frac{02}{02} \times 100$$

Logo o indicador de Eficácia foi de: $IEfic = 100\%$

c) Efetividade

A efetividade da ação pode ser demonstrada de maneira qualitativa pelo produto das participações dos FFA do SEDESA da área vegetal nas reuniões técnicas realizadas.

Dessa forma, temos como um dos produtos, 02 (dois) FFA capacitados quanto a legislação e aspectos práticos da fiscalização de OGM, bem como a definição de estratégias e prioridades das ações de fiscalização de atividades envolvendo organismos geneticamente modificados (OGM) para o ano de 2009.

2.1.2.1.1.3.1.3. Avaliação do Resultado, Indicando as Causas de Sucessos e/ou Insucessos.

Foi alcançado o índice de **produtividade** em torno de 1,5 eventos/FFA e de **economicidade** negativo de -08,86%, indicando que o custo destas reuniões foram 9% menor do que o programado. Em relação à **Eficácia**, a participação da SFA/TO nos dois eventos realizados permitiu alcançar um índice de 100%.

A Capacitação técnica de Fiscais para atuar no segmento de OGM's e de outros fatores inerentes às ações, aliada à definição de estratégias e prioridades das ações de fiscalização de atividades envolvendo OGM's caracteriza a **Efetividade** dos trabalhos na melhoria das condições de controle destes produtos, trazendo como consequência benefícios à sociedade Tocantinense e de todo o País, abrindo novos mercados para os produtos desta Unidade da Federação.

2.1.2.1.1.3.1.1. Indicadores de Desempenho

Não foram realizados os cálculos relativos aos indicadores de desempenho nesta atividade para este PI (FISCORGEN), em virtude de haver apenas um empenho de R\$ 1.600,00, mas não foi adquirido o bem devido a não manifestação de fornecedores durante o procedimento de pregão eletrônico.

2.1.2.1.1.3.1.2. Avaliação do Resultado, Indicando as Causas de Sucessos e/ou Insucessos.

Não corresponde, conforme descrito no item anterior.

3. Ação 4842 – ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

3.1. Dados Gerais

Tabela 26 - Dados Gerais da Ação de Erradicação da Febre Aftosa

Tipo de programa	-Programa finalístico.
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soropidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidades Executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária. e Abastecimento no Estado do Tocantins - SFA-TO.
Unidade responsável	Coordenação-Geral de Combate as Doenças – CGCD / DSA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA. Execução direta e descentralizada, em ações conjuntas com os serviços de defesa sanitária animal dos estados federativos e com os países fronteiriços.
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Luiz Eduardo Cardoso da Rocha

Tabela 27a – Metas e resultados da Ação de Erradicação da Febre Aftosa realizada pelo SEDESA – TO / ADAPEC -TO relativas às ações de fiscalização e reunião técnica.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	141.364,00	105.506,62	74,63%
Física	335	329	98,2

Fonte: SIAFI - 2008

Tabela 27b – Metas e resultados da Ação de Erradicação da Febre Aftosa realizada pelo SEDESA – TO relativas às ações de Reunião Técnica.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	11.653,22	11.653,22	100 %
Física	4	4	100 %

Fonte: SIAFI – 2008

Tabela 27c – Metas e resultados da Ação de Erradicação da Febre Aftosa realizada pelo SEDESA – TO / ADAPEC -TO relativas às ações de fiscalização.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	129.710,00	93.853,40	72,35%
Física	330	325	98,48%

Obs.: Foram gastos 7.854,82 com a manutenção dos veículos que atendem o SEDESA nas suas atividades institucionais.

Tabela 27d - Metas e resultados da Ação de Erradicação da Febre Aftosa realizados pela ADAPEC – TO e supervisionadas pelo SEDESA.

META	PREVISÃO (área controlada em Km ²)	EXECUÇÃO (área controlada em Km ²)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Física	247.425 Km ²	247.425 Km ²	100,00%

Fonte: SIPLAN - 2008

Tabela 27e – Metas e resultados da Ação de Erradicação da Febre Aftosa realizados, por elemento de despesa pelo SEDESA – TO / ADAPEC -TO relativas às ações de fiscalização e reunião técnica

Elemento de despesa	Descrição	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Realizado (R\$)
3390.14	Diária	10.140,08	10.140,08	2.109,49
3390.33	Passagens	12.654,12	12.654,12	12.643,19
3390.30	Material de Consumo	17.589,00	17.589,00	7.131,50
3390.39	Serviços de terceiros	5.800,00	5.800,00	1.792,00
3390.36	Colaborador eventual	93.780,80	93.780,80	81.830,44
4490.52	Equipamentos e Material permanente	1.400,00	1.400,00	0,00

Os recursos financeiros para a Ação Febre Aftosa foram disponibilizados pelo Departamento de Saúde Animal – DSA, em valores definidos pelo mesmo, tendo em vista que eventuais ocorrências de focos de doenças consideradas emergenciais demandam resposta rápida, com aporte imediato de recursos.

3.1.1. Resultados obtidos na Ação Erradicação da Febre Aftosa

As atividades de profilaxia e controle da febre aftosa são executadas, por delegação de competência, pela Agência de Defesa Agropecuária (ADAPEC-TO), mediante convênios para os quais foram destinados, a partir do ano de 2007, o valor de R\$ 4.489.673,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e setenta e três reais), sendo importante salientar que, durante o ano de 2008, também estava em vigência o convênio 003/2007. Para a execução da vacinação contra febre aftosa e retirada dos animais da Ilha do Bananal, exigida pelo Poder Judiciário, foi disponibilizado o valor de R\$ 81.330,44 (oitenta e um mil, trezentos e trinta reais e quarenta e quatro centavos) para a Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins.

Um Fiscal Federal Agropecuário é responsável pela ação erradicação da Febre Aftosa e também pela Ação VIGIZOO. O SEDESA é responsável direto pelo controle e emissão de autorização de trânsito de animais susceptíveis à febre aftosa quando provenientes de estados classificados como risco médio ou áreas consideradas zona tampão. Este trânsito está regulamentado pela Instrução Normativa nº. 44/07. Durante o ano de 2008 foram emitidas 16 autorizações para o ingresso de 1.157 animais.

As atividades de Erradicação da Febre Aftosa, executadas pela ADAPEC-TO são supervisionadas pelo SEDESA.

A manutenção da condição sanitária de zona livre de febre aftosa com vacinação, finalidade da Ação Erradicação da Febre Aftosa foi alcançada pelo Estado do Tocantins em 2008. Entre as atividades que propiciaram a manutenção do status sanitário estão os altos índices de vacinação alcançados nas duas etapas de vacinação de 2008 (Tabela 19f).

Em 2008, apareceu o primeiro caso de Estomatite vesicular no Estado do Tocantins. Doença confundível com a Febre Aftosa que provocou prejuízos econômicos, principalmente devido à suspensão das exportações de carne bovina para a Rússia. Tal situação demandou grandes esforços da ADAPEC e do SEDESA/SFA/TO com vistas ao seu controle.

Com o objetivo de aprimorar os trabalhos a cargo da SFA/TO, o responsável pela Ação participou de várias reuniões técnicas com instituições parceiras, dentre elas a ADAPEC e a SEAGRO e com a participação da coordenação Nacional do PNEFA e o Departamento de Saúde Animal do MAPA. Participaram também de auditorias do PNEFA e do SISBOV em outros estados da federação.

Tabela 27f : Índices de Vacinação do rebanho e das propriedades do Tocantins

	Etapa Novembro de 2007	Etapa Maio de 2008	Etapa Novembro de 2008
Nº de Propriedades	51.549	51.443	51.484
Índice de Vacinação	97,55%	97,92%	97,16%
Nº de Bovídeos	7.384.939	7.192.727	7.344.864
Índice de Vacinação	99,17%	99,06%	99,17%

3.2. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.2.1 Índices de desempenho – Fórmulas de Cálculo / Método de Aferição

3.1.2 Resultados	Principais Indicadores		
Eficiência	Produtividade na realização de supervisões / auditorias em Unidades Veterinárias Locais	$Ip\ sa =$	$\frac{N^\circ \text{ de supervisões / Auditorias}}{N^\circ \text{ de Fiscais Envolvidos}}$
Eficácia	*Índice de Vacinação	$lefc\ vc =$	$\frac{N^\circ \text{ de Bovinos vacinados}}{N^\circ \text{ de Bovinos}}$
Efetividade	Área Livre de Febre Aftosa com Vacinação em Km ²	$lef\ Al =$	$\frac{\text{Área Livre Planejada}}{\text{Área Livre Realizada}}$

* O número de animais corresponde à soma do rebanho nas duas etapas de vacinação

* A Área corresponde ao produto estabelecido pelo SIPLAN.

*Área Responsável – SEDESA

3.2.2. Resultado dos Indicadores

Eficiência	$Ip\ sa = 23/1$	$Ip\ sa = 23$
Eficácia	$lefc\ vc = 14.392.482/14.520.695$	$lefc\ vc = 99,11\%$
Efetividade	$lef\ Al = 247.425/247.425$	$lef\ Al = 100\%$

3.2.3. Descrição das disfunções estruturais que impactaram o resultado e medidas adotadas para solucionar os problemas

A avaliação de produtividade foi efetivada através do número de supervisões e auditorias do PNEFA realizadas pelo FFA responsável pela ação. O desempenho não foi melhor porque o FFA responsável pela Ação acumula a responsabilidade por outra ação ocupando ainda a função de chefe de Serviço, o que impactou negativamente o indicador de **eficiência**. Em que pese tal situação, foram supervisionados/auditadas 23 das 72 Unidades veterinárias estabelecidas no Estado. Para 2009 foram programadas 38 supervisões, um número 65% maior que o de 2008.

O índice de **eficácia** avaliou se o Estado do Tocantins atingiu índices de vacinação contra febre aftosa que possam dar a garantia necessária à preservação da manutenção da área livre com vacinação. Tendo como meta um índice de vacinação superior a 90% do rebanho bovino para estados classificados como baixo risco, pode-se considerar que o índice médio de 99,11% pode ser considerado excelente. Por ser o objetivo específico do programa, a manutenção da área livre de febre aftosa foi considerada como índice de **efetividade**, uma vez que o Estado manteve o status de área livre de febre aftosa com vacinação. Tal status propiciou a manutenção de mercados importadores de carne e subprodutos de bovinos e ainda a conquista de novos mercados em benefício de toda a sociedade.

4. Ação 2139 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS - VIGIZOO

4.1. Dados Gerais

Tabela 28 – Dados Gerais da Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos.

Tipo de programa	Programa finalístico.
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidades Executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária. e Abastecimento no Estado do Tocantins - SFA-TO.
Unidade responsável	Coordenação de Trânsito e Quarentena Animal – CTQA / DSA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA. A contrapartida do estado, no caso da ação, será alocada na forma de serviços de profissionais especializados, equipamentos, veículos e infra-estrutura física.
Coordenador Nacional da Ação	Luiz Felipe Ramos de Carvalho
Responsável pela execução da ação no nível local	Mário Márcio de Barros Araújo

Tabela 29a – Metas e resultados da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	16.000,00	1.809,10	11,30%
Física	20	17	90%

Fonte: SIAFI - 2008

OBS: As ações do VIGIZOO foram feitas em conjunto com a ação Febre Aftosa, por isto a pouca utilização dos recursos disponibilizados pelo VIGIZOO.

Tabela 29b Metas e resultados da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos realizados, por elemento de despesa pelo SEDESA – TO / ADAPEC -TO relativas às ações de fiscalização e reunião técnica.

Elemento de despesa	Descrição	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Realizado (R\$)
3390.14	Diária	3.400,00	3.400,00	236,40
3390.33	Passagens	6.850,00	6.850,00	934,95
3390.30	Material de Consumo	3.000,00	3.000,00	0,00
3390.39	<i>Serviços de terceiros</i>	3.000,00	3.000,00	0,00
3390.36	Colaborador Eventual	2.750,00	2.750,00	637,75

Fonte: SIAFI - 2008

OBS: As ações do VIGIZOO foram feitas em conjunto com a ação Febre Aftosa, por isto a pouca utilização dos recursos disponibilizados pelo VIGIZOO.

Tabela 29c - Metas e resultados da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos realizados pela ADAPEC – TO e supervisionadas pelo SEDESA.

META	PREVISÃO (Número de Fiscalizações)	EXECUÇÃO (Número de Fiscalizações)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Física	66.420	64.436	97,01%

Fonte: SIPLAN - 2008

4.2. Resultados obtidos na Ação de Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos -VIGIZOO

As atividades de Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos são, por delegação de competência, executadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC-TO).

O SEDESA/SFA/TO é responsável direto pelas ações de controle e emissão de autorização de trânsito de animais susceptíveis à febre aftosa, havendo sido emitidos, no ano de 2008, 16 autorizações para o ingresso de 1.157 animais, cabendo ainda ao referido serviço coordenar a análise de riscos e quarentena dos animais.

A manutenção do status sanitário do rebanho e o reconhecimento do estado como áreas livres de febre aftosa e peste suína clássica, foram alcançados no ano de 2008. Contribuíram para a manutenção de referido status a fiscalização do trânsito em barreiras sanitárias fixas distribuídas por todo o estado (Tabela 29c). Com o objetivo de aprimorar a qualidade dos trabalhos, o RT participou de reuniões técnicas com a ADAPEC, com a coordenação Nacional do Controle de Trânsito e Quarentena Animal e com o Departamento de Saúde Animal do MAPA, além de participar de auditorias do PNEFA e do SISBOV em outras Unidades da federação. A execução de ações em conjunto com as ações inerentes o combate à febre aftosa implicaram na menor necessidade de utilização dos recursos disponibilizados pelo VIGIZOO.

4.3. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.3.1 Índices de desempenho – Fórmulas de Cálculo / Método de Aferição

3.1.2 Resultados	Principais Indicadores		
Eficiência	Produtividade na realização de supervisões / auditorias em barreiras fixas de fiscalização	$Ip\ sa =$	$\frac{N^{\circ} \text{ de supervisões / Auditorias}}{N^{\circ} \text{ de Fiscais Envolvidos}}$
Eficácia	*Número de Fiscalizações programadas / fiscalizações realizadas	$lefc\ FpFr =$	$\frac{\text{Fiscalizações Programadas}}{\text{Fiscalizações realizadas}}$
Efetividade	Proteção das Áreas Reconhecidas como Livre de Doenças	$lef\ Par =$	$\frac{\text{Área Livre Planejada}}{\text{Área Livre Realizada}}$

* O número de fiscalizações correspondem ao total de fiscalizações realizadas pelos postos de fiscalização da ADAPEC com Supervisão do SEDESA, conforme produto estabelecido pelo SIPLAN.

*Área Responsável – SEDESA

4.3.2.Resultado dos Indicadores

Eficiência	Ip sa = 6/1	Ip sa =6
Eficácia	Iefc vc = 66.420 / 64.436	Iefc vc 97,01%
Efetividade	Ief Par = 247.425/247.425	Ief Par = 100%

4.3.3. Descrição das disfunções estruturais que impactaram o resultado e medidas adotadas para solucionar os problemas

O índice de **eficiência** é obtido através do número de supervisões e auditorias realizadas pelo FFA responsável pela Ação. O acúmulo de atribuições sob responsabilidade do RT impactou negativamente o indicador de eficiência, porém, ainda assim, foram supervisionadas 11 das 16 barreiras distribuídas por todo o estado, fato que contribuiu para o sucesso do programa. Para 2009, estão programadas 10 supervisões, um número 40% maior que o de 2008. Em relação ao índice de Eficácia, informamos que, das 66.420 fiscalizações programadas, foram fiscalizadas 97,01%.

Por ser o objetivo geral do programa, a manutenção das áreas livres de febre aftosa com vacinação e de peste suína clássica foram consideradas como indicador para avaliar a **efetividade**. Como benefícios à sociedade (efetividade) podemos citar a manutenção do status de área livre de febre aftosa e da peste suína clássica, o que refletiu no aumento da arrecadação de recursos por parte do Estado e na manutenção e abertura de novos mercados, especialmente porque o agronegócio é o setor mais dinâmico da economia tocantinense e com maior capacidade para melhorar a qualidade de vida da sociedade.

5. Ação 8658 Prevenção, Controle e Erradicação De Doenças dos Animais (PCEANIMAL)

5.1 Dados Gerais

Tabela 30a - Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoonosológicas para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoonosológica; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.

Unidade responsável	Coordenação-Geral de Combate às Doenças
Unidades executoras	Superintendência Federal do Tocantins – SFA-TO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	A execução poderá ser descentralizada, por meio de convênios privada e demais entidades envolvidas com a defesa sanitária. Superintendências Federais de Agricultura em cada unidade Agropecuária- SEDESA.
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela execução da ação no nível local	Ânara Rúbia Martins
Observação:	O PI PCEANIMAL envolve vários programas sanitários, por isso, o FFA Mário Márcio de Barros Araújo também realiza ações no PI.

5.2. Resultados obtidos na Ação Prevenção, Controle e Erradicação De Doenças dos Animais (PCEANIMAL)

O PI PCEANIMAL envolve os seguintes programas sanitários: PNSA (Programa Nacional de Sanidade Avícola), PNCEBT (Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose), PNCRH (Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias), PNSE (Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos), PNSCO (Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos), PNSS (Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos), PNSAA (Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos).

É responsabilidade do SEDESA a garantia dos produtos destinados à alimentação de animais, o que é efetivado através de coletas de amostras, monitoramento de granjas e criatórios avícolas, fiscalização em propriedades rurais e supervisão do órgão executor no desempenho de suas atividades, além de realização de auditorias dos sistemas de sanidade de outros Estados. No que se refere à capacitação de pessoal, foram realizados cursos e treinamentos, além da participação dos FFAs em vários outros cursos e reuniões.

Os recursos foram periodicamente descentralizados pelo órgão central visando atender eventuais ocorrências de focos de doenças emergenciais que exijam controles imediatos.

No que se refere à Capacitação de pessoal, o SEDESA/TO ofereceu três treinamentos para os médicos veterinários do órgão executor, responsáveis por laboratórios credenciados no Estado e do Serviço de Inspeção Federal, havendo também a participação dos FFAs do SEDESA/TO em cursos e reuniões realizados pelo SAD, conforme a seguir especificado:

Tabela 30b:

Curso	No de participantes	Recurso Utilizado (R\$)
Sanidade de animais Aquáticos	35 (médicos veterinários da ADAPEC).	R\$ 313,48

Padronização de coleta, identificação e envio de amostras de tronco encefálico p/ diagnóstico de EEB.	21 (médicos veterinários do serviço de inspeção federal).	R\$ 0,00 (curso realizado na SFA/TO).
Curso de sanidade dos equídeos	43 (MV da ADAPEC e laboratórios credenciados)	R\$ 10.048,80
Treinamento em coleta de amostras em aves p/ diagnóstico de DNC e IA.	2 (MV do SIF).	R\$ 91,64

Tabela 30c:

Capacitação (reuniões, cursos, treinamentos).	Previsto	Realizado	%Execução
Meta Financeira	22.088,24	R\$ 22.008,24	100 %
Meta Física	20	20	100 %

Descrição geral dos recursos previstos, recebidos e executados pelo SEDESA/TO no PI PCEANIMAL:

Tabela 30 d:

Elemento de despesa	Descrição	Prevista (R\$)	Recebida (R\$)	Realizado (R\$)
3390.14	Diária	R\$ 18.663,18	R\$ 18.663,18	R\$ 15.428,05
3390.33	Passagens	R\$ 37.880,00	R\$ 37.880,00	R\$ 21.329,36
3390.30	Material de Consumo	R\$ 8.050,00	R\$ 8.050,00	R\$ 2.355,74
3390.39	Serviços de terceiros	R\$ 9.400,00	R\$ 9.400,00	R\$ 293,00
3390.36	Colaborador Eventual	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
3330.41	Convênio	R\$ 521.280,00	R\$ 521.280,00	-
3330.42	Convênio	R\$ 1.489.673,00	R\$ 1.489.673,00	-
3390.93	Ressarcimento	R\$ 289,12	R\$ 289,12	R\$ 289,12

Obs: Quanto aos recursos destinados para convênio com a ADAPEC, os planos de trabalho ainda se encontram em execução, não sendo possível contabilizar o valor dos recursos já utilizados.

No que se refere ao PNCRH e Outras Encefalopatias, o SEDESA realizou coletas de amostras de ração em propriedades rurais com o objetivo de verificar a utilização indevida de proteína animal na alimentação de ruminantes e, visando o aprimoramento dos trabalhos, propiciou uma palestra para FFA lotados nos frigoríficos sob Inspeção Federal. Referida palestra teve como tema a coleta, o acondicionamento e envio de tronco encefálico para análise de EEB. Propiciou também duas reuniões com a coordenação da ADAPEC objetivando estabelecer a normatização dos procedimentos do programa de prevenção e mitigação de risco para a EEB. No que concerne ao PNSAA, foi promovida uma palestra para 35 Médicos Veterinários da ADAPEC, havendo o responsável Técnico participado de um treinamento. Foi promovido ainda, no PNSE, um Curso de Sanidade dos Equídeos para os Médicos Veterinários da ADAPEC e para os Responsáveis Técnicos dos Laboratórios Credenciados para Diagnóstico de AIE, além da participação do RT em um curso e na reunião nacional do PNSE.

No PNSCO, houve a participação do FFA do SEDESA/TO em um curso de sanidade de ovinos e caprinos. No PNSA, foram desenvolvidas ações de monitoramento sanitário de estabelecimentos já registrados, bem como a fiscalização de outros estabelecimentos para fins de registro.

No PNCEBT foram realizadas habilitações de médicos veterinários da iniciativa privada para realização de exames diagnósticos de brucelose e tuberculose e também realizadas fiscalizações nos laboratórios de veterinários já habilitados, ocasionando a revogação da habilitação de um profissional.

5.3. Descrição das disfunções estruturais que impactaram o resultado e medidas adotadas para solucionar os problemas

Dados referentes à fiscalização/supervisão:

Tabela 30e:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	54.984,94	15.276,56	27,78
Física	103	90	87,38

5.4- DESEMPENHO OPERACIONAL

5.4.1 Índices de desempenho – Fórmulas de Cálculo / Método de Aferição

Resultados	Principais Indicadores		
Eficiência	Produtividade na realização de fiscalizações/auditorias pelo nº de fiscais envolvidos.	$lp\ fa =$	$\frac{\text{Nº de supervisões / Auditorias}}{\text{Nº de Fiscais Envolvidos}}$
Efetividade	Fiscalizações/auditorias planejadas/ fiscalizações/auditorias realizadas	$lef\ fa =$	Nº de fiscalizações/auditorias realizadas
			$\frac{\text{Nº de fiscalizações/auditorias planejadas}}{\text{Nº de fiscalizações/auditorias realizadas}} \times 100$

*Área Responsável – SEDESA

5.4.2 - Resultado dos Indicadores

Eficiência	$lp\ fa = 89/2$	$lp\ fa = 44,5$
Efetividade	$lef\ fa = 89/102 \times 100$	$lef\ fa = 87,25\%$

No caso da eficiência ou produtividade, foram realizadas uma média de 44,5 fiscalizações/auditoria/FFA, o que pode ser considerado um bom índice.

5.5 - Atividades desempenhadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC):

As ações da ADAPEC são mensuradas nesse PI como propriedades controladas para as doenças dos animais, estando incluídas fiscalizações em propriedades, atendimento a ocorrências de enfermidades e coletas de amostras para monitoramento de doenças, sendo que a ADAPEC executou quase 50% a mais que o previsto no SIPLAN, alcançando uma taxa de execução de 147,53%, conforme tabela abaixo:

ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELA ADAPEC (SIPLAN): Propriedade controlada.

Tabela 30f:

PREVISTO CORRIGIDO	SOMATÓRIO REALIZADO	% EXECUÇÃO
15852	23387	147,53 %

SERVIÇO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - SEPDAG/DT/SFA-TO

1- Responsabilidades

1.1 – Papel do SEPDAG-TO na execução das políticas públicas

O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG/DT/SFA-TO) no Tocantins tem priorizado políticas públicas agropecuárias consoantes às estaduais. E, também, atendido a demandas da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC/MAPA quanto atividades de acompanhamento de convênios, análise prévia de contrato de repasse oriundos de emendas parlamentares.

Este serviço, conforme o perfil agropecuário do Estado, utiliza-se dos seguintes meios para sua atuação: recursos disponíveis, número de técnicos atuantes, número de demandas e projetos implementados; sempre respeitando as políticas públicas contidas na Portaria nº300 de 16 de junho de 2005 e Portaria nº1.226 de 18 de dezembro de 2008, ambas do MAPA.

Dentre os programas da SDC/MAPA implementados no Estado em 2008 destacaram-se: fomento a agropecuária orgânica, produção integrada de frutas com foco especial na produção de abacaxi, fomento a indicação geográfica de sementes de feijão em várzeas tocaninenses, desenvolvimento do cooperativismo, apoio a Arranjos Produtivos Locais com destaque a produção de leite na região do Bico do Papagaio.

Todos os planos internos utilizados nas atividades do SEPDAG-UF referentes aos programas da SDC/MAPA estão sob responsabilidade e gerência dessa Secretaria. Dessa forma, os recursos para atenderem as despesas demandas são descentralizados apenas no período correspondente a ação.

No decorrer do ano de 2008, o SEPDAG/DT/SFA-TO em conjunto com a Comissão da Produção Orgânica no Estado do Tocantins - CPOrg-TO deu início a execução do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes, o qual trará grandes benefícios ao produtor familiar sob produção orgânica em vista da qualidade e características desse insumo agrícola. Pelo segundo ano consecutivo esse SEPDAG apoiou o Seminário Estadual de Agroecologia que teve como tema “Desafios da Produção Orgânica”.

Em julho desse mesmo ano foram publicadas as normas técnicas da produção integrada do abacaxi, as quais resultaram, dentre outros, do apoio do SEPDAG/DT/SFA-TO.

Dando seguimento às ações, em diversas reuniões deliberativas referentes às cadeias produtivas do Estado, foram criados planos para o desenvolvimento de diferentes setores de produção, dando ênfase ao APL leite na região do Bico do Papagaio para alcançar qualidade organoléptica e sanitária em conformidade com as normas nacionais vigentes; territórios da

cidadania e projeto de aproveitamento hidroagrícola Manuel Alves, o qual possibilitará desenvolvimento sócio-econômico regional, principalmente pela geração de emprego e renda no setor frutícola.

2- Estratégia de Atuação

O SEPDAG/DT/SFA-TO tem se estruturado e obtido bons resultados por meio de parcerias institucionais, principal estratégia de atuação, as quais são formadas conforme projetos e demandas gerados pelas esferas federal, estadual ou municipal.

Em vista do reduzido corpo técnico, poucas atividades são específicas por área, mas bem distribuídas quando a atividade exige; atualmente o setor conta com um Agrônomo, uma Zootecnista, ambos fiscais federais agropecuários, e uma Médica Veterinária, colaboradora eventual.

3- Programas

3.1-Programa 1442 – Desenvolvimento sustentável do agronegócio

a) Dados Gerais do Programa

Tipo do programa	Programa finalístico
Objetivo Geral	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.
Objetivos específicos	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
Gerente do Programa	SDC/MAPA
Gerente executivo	Márcio Antônio Portocarrero
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Antônio Humberto Simão
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira.
Público Alvo (beneficiários)	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

b) Principais ações do programa

4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica;

8591- Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas;

8622- Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo;

Ação 4720- Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
Tabela 01 - Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.
Descrição	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Coordenação de Agroecologia- SDC/MAPA
Coordenador nacional da ação (1)	Rogério Pereira Dias
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA-TO
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Servidores habilitados/capacitados para aplicarem mecanismos de garantia da qualidade orgânica conforme normas vigentes.

Tabela 02: Demonstração da execução orçamentária e financeira
Programa: 1442
Ação: 4720

Itens	Diárias	Mat.. consumo	Passagens	Serviços P.Jurídica	Diárias	Total	Metas
Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	-----	Participar de capacitações
Recebido	1.546.23	-----	2.040,00	-----	773.12	4.359,35	02
	-----	-----	669,00	-----	621,92	1.290,92	
Executado	1.534,86	-----	1.175,24	-----	773,12	3.483,22	02
	-----	-----	669,00	-----	621,92	1.290,92	
%	99,26%		68,07%		100%	84,50%	02

Comentários

Os recursos utilizados nessa ação foram destinados a orientar e capacitar técnicos do serviço quanto às normas de mecanismos de garantia da qualidade orgânica em vigor em 2007. Ressalta-se que foram realizadas duas etapas (de um total de quatro) da capacitação técnica.

para fiscalização e controle dos produtos orgânicos segundo normas vigentes. Os recursos para atenderem essa ação foram originados do plano interno (PI) CERTORGAN 1, planejados e descentralizados pela Coordenação de Agroecologia- COAGRE/DF.

Tabela 03: Desempenho operacional

Programa: 1442

Ação: 4720

Metas/Indicadores	Unidade de Medida	Programado (A)	Executado (B)	Indicador	
				Eficácia (B) / (A) x 100)	Utilidade
Participação de técnicos do III Encontro Nacional da Agricultura Orgânica	encontro	01	01	100%	Conhecer e controlar o número de eventos e beneficiários
Participação de técnico do 1º curso de mecanismos de garantia da qualidade orgânica	curso	01	01	100%	Conhecer e controlar o número de eventos e beneficiários

Fonte: SEPDAg-TO, janeiro de 2009.

Comentários

Os resultados gerados serão melhor visualizados a partir do momento em que o Estado apresentar demandas para aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica, o que ainda não ocorreu, o que não impediu o serviço de articular ações junto a parceiros envolvidos e já planejar a criação de certificação participativa de produtos orgânicos.

Ação 8591- Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas

Tabela 01 - Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Agrícolas e de Desenvolvimento do Suporte à Produção Integrada, com a promoção, divulgação, logística de pós-colheita e comercialização, bem como de material genético melhorado para as cadeias produtivas do agronegócio.

Descrição	Coordenação e identificação dos processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão e, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada - SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Coordenação-Geral de Sistemas de Produção Integrada e Rastreabilidade – CGSPR / DEPROS / SDC/MAPA
Coordenador nacional da ação (1)	Luiz Carlos Bhering Nasser
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA-TO
Competências institucionais requeridas para execução da ação	FFA(s) Agrônomos

Tabela 02: Demonstração da execução orçamentária e financeira
Programa: 1442
Ação: 8591

Itens	Diárias	Mat.. consumo	Passagens	Serviços P.Jurídica	Diárias	Total	Metas
Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	-----	1-Acompanhar atividades de PIF; 2-Participar de eventos de PIF
Recebido	1.225,00 1.621,30	----- 1.800,00	5.859,00 -----	200,00 300,00	----- -----	7.284,00 3.721,30	1- 03 2- 02
Executado	1.228,11 1.265,68	----- 1.028,98	3.650,30 -----	----- 45,00	----- -----	4.878,41 2.339,66	1- 03 2- 02
%	87,61%	57,16%	62,30%	9%	-----	65,58%	1- 03 2- 02

Comentários

Os recursos foram investidos no apoio e acompanhamento de atividades do Programa de Produção Integrada de Abacaxi. Tais ações possibilitaram a consecução das normas técnicas específicas para a produção integrada de abacaxi – NTEPI- Abacaxi, publicadas em julho de 2008, demonstrando o empenho das entidades parceiras, MAPA, SEAGRO e

EMBRAPA Mandioca e Fruticultura Tropical, para o desenvolvimento dessa cultura no Tocantins. Os recursos remanescentes atenderam a viagens para participação em eventos.

Tabela 03: Desempenho operacional
Programa: 1442
Ação: 8591

Metas/Indicadores	Unidade de Medida	Programado (A)	Executado (B)	Indicador	
				Eficácia (B) / (A) x 100)	Utilidade
Acompanhamento das atividades de campo do Programa de Produção Integrada (PIF) na Cultura do Abacaxi no Estado.	acompanhamento	10	03	30%	Acompanhar e controlar atividades de PIF no Estado.
Participação em eventos relacionados à PIF no Estado e no Brasil.	evento	03	02	66,70%	Conhecer e controlar participação em eventos .

Fonte: SEPDAg-TO, janeiro de 2009.

Comentários

Devido à sua grande potencialidade, priorizamos a PIF abacaxi e eventos correlatos no Estado. O desempenho dos trabalhos de acompanhamentos só não foi melhor porque o técnico responsável pelo PI foi localizado em outro setor pelo período de cinco meses e, por isso, impossibilitado de atender plenamente aos dois serviços, o que impediu a sua participação em um dos eventos programados pela Sede.

Apesar de tal situação, o serviço fomentou, por meio de encontros e reuniões técnicas com parceiros (Embrapa, Ruraltins e SEAGRO), várias atividades relacionadas às PIF's de melancia e banana. Estas articulações se fortaleceram devido ao sucesso da PIF abacaxi e serão mantidas para dar continuidade às políticas de desenvolvimento da fruticultura do Estado.

Ação 8622- Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo **Tabela 01 - Dados gerais da ação**

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o associativismo rural e o cooperativismo, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.

Descrição	Organização econômica e social dos indivíduos na sociedade, cujos benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Contribuir para a diminuição da exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação política, econômica e social. Fomentar as estruturas associativas e apoiar as práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem-estar socioeconômico da população. Apoiar a realização de diagnósticos locais ou regionais, e a elaboração de projetos que visem à agregação de valor ao produto das cooperativas. Contribuir para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a infraestrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Coordenação-Geral de Acompanhamento – CGA / DENACOOP / SDC/MAPA
Coordenador nacional da ação (1)	Luiz Carlos Colturato
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA-TO
Competências institucionais requeridas para execução da ação	FFA(s) habilitados

Tabela 02: Demonstração da execução orçamentária e financeira

Programa: 1442

Ação: 8622

Itens	Diárias	Mat.. consumo	Passagens	Serviços P.Jurídica	Diárias	Total	Metas
Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	-----	Acompanhar convênios
Recebido	575,00	-----	-----	-----	-----	575,00	02
Executado	297,99	-----	-----	-----	-----	297,99	02
%	51,82%					51,82%	02

Comentários

Os recursos disponibilizados pelo PI PROMOCOOP2 destinados ao acompanhamento de convênios não foram utilizados devido à alteração do período de execução do instrumento, reduzindo o período de acompanhamento.

Tabela 03: Desempenho operacional
Programa: 1442
Ação: 8622

Metas/Indicadores	Unidade de Medida	Programado (A)	Executado (B)	Indicador	
				Eficácia (B) / (A) x 100)	Utilidade
Acompanhamento de convênio	acompanhamento	03	02	66,70%	Controlar acompanhamento convênios.

Fonte: SEPDA-TO, janeiro de 2009.

Comentários

Os acompanhamentos de convênios foram realizados em Palmas, Dianópolis e Paraíso do Tocantins, conforme agenda de execução da conveniente.

3.2-Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

a) Dados Gerais do Programa

Tipo do programa	Programa finalístico
Objetivo Geral	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.
Objetivos específicos	Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos.
Gerente do Programa	SDC/MAPA
Gerente executivo	Márcio Antônio Portocarrero
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Antônio Humberto Simão
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público Alvo (beneficiários)	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

b) Principais ações do programa

8611- Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário;
2B17- Fiscalização de contratos de repasse.

Ação 8611- Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário

Tabela 01 - Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.

Descrição	Criação de incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, visando ao aumento da produção, produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização e melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos ao escoamento da safra agropecuária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais – CGPI / SDC/MAPA
Coordenador nacional da ação (1)	Márcio Cândido Alves
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA-TO
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Equipe técnica habilitada

Tabela 02: Demonstração da execução orçamentária e financeira
Programa: 6003
Ação: 8611

Itens	Diárias	Mat.. consumo	Passagens	Serviços P.Jurídica	Diárias	Total	Metas
Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	-----	1-Participar de reunião técnica; 2-Realizar vistoria prévia de convênios.
Recebido	400,00 2.336,74	----- 1.450,00	2.200,00 -----	----- 400,00	400,00 -----	3.000,00 4.186,74	1- 01 2- 11
Executado	369,97 1.238,06	----- 758,00	1.418,30 -----	----- 50,00	381,41 -----	2.169,68 2.046,06	1- 01 2- 11
%	58,75%	52,27%	64,46%	12,50%	95,35%	58,65%	1- 01 2- 11

Comentários

As despesas geradas e executadas são provenientes da descentralização ao PI APPRODUTOR.

Tabela 03: Desempenho operacional
Programa: 6003
Ação: 8611

Metas/Indicadores	Unidade de Medida	Programado (A)	Executado (B)	Indicador	
				Eficácia (B) / (A) x 100)	Utilidade
Participação em reunião técnica da CGPI/SDC/MAPA.	reunião	01	01	100%	Controlar reuniões técnicas realizadas.
Realização de vistoria prévia de convênio.	vistoria	11	11	100%	Controlar vistorias prévias realizadas

Fonte: SEPDAg-TO, janeiro de 2009.

Comentários

Com o objetivo de apresentar a operacionalização do SICONV, Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, obrigatório para transferência de recursos do Governo Federal, foi promovida uma reunião técnica entre SEPDAg-TO e CGPI/SDC/MAPA. Em dezembro a SFA-TO, em parceria com a Associação Tocantinense de Municípios – ATM e governo do Estado, apoiou reunião destinada à capacitação para operacionalização do SICONV a fim de dar celeridade à formalização de contratos de Repasse e Convênios.

Tabela 02.1: Demonstração da execução orçamentária e financeira
Programa: 6003
Ação: 8611

Recursos	Contratos de Repasse- Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário.	Metas
		Analisar e aprovar todas as propostas selecionadas.
Repassados	1.267.500,00	11
Analizados	1.267.500,00	11
%	100%	11

Comentários

Com o objetivo de beneficiar dezesseis municípios, foram selecionadas e empenhadas onze emendas parlamentares, que atenderam a aquisição de patrulhas mecanizadas e apoiar ações necessárias à agroindustrialização dos municípios.

Tabela 03.1: Desempenho operacional
Programa: 6003
Ação: 8611

Metas/Indicadores	Unidade de Medida	Programado (A)	Executado (B)	Indicador	
				Eficácia (B) / (A) x 100)	Utilidade
Análise de propostas selecionadas	análise	11	11	100%	Conhecer e controlar o número de propostas selecionadas que foram analisadas.

Fonte: SEPDA-G-TO, janeiro de 2009.

Comentários

Onze propostas foram cadastradas e analisadas por meio do SICONV, as quais, muito provavelmente, serão aprovadas pelo serviço para posterior formalização de contrato com a Caixa Econômica Federal (CEF).

Destas propostas, resultaram vinte e quatro pareceres técnicos de análise prévia do serviço.

Tabela 02.2: Demonstração da execução orçamentária e financeira
Programa: 6003
Ação:-----

Recursos	Contratos de Repasse- Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário	Metas
		Analisar e aprovar todas as propostas selecionadas.
Repassados	5.752.500,00	19
Aprovados	5.752.500,00	19
%	100%	19

Comentários

Estas dezenove propostas foram aprovadas pelo serviço, tendo sido formalizados contratos com a CEF. Por saldo de recursos ou rendimento financeiro, houve ainda apresentação de quatro Termos Aditivos como resultado das contratações; devidamente analisados e aprovados pelo serviço.

Tabela 03.2: Desempenho operacional
Programa: 6003
Ação: -----

Metas/Indicadores	Unidade de Medida	Programado (A)	Executado (B)	Indicador	
				Eficácia (B) / (A) x 100)	Utilidade
Análise e aprovação de propostas selecionadas.	aprovação	19	19	100%	Conhecer e controlar o número de propostas selecionadas e aprovadas.

Fonte: SEPDAg-TO, janeiro de 2009.

Comentários

Todos os dezenove municípios selecionados formalizaram contratos junto a CEF, havendo sido elaborados trinta e oito pareceres técnicos de análise prévia. A grande maioria dos contratos refere-se à patrulha mecanizada, razão pela qual o SEPDAg-TO vem questionando os dirigentes municipais sobre a real efetividade desta escolha e demonstrado outros objetos que possam ser contemplados segundo as prioridades de desenvolvimento agropecuário local e regional.

Ação 2B17- Fiscalização de contratos de repasse **Tabela 01 - Dados gerais da ação**

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Coordenação de Infra-Estrutura Rural – CIER / DIEL - SDA
Coordenador nacional da ação (1)	Biramar Nunes de Lima
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAg/DT/SFA-TO
Competências institucionais requeridas para execução da ação	FFA(s) habilitado(s)

Tabela 02: Demonstração da execução orçamentária e financeira
Programa: 6003
Ação: 2B17

Itens	Diárias	Mat.. consumo	Passagens	Serviços P.Jurídica	Diárias	Total	Metas
Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	-----	1-Fiscalizar contratos de repasse; 2-Realizar manutenção de veículo.
Recebido	1.158,15 -----	700,00 2.455,98	----- -----	----- 135,00	----- -----	1.858,15 2.590,98	1- 01 2- 01
Executado	1.158,15 -----	501,82 1.877,67	----- -----	----- 84,00	----- -----	1.659,97 1.961,67	1- 01 2- 01
%	100%	75,40%		62,22%		81,40%	1- 01 2- 01

Comentários

O recurso solicitado serviu para realizar uma fiscalização na região norte do Estado; previamente descentralizado ao PI FISCONTRATO.

Tabela 03: Desempenho operacional
Programa: 6003
Ação: 2B17

Metas/Indicadores	Unidade de Medida	Programado (A)	Executado (B)	Indicador	
				Eficácia (B) / (A) x 100)	Utilidade
Fiscalização de contratos de repasse.	fiscalização	01	01	100%	Controlar fiscalizações realizadas.
Manutenção de veículo.	manutenção	01	01	100%	Controlar manutenções realizadas.

Fonte: SEPDAg-TO, janeiro de 2009.

Comentários

Em vista de demandas e/ou sorteios da CGPI/SDC/MAPA, surge a necessidade de fiscalizar a execução de contratos de repasse. Neste ano ocorreu uma demanda para fiscalização na região norte do Estado, a qual foi atendida prontamente.

3.3-Programa 1426 – Conservação, manejo e uso sustentável da agrobiodiversidade

a) Dados Gerais do Programa

Tipo do programa	Programa finalístico
Objetivo Geral	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.
Objetivos específicos	
Gerente do Programa	SDC/MAPA
Gerente executivo	Márcio Antônio Portocarrero
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Antônio Humberto Simão
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público Alvo (beneficiários)	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

b) Principais ações do programa**8606- Desenvolvimento da agricultura orgânica Pró-orgânico****Ação 8606 – Desenvolvimento da agricultura orgânica Pró-orgânico****Tabela 01 - Dados gerais da ação**

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos.
Descrição	Ampliação do número de técnicos capacitados da assistência aos produtores para a inserção o sistema orgânico de produção, bem como os demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação e sua colocação no mercado interno e externo; Promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Coordenação de Agroecologia – COAGRE / CGDS / DEPROS
Coordenador nacional da ação (1)	Rogério Pereira Dias
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA-TO
Competências institucionais requeridas para execução da ação	FFA(s) habilitado(s)

Tabela 02: Demonstração da execução orçamentária e financeira
Programa: 1426
Ação: 8606

Itens	Diárias	Mat.. consumo	Passagens	Serviços P.Jurídica	Diárias	Total	Metas
Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	-----	1-Ministrar palestra- IV Semana Alimentos Orgânicos; 2-Apoiar o II Seminário Est. de Agroecologia; 3-Contratar serviço- confeção de material do projeto adubos verdes; 4-Apoiar a Semana Nacional dos Alimentos Orgânicos.

Recebido	-----	200,00	-----		103,08	303,08	1- 01
	-----	-----	-----	4.600,00	-----	4.600,00	2- 01
	-----	200,00	-----	5.600,00	-----	5.800,00	3- 01
	-----	200,00	-----	2.400,00	400,00	3.000,00	4- 01
Executado	-----	70,71	-----	-----	103,08	173,079	1- 01
	-----	-----	-----	4.400,00	-----	4.400,00	2- 01
	-----	-----	-----	5.200,00	-----	5.200,00	3- 01
	-----	00,00	-----	00,00	00,00	00,00	4- 00
%	-----	11,78%	-----	76,19%	20,5%	71,32%	

Comentários

Foram realizadas três reuniões ordinárias da CPORG-TO, uma delas tendo como Pauta deliberar sobre ações referentes à IV Semana dos Alimentos Orgânicos, ocorrida em maio.

Foi ministrada uma palestra sobre agroecologia na Escola Agrotécnica de Paraíso do Tocantins sem custo para o MAPA.

Para discutir o II Seminário Estadual de Agroecologia, foram realizadas duas reuniões extraordinárias. O evento foi apoiado pelo MAPA através da descentralização de recursos financeiros da ordem de R\$ 4.400,00 para contratação de empresa de transporte para deslocamento dos produtores rurais, tendo a outra reunião como pauta o projeto de bancos comunitários de adubos verdes para o qual foram destinados R\$ 5.200,00 para confeccionar cartilhas e folders temáticos.

Tabela 03: Desempenho operacional
Programa: 1426
Ação: 8606

Metas/Indicadores	Unidade de Medida	Programado (A)	Executado (B)	Indicador	
				Eficácia (B) / (A) x 100)	Utilidade
Palestra ministrada na Semana dos Alimentos Orgânicos	palestra	1	1	100%	Controlar palestras ministradas.
Apoio a Seminário de Agroecologia com recursos financeiros.	apoio	1	1	100%	Conhecer e controlar seminários apoiados.

Contratação de serviços gráficos.	contratação	1	1	100%	Conhecer e controlar contratações realizadas.
Apoio a Semana Nacional dos Alimentos Orgânicos com recursos financeiros e serviços.	apoio	2	1	50%	Conhecer e controlar apoio realizado.

Fonte: SEPDAG-TO, janeiro de 2009.

Comentários

Além do desempenho das atividades que geraram despesas, o serviço desenvolveu ações de fomento de repercussão importante para a produção orgânica. Em abril, ocorreu a AGROTINS, ocasião em que parceiros da Comissão da Produção Orgânica no Estado do Tocantins – CPOrg-TO, realizou atividades de fomento como pesquisa de opinião pública e distribuição de folders e brindes temáticos dos alimentos orgânicos.

A SFA/TO/SEPDAG, visando contribuir com a cadeia de produção orgânica, participou da reunião do Conselho de Responsabilidade Empresarial do Tocantins com o objetivo de divulgar e desenvolver novas parcerias para a realização da Semana Nacional dos Alimentos Orgânicos.

No referido evento, foram distribuídos vários brindes motivacionais temáticos, participando de alguns eventos, como entrevistas às três redes de TV, palestra na Faculdade Católica e divulgação da Semana para alunos de agronomia e zootecnia, bem como para produtores de flores tropicais em dia de campo; por fim, foi realizada uma pesquisa de opinião pública na principal feira de hortifrutigranjeiros de Palmas.

Para o Seminário de Agroecologia, o Coordenador da CPOrg-SP ministrou uma palestra sobre legislação para produção e certificação de produtos orgânicos e, no final de novembro foi realizado o primeiro curso de capacitação para técnicos multiplicadores do “projeto adubos verdes” , do qual participaram nove técnicos de extensão rural envolvidos na área agroecológica.

3.5-Programa 0393 – Desenvolvimento do sistema de propriedade intelectual

a) Dados Gerais do Programa

Tipo do programa	Programa Finalístico
Objetivo Geral	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.
Objetivos específicos	Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual.
Gerente do Programa	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual- INPI
Gerente executivo	Márcio Antônio Portocarrero
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Antônio Humberto Simão
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	
Público Alvo (beneficiários)	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.

b) Principais ações do programa

2B47-Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários -IG

Ação 2B47- Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

Tabela 01 - Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); - Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; - Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; - Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG; - Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; - Incremento da produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; - Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Coordenação de Incentivo a Indicação Geográfica de produtos Agropecuários- CIC/DEPTA/MAPA
Coordenador nacional da ação (1)	Bivanilda Almeida Tápias
Unidades executoras (1)	SFA-TO
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEPDAG/DT/SFA-TO
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Técnicos capacitados

Tabela 02: Demonstração da execução orçamentária e financeira
Programa: 0393
Ação: 2B47

Itens	Diárias	Mat.. consumo	Passagens	Serviços P.Jurídica	Diárias	Total	Metas
Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	-----	1-Participar de reunião técnica CIG e DEPTA/SDC; 2- Participar de curso.
Recebido	----- 250,00	----- 200,00	1.400,00 -----	----- 200,00	630,00 260,00	2.030,00 910,00	1- 02 2- 01
Executado	----- 00,00	----- 00,00	1.283,27 -----	----- 00,00	621,51 00,00	1.904,78 00,00	1- 02 2- 01
%	00,00%	00,00%	91,66%	00,00%	69,83%	64,78%	1- 02 2- 01

Comentários

As ações do serviço que geraram despesas referem-se a ações de fomento em Lagoa da Confusão e à reunião técnica realizada em Ouro Preto-MG, para as quais foram descentralizados recursos ao PI INDIGRAF.

Para a primeira reunião técnica o recurso não foi descentralizado, mas gerenciado diretamente pela CIG/SDC.

Tabela 03: Desempenho operacional
Programa: 0393
Ação: 2B47

Metas/Indicadores	Unidade de Medida	Programado (A)	Executado (B)	Indicador	
				Eficácia (B) / (A) x 100)	Utilidade
Participação de reunião técnica da	reunião	2	2	100%	Conhecer e controlar participação em

CIG					reuniões técnicas.
Participação de curso em Lagoa da Confusão.	curso	1	0	0%	Conhecer e controlar participação em cursos.

Fonte: SEPDAG-TO, janeiro de 2009.

Comentários

Foi realizada em Brasília uma reunião técnica entre SEPDAG-UFs e Coordenação de Incentivo a Indicação Geográfica- CIG, cuja pauta foi padronizar as ações de fomento de IG nos Estados e discutir sobre as exigências do INPI quanto ao instrumento oficial emitido pelo MAPA, parte do processo de reconhecimento de IG.

Em novembro, houve reunião técnica em Ouro Preto-MG entre CIG, INPI e SEPDAG-UFs a fim de esclarecer aos técnicos envolvidos todos os trâmites do processo de reconhecimento de IG.

3.6 – Participação em Seminários, Circuitos, Congressos, Cursos e Reuniões

A Participação em Seminários, Circuitos, Congressos, Cursos e Reuniões do setor agropecuário é necessária para que o SEPDAG/DT/SFA-TO possa conhecer as demandas do Estado, estimular a organização do setor agropecuário, participar das comissões regionais, estaduais e municipais de conservação do solo e água, sementes e mudas, levantar dados sobre as atividades ligadas à agropecuária, coletar e transmitir informações e dados sobre a respectiva produção estadual, apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às suas competências, como preconiza a legislação.

A maioria destes eventos aconteceu na cidade de Palmas, não gerando custos para o Ministério da Agricultura. O resultado destas atividades foi a elaboração de planejamento da condução dos trabalhos a serem realizados pelas entidades governamentais no ano de 2009, havendo a SFA/TO/SEPDAG participado dos seguintes:

3.7 _ Participação em eventos sem ônus para o MAPA

- Oficinas de preparação da impulsão do APL de Pecuária Leiteira do Bico do Papagaio;
- Reuniões do Núcleo Gestor da Apicultura;
- Reuniões do CEDRUS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Reuniões do Núcleo Gestor pró-desenvolvimento da piscicultura;
- Reuniões da Câmara Setorial da Carne e do Couro;
- Reuniões do Comitê Técnico da Produção Integrada do Abacaxi;

- Reuniões para formação do comitê estadual de Integração Lavoura Pecuária;
- 1º Seminário de Floricultura Tocantinense;
- 2º Reunião preparatória para o II Congresso Internacional de Agroenergia e B combustíveis;
- II Encontro Estadual das Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins.

Serviço de Apoio Administrativo

O Serviço de Apoio Administrativo tem como atribuições promover o gerenciamento das atividades meio da Unidade Gestora no que se refere às seguintes ações:

Emissão de pareceres pertinentes às respectivas competências, elaboração de relatórios operacionais, reconhecimento de dispensa e inexigibilidade de licitação, orientação e controle da execução das atividades de execução orçamentária e financeira, acompanhamento, avaliação e orientação dos procedimentos administrativos relativos a contratações, licitações e aquisições, apoio às atividades relativas a planejamento e acompanhamento, organização e modernização administrativa, desenvolvimento de pessoas, adequação e manutenção dos equipamentos eletrônicos e de comunicação social e apoio técnico-operacional, praticando atos administrativos necessários ao cumprimento das atividades da unidade organizacional.

Dados gerais do programa

Tipo	Programa de Apoio Administrativo
Objetivo geral	Atender despesas com a manutenção da unidade
Gerente do Programa	Jalbas Aires Manduca

Dados gerais da ação

Tipo	Programa de Apoio Administrativo
Finalidade	Atender despesas com a manutenção da unidade
Descrição	Assegurar a logística operacional às atividades desenvolvidas pela SFA-TO, tanto na sede como nas Unidades descentralizadas, com destaque para as atividades fins.
Unidade Responsável pelas Decisões estratégicas	CGAS/SE/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SFA-TO
Coordenador nacional da ação	Secretário Executivo do MAPA
Responsável pela ação no nível local	Jalbas Aires Manduca

Metas e resultados da ação

Metas	Unid	Previstas		Realizadas	
		Física	Financeira	Física	Financeira
Treinamento/participação em eventos/seminários para serv. Administrativos e gabinete	peessoas	06	15.000,00	06	13.394,84
Autuação de documentos	processos	920	-	920	-
Gestão de Contratos	Contrato	14	-	14	-
Manutenção Preventiva Frota de Veículos	Veículos	21	180.000,00	06	40.906,24
Licenciamento de veículos	Veículos	21	3.100,00	21	3.097,65
Inventário de bens móveis	Processo	1	-	1	-
Inventário de Material de Almoarifado	Processo	06	-	06	-
Água potável	Contrato	1	12.000,00	1	7.827,12
Telefone	Contrato	1	72.000,00	1	61.399,53
Correios	Contrato	1	18.000,00	1	13.232,90
Imprensa	Contrato	1	15.000,00	1	9.710,59
Limpeza e conservação	Contrato	1	48.519,60	1	48.519,60
Vigilância	Contrato	1	70.140,80	1	70.140,80
Energia	Contrato	1	120.000,00	1	95.474,51
Transporte de Amostras	Contrato	1	10.000,00	1	5.908,20
Passagem Aérea	Contrato	1	30.000,00	1	39.474,82
Combustível	Contrato	1	48.000,00	1	31.721,22
Cartão Corporativo (gastos administrativos)	Processo	2	16.000,00	1	10.772,77

Evolução dos Gastos Gerais

Descrição		Ano		
		2006	2007	2008
1	PASSAGENS	26.441,10	20.806,29	37.150,93
2	DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGEM	14.599,16	15.614,43	26.452,40
3	SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1	Vigilância, limpeza e conservação	38.106,80	93.667,96	106.525,11
4	Cartão de Crédito Corporativo	8.226,29	24.367,46	10.772,77

Ano de Inscrição	RP PROCESSADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Canc.	Pagos	A Pagar	Inscritos	Canc.	Pagos	A Pagar
2007	2.014.993,84	-	2.014.993,84	-	849.143,12	325.720,23	626.207,39	2.040,00
2008	26.764,61	-	1.482,92	25.281,69	96.670,07	220.895,73	13.622,24	85.087,83
TOTAL	2.041.758,45	-	2.016.476,76	25.281,69	945.813,19	546.615,96	639.829,63	87.127,83

Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Obs: 2007: RP não Processadas a pagar: R\$ 2.040,00, por equívoco o valor não foi cancelado no exercício

Demonstrativo de transferências (Recebidas e realizadas) no Exercício)

T	Cód .SIAFI/Siasg	Identificação Do Termo Inicial ou Aditivos(nº Processo do Termo,data assinatura,vigência	Objeto da Avença	Data de Publ. DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total recebido ou transferido no exercício	Contrap.	Benefic. (Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença
1	633977	21.056.000479/2008-74	Manutenção do Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal	07/07/08	3.870.953,00	3.510.953,00	360.000,00	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins	Vigente
		Assinatura: 03/07/2008						CNPJ:02903.682/0001-78	
		Vigência:05/07/08 a 31/12/08							
		Prorroga de Of: 23/03/2008							

Despesas com cartão de crédito

Cartão de crédito cooperativo: série histórica das despesas

	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	75	21.232,57	102	25.596,00
2007	65	22.530,65	101	21.120,00
2008	167	57.216,63	-	-

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art.6º da Portaria MP nº 41 de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG: R\$ 100.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: Material de Consumo e Serviços	
Portador	Limite
Adriana Carla Floresta Feitosa	R\$ 3.000,00
Alaor Oliveira Paiva Júnior	R\$ 3.000,00
Anara Rubia Martins	R\$ 3.000,00
André de Paula Simões	R\$ 3.000,00
Antonio Humberto Simão	R\$ 3.000,00
Daltro Noleto Vasconcelos	R\$ 3.000,00
Douglas Haas de Oliveira	R\$ 3.000,00
Eduardo S. Barreto	R\$ 3.000,00
Elisangela Pinto Figueiredo	R\$ 3.000,00
Fabio Augusto Bueno de Oliveira	R\$ 3.000,00
Fernando Azevedo Freitas	R\$ 3.000,00
Gilson Humberto Moromizato	R\$ 3.000,00
Heleno Guimarães de Carvalho	R\$ 3.000,00
Ivan Nunes de Oliveira	R\$ 3.000,00
João Carneiro Correia	R\$ 3.000,00
José Dourado Júnior	R\$ 3.000,00
José Nilo Correia	R\$ 3.000,00
Joseanne Cademartori Lins	R\$ 3.000,00
Lenildo Gomes da Silva	R\$ 3.000,00
Luis Eduardo Cardoso da Rocha	R\$ 3.000,00
Luis Felipe Lopes da Conceição	R\$ 3.000,00
Marcio Kazuo Kawana	R\$ 3.000,00
Marcos da Costa Brum	R\$ 3.000,00
Mario Marcio de Barros Araújo	R\$ 3.000,00
Mauro Medeiros de Moura	R\$ 3.000,00
Orliomar Martins da Cruz	R\$ 3.000,00
Renato Alves Casimiro	R\$ 3.000,00
Rodrigo Fleury Curado	R\$ 3.000,00
Rosinalva Gomes Bó	R\$ 3.000,00
Valter Ferreira Felix Bueno	R\$ 3.000,00
Welciton de Assunção Alves	R\$ 3.000,00

Recomendações do órgão ou Unidade de Controle Interno

Número do Relatório	208.363
Descrição da Recomendação	Apurar pagamento de adicionais de insalubridade não respaldados por Laudo técnico que atenda aos parâmetros estabelecidos na legislação em vigor e/ou pagos sem a indispensável habitualidade, caracterizada pela duração e frequência de exposição, e proceder aos acertos conforme legislação em vigor.
Setor Responsável pela Implementação	SRH/SFA/TO
Providências adotadas (Justificativa)	Formalização de Acordo de Cooperação Técnica com a Escola Técnica Federal de Palmas, culminando com a elaboração de Laudo Técnico Ambiental, o que atendeu ao preconizado na ON 04/2005-MPOG; O SRH, por determinação do então Superintendente, Luis Carlos Auerbach, atendendo o teor do Memorando 184/GAB/SFA/TO, executou os trabalhos de levantamento dos valores indevidamente pagos aos Servidores, o que foi interrompido pelo novo Superintendente.

Determinações e recomendações do TCU

Número do Relatório	NÃO HOUE RECOMENDAÇÕES, PORTANTO, NÃO SE APLICA.
Descrição da Recomendação	
Setor Responsável pela Implementação	
Providências adotadas (Justificativa)	.

Atos de admissão,desligamento,concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
Admissão	02	-
Desligamento	-	-
Aposentadoria	-	-
Pensão	-	-

Devido à crônica deficiência de pessoal no SRH/SFA/TO e outras dificuldades operacionais, apesar de iniciados os registros Off line no Sistema, tal trabalho foi prejudicado. Com a lotação do pessoal reintegrado oriundo do BNCC, esperamos poder solucionar este problema.

Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não se aplica

Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	54	2.922.603,82	59	3.599.341,39	59	4.086.627,82
Funcionários Contratados –CLT em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Total pessoal Próprio	54	2.922.603,82	59	3.599.341,39	59	4.086.627,82

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	-	-	01	25.168,82	02	31.495,91

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratação temporárias (Lei 8.745/1993)	04	56.913,20	02	44.049,20	03	34.172,23

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado/Vigilância/Limpeza	08	38.106,80	08	93.667,96	08	106.525,11
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
Pessoal Terceirizado outras atividades	-	-	-	-	-	-
Estagiários	07		07		--	-
Total Pessoal Terc+Estag	15		15		08	

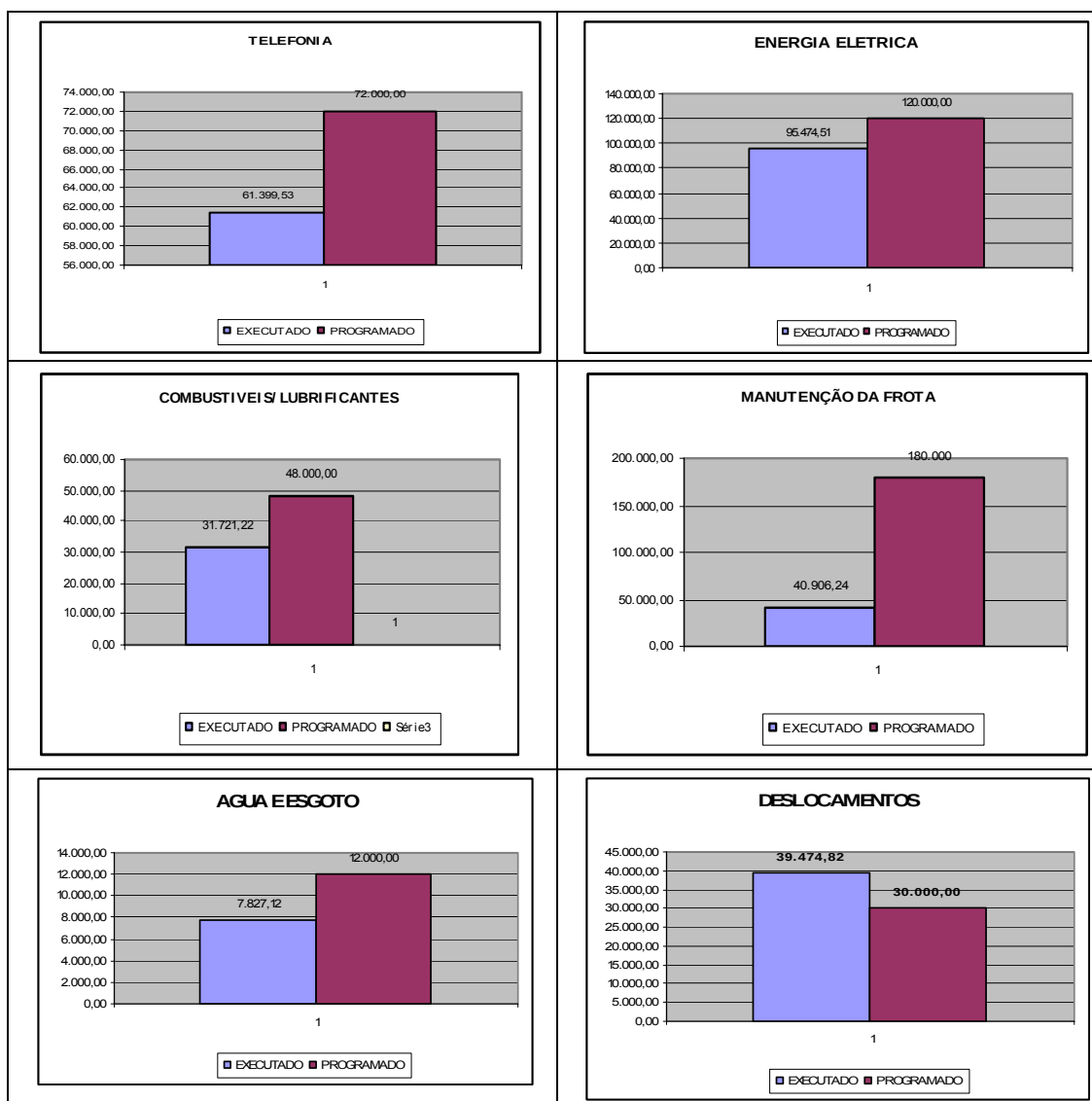
Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em Exercício na Unidade, com ônus	-	-	-	-	-	-
Pessoal Requisitado em Exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-

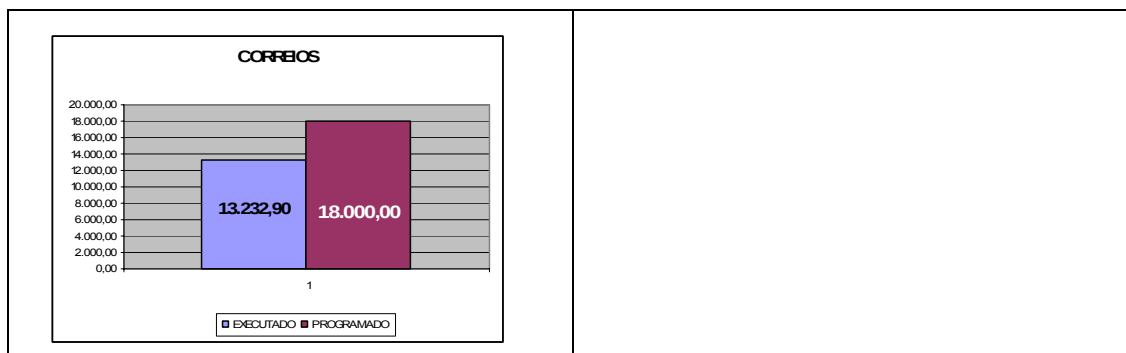
Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal cedido pela Unidade com ônus	02	59.879,38	02	61.881,39	-	-
Pessoal cedido pela Unidade sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal cedido pela Unidade	02	59.879,38	02	61.881,39	-	-

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	33	3.709.941,54
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	13	376.686,28

Informações relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA





Considerações do Gestor

Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira é a missão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Para cumprir essa missão, o MAPA atua na formulação de políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, organizacionais, ambientais e tecnológicos e dispõe de uma infra-estrutura institucional que permeia todos os segmentos do agronegócio.

As Superintendências Federais de Agricultura assumem papel de fundamental importância nesse contexto na medida em que são responsáveis diretas pela execução, coordenação ou supervisão dessas atividades.

A qualidade das sementes, fertilizantes, inoculantes, agrotóxicos, sal mineral, medicamentos veterinários, bebidas, Inspeção de produtos de origem animal e vegetal, bem assim a supervisão das políticas estaduais de defesa, tem influência direta sobre os níveis de produtividade agropecuária e também sobre a qualidade dos alimentos comercializados.

A partir de um corpo de Fiscais Federais Agropecuário altamente qualificado a Superintendência Federal de Agricultura de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Tocantins cumpriu com louvor suas metas, atribuições e responsabilidades em 2008.

Em que pese a deficiência de pessoal da área administrativa e a descontinuidade na gestão da SFA-TO em 2008, a boa formação e excepcional dedicação dos servidores contribuíram para a regularização dos contratos administrativos e cumprir as demais metas de forma satisfatória.

Em 2009 os servidores reintegrados do Ex-BNCC já foram incorporados à força de trabalho da SFA-TO e permitirá a implantação do programa interno de excelência administrativa.

Podemos afirmar com orgulho que não há sequer um servidor ocioso e que não esteja cumprindo seu dever institucional nesta SFA-TO.